

Organização
Raphaella Freitas Petkovic

QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e
Transformação

Volume 4
2025


Editora
UNIESMERO

Organização
Raphaella Freitas Petkovic

QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e
Transformação

Volume 4
2025


Editora
UNIESMERO

2025 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizadora

Raphaella Freitas Petkovic

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P491q Petkovic, Raphaella Freitas
Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação -
Volume 4 / Raphaella Freitas Petkovic (organizadora). – Formiga
(MG): Editora Uniesmero, 2025. 157 p. : il.
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5492-118-3
DOI: 10.5281/zenodo.15249788

1. Identidade de gênero. 2. Homossexualidade. 3. Homofobia. 4.
Ideologia de gênero. I. Petkovic, Raphaella Freitas. II. Título.

CDD: 305.8
CDU: 305

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

[https://www.uniesmero.com.br/2025/04/quebrando-
barreiras-genero-identidade-e.html](https://www.uniesmero.com.br/2025/04/quebrando-barreiras-genero-identidade-e.html)



AUTORES

**Alan dos Santos de Jesus
Aléxia Luiza Pereira de Andrade
Aluska Nidiane dos Santos Carneiro
Carla Rosangela Jacinto
Caroline Camargo Silva
Clara Alves Gusmão de Quadros
Eduardo Manuel Bartalini Gallego
Francirosy Campos Barbosa
George Moraes de Luiz
Géssika Cecília Carvalho da Silva
Gidailton Santos Pereira Filho
Ivan Alves Teixeira Branco
Jailson Cavalcante
Jessica Thais Pereira de Oliveira
José Aristony dos Santos Rodrigues
José Joaquim da Silva Neto
Leonarda Rodrigues da Silva Brito
Martha Giudice Narvaz
Myllena Oliveira Portela
Roberta Soares Cornely
Simone da Silva Eduardo Santos
Stephany Silva Teixeira Paiva
Uirá Felipe Garcia**

APRESENTAÇÃO

A compreensão da identidade de gênero e suas interseções com a sociedade tornou-se um dos temas mais relevantes e desafiadores do século XXI. Vivemos em um mundo que, historicamente, construiu e consolidou estruturas normativas rígidas, moldando não apenas a maneira como os indivíduos se percebem, mas também as expectativas que a sociedade impõe sobre eles. Essas normas, frequentemente baseadas em concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, estabelecem limites que impactam diretamente o desenvolvimento pessoal, profissional e social de milhões de pessoas. Em muitos casos, tais fronteiras funcionam como barreiras invisíveis que restringem possibilidades, perpetuam desigualdades e reforçam sistemas excludentes.

Diante desse cenário, torna-se imperativo refletir sobre os mecanismos que sustentam essas imposições, bem como sobre as estratégias necessárias para desconstruí-las. A identidade de gênero é uma construção complexa, que transcende a mera dicotomia entre masculino e feminino. Influenciada por fatores biológicos, psicológicos, culturais e sociais, a percepção que cada indivíduo tem de si mesmo e a forma como expressa sua identidade são resultado de interações dinâmicas e multifacetadas. No entanto, apesar do avanço dos debates sobre diversidade e inclusão, ainda há resistência significativa à aceitação de perspectivas que desafiem o status quo. O medo do desconhecido, somado ao apego a tradições enraizadas, muitas vezes resulta em preconceito, discriminação e marginalização daqueles que não se enquadram nos modelos convencionais.

A quebra dessas barreiras não é apenas um exercício intelectual ou um conceito abstrato. Ela se concretiza na vivência cotidiana de incontáveis pessoas que, em diferentes contextos sociais e culturais, desafiam normas preestabelecidas e reivindicam seu direito à autenticidade. Esse processo de transformação individual e coletiva exige coragem, resiliência e, acima de tudo, conhecimento. O desconhecimento sobre a diversidade de gênero alimenta estereótipos e perpetua a exclusão, ao passo que a informação e o diálogo são ferramentas poderosas para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É nesse contexto que *Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação* se apresenta como um convite à reflexão crítica e à ampliação de horizontes. A proposta desta obra é explorar as múltiplas dimensões da identidade de gênero, abordando suas implicações no âmbito social, profissional, familiar e legislativo. A partir de uma

abordagem interdisciplinar, são analisadas as narrativas que sustentam tanto a discriminação quanto a resistência, os desafios e as conquistas daqueles que ousam romper com os limites impostos, bem como os impactos dessas transformações na sociedade como um todo.

Para além de uma discussão teórica, este livro busca dar voz às experiências individuais e coletivas, oferecendo um panorama amplo sobre a diversidade de gênero e os caminhos para uma convivência mais inclusiva. É fundamental compreender que a aceitação da diversidade não deve ser encarada como uma concessão, mas como um imperativo ético e humanitário. Em um mundo cada vez mais interconectado, onde as lutas por direitos e reconhecimento ganham força e visibilidade, ignorar ou minimizar essa questão não é mais uma opção viável. A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática passa, necessariamente, pelo respeito à pluralidade de identidades e pelo combate às desigualdades que historicamente marcaram determinados grupos.

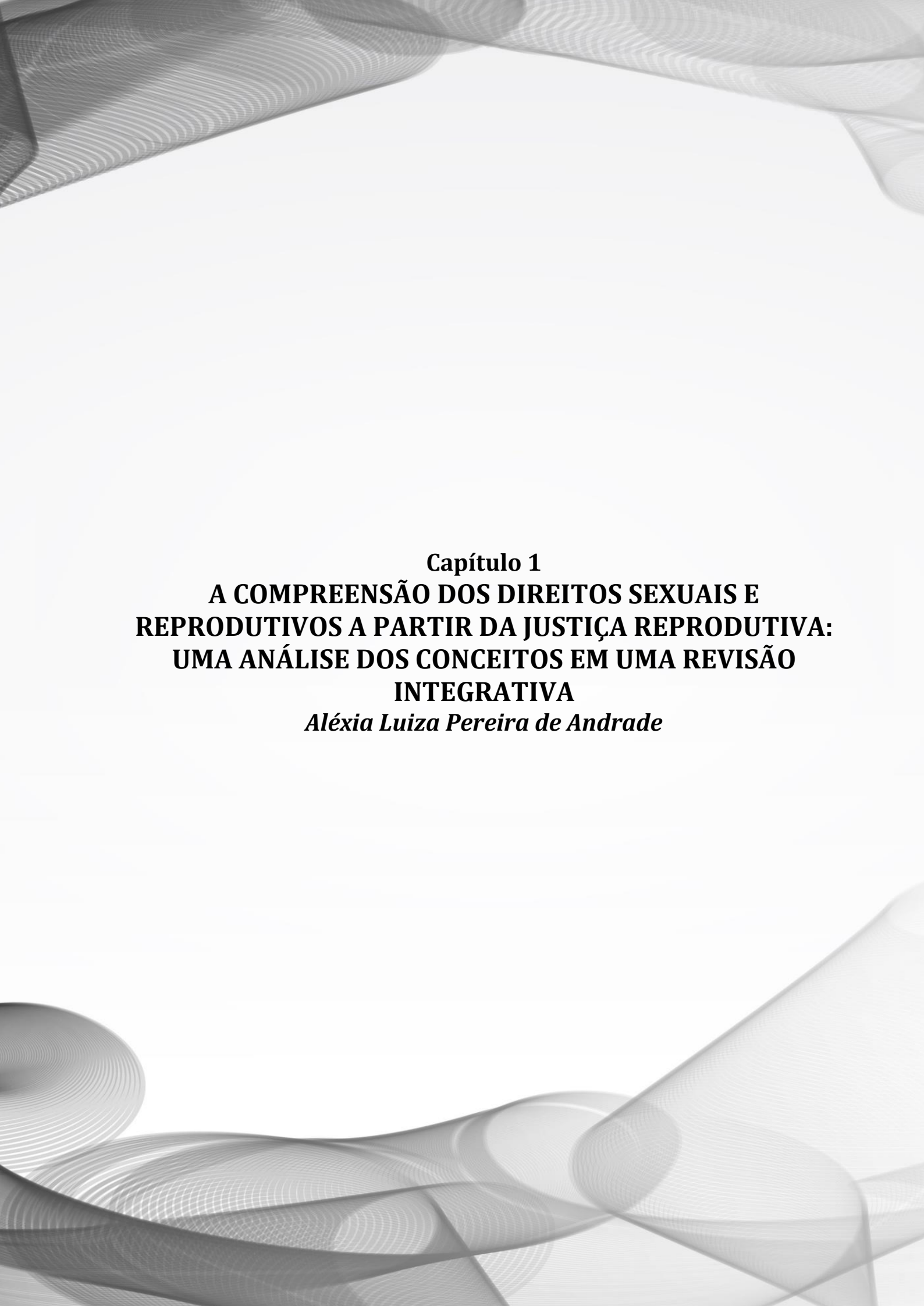
Assim, que esta leitura sirva como um instrumento de aprendizado e transformação. Que cada página desperte questionamentos, incentive o pensamento crítico e, sobretudo, inspire mudanças concretas. Afinal, quebrar barreiras não é apenas um ato de resistência contra as imposições normativas; é, acima de tudo, um compromisso com a liberdade, a dignidade e a possibilidade de um futuro em que cada indivíduo possa existir plenamente, sem medo, sem repressão, sem limitações impostas por padrões alheios à sua própria essência.

Esperamos que esta obra seja, portanto, um farol para aqueles que buscam compreender e construir um mundo onde a diversidade não seja vista como ameaça, mas como um dos pilares fundamentais da humanidade.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1 A COMPREENSÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS A PARTIR DA JUSTIÇA REPRODUTIVA: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS EM UMA REVISÃO INTEGRATIVA <i>Aléxia Luiza Pereira de Andrade</i>	09
Capítulo 2 AGENCIAMENTOS DO HIJAB POR MULHERES MUÇULMANAS NA MESQUITA DA CIDADE DE GUARULHOS-SP <i>Clara Alves Gusmão de Quadros; Francirosy Campos Barbosa; Uirá Felipe Garcia</i>	22
Capítulo 3 PRÁTICAS DISCURSIVAS E A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER <i>Carolaine Camargo Silva; George Moraes de Luiz</i>	39
Capítulo 4 MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA INTERGERACIONAL EM UM SERVIÇO REFLEXIVO PARA HOMENS EM RONDONÓPOLIS-MT: RELATO DE EXPERIÊNCIA <i>Myllena Oliveira Portela; George Moraes de Luiz</i>	53
Capítulo 5 EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO AO ABUSO INFANTIL: O PAPEL DOS PROFESSORES <i>Stephany Silva Teixeira Paiva; Eduardo Manuel Bartalini Gallego</i>	68
Capítulo 6 GÊNERO E MASCULINIDADE: ESTIGMAS ASSOCIADOS AO “SER” HOMEM <i>Jailson Cavalcante; Leonarda Rodrigues da Silva Brito; José Joaquim da Silva Neto; José Aristony dos Santos Rodrigues; Géssika Cecília Carvalho da Silva</i>	81
Capítulo 7 LUÍSA SONZA: RELACIONAMENTOS E ENFRENTAMENTO AOS DISCURSOS MACHISTAS NA INTERNET <i>Alan dos Santos de Jesus; Gidailton Santos Pereira Filho</i>	96
Capítulo 8 DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO ATRAVÉS DA LITERATURA DE AUTORIA FEMINISTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PIBID <i>Aluska Nidiane dos Santos Carneiro; Jessica Thais Pereira de Oliveira</i>	110
Capítulo 9 “ESCREVIVÊNCIAS” DE HOMENS E MULHERES: (RE)PENSANDO AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCATIVOS <i>Carla Rosangela Jacinto; Roberta Soares Cornely; Martha Giudice Narvaz</i>	125
Capítulo 10 O DIAGNÓSTICO EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL: DA LÓGICA IDENTITÁRIA DOS SINTOMAS À SINGULARIDADE DOS SUJEITOS <i>Simone da Silva Eduardo Santos; Ivan Alves Teixeira Branco</i>	139
AUTORES	153



Capítulo 1
A COMPREENSÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E
REPRODUTIVOS A PARTIR DA JUSTIÇA REPRODUTIVA:
UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS EM UMA REVISÃO
INTEGRATIVA

Aléxia Luiza Pereira de Andrade

A COMPREENSÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS A PARTIR DA JUSTIÇA REPRODUTIVA: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS EM UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Aléxia Luiza Pereira de Andrade

Advogada, mestranda do PPGD UFPR e pesquisadora vinculada aos grupos CDH UFPR e INFOJUS. Email: alexiaandradee@gmail.com.

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as categorias e sentidos que orbitam na relação dos direitos sexuais e reprodutivos com a justiça reprodutiva, especialmente em relação àquilo que a categoria justiça reprodutiva ressalta, agrega e inova. O método utilizado foi revisão integrativa da literatura e utilizou levantamento de dados nas bases EBSCO, Revista dos Tribunais (RT), Periódicos Capes, Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), de acordo com os objetivos da pesquisa. Foram selecionados 16 artigos. Para a análise, os artigos foram agrupados a partir da análise conjunta daqueles que fazem menção, respectivamente, à relação entre justiça reprodutiva (JR) e direitos sexuais (DSs), justiça reprodutiva e direitos reprodutivos (DRs) e justiça reprodutiva e direitos sexuais e reprodutivos (DSRs). A conclusão é de que a relação dos DSRs com a JR é principalmente de integração, pois a JR indica a imprescindibilidade de desvencilhamento da concepção liberal em prol de uma assunção de responsabilidade prestacional do Estado que leve em consideração os efeitos das desigualdades sociais e raciais no exercício desses direitos.

Palavras-chave: justiça reprodutiva; direitos sexuais; direitos reprodutivos; direitos das mulheres

ABSTRACT

The aim of the article is to analyze the categories and meanings surrounding the relationship between sexual and reproductive rights and reproductive justice, especially in relation to what the category of reproductive justice highlights, adds, and innovates. The method used was an integrative literature review, with data collected from the EBSCO databases, Revista dos Tribunais (RT), Periódicos Capes, Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), according to the research objectives. Sixteen articles were selected. For analysis, the articles were grouped based on a

joint analysis of those that mention, respectively, the relationship between reproductive justice (RJ) and sexual rights (SR), reproductive justice and reproductive rights (RR), and reproductive justice and sexual and reproductive rights (SRR). The conclusion is that the relationship between SRR and RJ is primarily one of integration, as RJ indicates the necessity of moving away from a liberal conception in favor of a state responsibility that takes into account the effects of social and racial inequalities on the exercise of these rights.

Keywords: reproductive justice; sexual rights; reproductive rights; women's rights

Introdução

Os direitos sexuais e reprodutivos começaram a ganhar relevância a partir da promoção internacional de políticas de planejamento familiar na década de 60 (Dias, Cabral, Santos, 2004, p. 56). Contudo, foram as décadas seguintes que trouxeram o enfoque necessário para a consolidação desses direitos no plano internacional e interno, principalmente a partir das grandes conferências da ONU ocorridas em meados das décadas de 80 e 90, que abordaram esses institutos e preconizaram suas noções conceituais (Toneli, 2004, p.1).

Tais direitos englobam uma faceta de direitos civis - incluindo a não discriminação e a autonomia e autodeterminação no exercício da sexualidade e reprodução - e de direitos sociais- vinculada com a implementação positiva de políticas públicas, a qual vai abarcar o direito à saúde (Piovesan, 2002, p. 71).

Os direitos reprodutivos consistem no direito de todo indivíduo decidir livre de coração e violência e responsabilmente sobre ter ou não filhos, com acesso à informação e meios de executar sua escolha (Dias, Cabral, Santos, 2004).

Já os direitos sexuais constituem dimensão dos direitos humanos que aborda o respeito ao bem-estar físico, mental, político, econômico e social das pessoas, tratando a sexualidade e a reprodução como aspectos centrais da cidadania. Assim, integra demandas relacionadas à sexualidade e identidade de gênero sob a ótica dos direitos fundamentais, legitimando modos de vida em questões que vão além da saúde e/ou reprodução (Gomes, 2021).

Em movimento mais recente, sobreveio a noção de Justiça Reprodutiva: trata-se de uma teoria, mas também uma prática, que aproxima as demandas dos direitos sexuais e

reprodutivos de uma perspectiva crítica-social em face do neoliberalismo e do racismo (Carvalho, Elias, 2020), sendo assim um campo interdisciplinar de interseção entre justiça social e raça, classe e outros elementos sociais sob a ótica reprodutiva e sexual (Bolissian et al., 2023).

Os direitos sexuais e reprodutivos, estabelecidos em décadas anteriores, foram inicialmente centrados na garantia do acesso a serviços e informações relacionados à saúde sexual e reprodutiva, planejamento familiar e contracepção, ainda que já sob a ótica de determinados direitos sociais. Com a eclosão do conceito de justiça reprodutiva, o foco se expandiu para também abordar a intersecção entre desigualdades sociais, econômicas e políticas que afetam a capacidade dos indivíduos de exercer esses direitos, em crítica direta ao racismo e ao neoliberalismo.

Embora os conceitos se sobreponham em muitos aspectos, a justiça reprodutiva introduz uma dimensão mais abrangente que inclui a luta contra as desigualdades estruturais e a promoção de um ambiente onde todas as pessoas possam tomar decisões informadas e livres de coerção.

Essa relação não está isenta de confusões terminológicas. A delimitação entre direitos sexuais e, em especial, direitos reprodutivos e justiça reprodutiva nem sempre é clara, gerando debates sobre como esses conceitos se relacionam e se diferenciam, e como aplicar essas abordagens de maneira prática para enfrentar a complexidade das realidades individuais e coletivas.

O objetivo deste artigo é analisar as categorias e os sentidos que emergem nas interseções entre direitos sexuais e reprodutivos e a justiça reprodutiva, com ênfase nas contribuições que a justiça reprodutiva traz ao ressaltar, agregar e inovar na compreensão desses direitos. Para alcançar esse objetivo, foi adotada a metodologia de revisão integrativa da literatura, que permitiu uma ampla e crítica avaliação das publicações relevantes sobre o tema.

Metodologia

Trata-se de revisão integrativa de literatura, o qual segue uma série de etapas bem definidas (Whittemore; Knafl, 2005). Deve ser definido o tema e formular a pergunta de pesquisa; em seguida, estabelecem-se os critérios para determinar quais estudos serão incluídos ou excluídos da análise; após isso, é feita a coleta de informações relevantes em

bases científicas e procede-se à sua organização em categorias apropriadas e os estudos selecionados são então avaliados criticamente; e, finalmente, os resultados obtidos são interpretados e apresentados de forma sintetizada, seguindo a estrutura estabelecida para a revisão integrativa (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

No caso presente, foram utilizados os descritores “direitos sexuais”, “direitos reprodutivos”, “direitos sexuais e reprodutivos”, “justiça reprodutiva” e “justiça social reprodutiva”, combinados pelo operador booleano AND. A pesquisa foi conduzida em quatro bases de dados¹: Periódicos CAPES, EBSCO Host, RVBI e RT online, sem recorte temporal dos artigos selecionados. Foram considerados artigos escritos em português, inglês e espanhol.

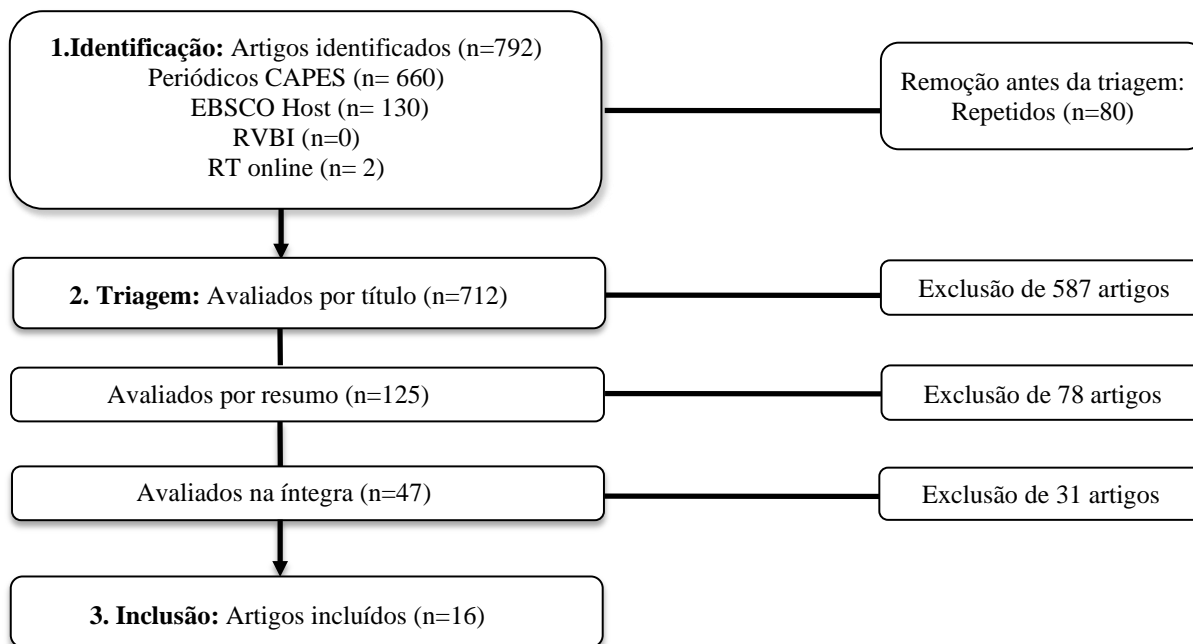
Obteve-se um total de 792 artigos, reduzidos a 125 após exclusão dos repetidos e leitura dos títulos. O primeiro critério de exclusão adotado foi o de títulos de abordagem abrangente que não se relacionavam com a presente discussão.

Na segunda fase de exclusão, foram analisados os resumos, sendo o critério de inclusão a menção simultânea aos descritores principais (DS/DR/DSR+JR/JSC) e a confirmação da pertinência temática, e os de exclusão foram a ausência dos descritores e de tangenciamento temático.

Dos 125, foram excluídos 78 artigos. A terceira fase envolveu a leitura na íntegra dos artigos restantes, dos quais 31 foram excluídos por não abordarem o tema de acordo com o objetivo da discussão proposta, obtendo-se a amostra final de 16 artigos incluídos na presente revisão.

¹ Agradecimentos à Biblioteca de Ciências Jurídicas da UFPR pela intermediação na realização do levantamento bibliográfico.

FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DA SELEÇÃO DE ARTIGOS INCLUÍDOS NA REVISÃO



Resultados e Discussão

As tabelas 1, 2 e 3 apresentam os dezesseis artigos encontrados nos idiomas inglês, português e espanhol.

TABELA 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS EM INGLÊS

Autoria	Título	Revista	Ano
MUTCHERSON, Kimberly.	A Phoenix from the Ashes: Reproductive Justice in a World without Roe	J. Health Care L. & Pol'y,	2023
ALRIFAI, Ayesha.	Abortion as a Contested Right in Occupied Palestine.	Journal of Middle East Women's Studies	2018
SPEIDEL, J. Joseph; O'SULLIVAN, Jane N.	Advancing the welfare of people and the planet with a common agenda for reproductive justice, population, and the environment.	World	2023
MACLEOD, Catriona Ida; BEYNON-JONES, Sian; TOERIEN, Merran	Articulating reproductive justice through reparative justice: case studies of abortion in Great Britain and South Africa	Culture, health & sexuality,	2017
IDRISS-WHEELER, Dina et al	Looking through the lens of reproductive justice: the need for a paradigm shift in sexual and	. Reproductive Health	2021'

	reproductive health and rights research in Canada		
MORGAN, Lynn M	Reproductive rights or reproductive justice? Lessons from Argentina.	Health & Hum. Rts. J	2015
MORISON, Tracy.	Reproductive justice: A radical framework for researching sexual and reproductive issues in psychology.	Social and Personality Psychology Compass,	2021
FRIED, Marlene.	The politics of abortion: A note.	Indian Journal of Gender Studies,	2006
THOMSEN, Carly.	The politics of narrative, narrative as politic: Rethinking reproductive justice frameworks through the South Dakota abortion story.	Feminist Formations	2015
PRICE, Kimala.	What is reproductive justice? How women of color activists are redefining the pro-choice paradigm.	Meridians,	2020
WALLACE, Heather Julie et al.	Who decides to have sex? Exploring the perceptions of Timorese women and men through a reproductive justice lens.	Culture, Health & Sexuality	2020

TABELA 2 – IDENTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS EM PORTUGUÊS

Autoria	Título	Revista	Ano
MIRANDA, Maria Lucilia Morais de; NASCIMENTO, Adriana Galvão do; LEMOS JUNIOR, Eloy Pereira. .	Mulheres negras e a justiça reprodutiva direitos sexuais e reprodutivos de forma ampliada justiça social	Revista IberoAmericana de Humanidades, Ciências e Educação	2023
VENTURA, Miriam; DE CAMARGO, Thais Medina Coeli Rochel.	Direitos Reprodutivos e o Aborto: As mulheres na epidemia de Zika	Revista Direito e Práxis	2016
BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva.	Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil.	Interface-Comunicação, Saúde, Educação	2023
MANO, Maíra Kubik Taveira; ALMEIDA, Eliane Vieira Lacerda.	Justiça reprodutiva: entre o público e o privado	Revista de Gênero, Sexualidade e Direito	2021

TABELA 3 – IDENTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS EM ESPANHOL

Autoria	Título	Revista	Ano
GALARZA NEIRA, María Teresa.	Ficciones disidentes reescriben la ley: investigación a través del arte sobre biopolítica, derechos de las mujeres y justicia reproductiva en Ecuador.	Foro: Revista de Derecho	2020

Os resultados e discussões levantados nos referidos artigos foram agrupados nos capítulos seguintes a partir da análise conjunta dos artigos que fazem menção, respectivamente, à relação entre justiça reprodutiva e direitos sexuais, justiça reprodutiva e direitos reprodutivos e justiça reprodutiva e direitos sexuais e reprodutivos.

Justiça Reprodutiva e Direitos Sexuais e Reprodutivos

Dos 16 artigos, 05 (31,25%) fizeram menção especificamente à relação entre direitos sexuais e reprodutivos (DSRs) e justiça reprodutiva (JR) (Brandão, Cabral, 2021; Miranda, Nascimento, Lemos., 2023; Speidell, O'Sullivan, 2023; Morgan, 2015; Morison, 2021).

Foi ressaltado o aspecto de expansão na relação entre JR e DSRs: para Miranda, Nascimento e Lemos (2023), “a justiça reprodutiva é conceito que vê os direitos sexuais e reprodutivo de forma ampliada, uma vez que defende direitos humanos e sociais na pauta de saúde reprodutiva das mulheres” (Miranda, Nascimento, Lemos, p. 2, 2023).

Além disso, foi evidenciada a importância da JR para aproximação dos DSRs com a noção de justiça social e a necessidade de reconhecimento da influência das condições estruturais (Brandão, Cabral, 2021), ou seja, a JR é um quadro que permite identificar as questões estruturais e sistêmicas que devem ser abordadas para apoiar os direitos sexuais e reprodutivos (Morison, 2021). O movimento pela JR analisa as questões sexuais e reprodutivas também dentro do contexto das relações de poder, que influenciam a implementação e a restrição dos DSRs (Morison, 2021).

No Brasil, feministas negras, como Lélia Gonzalez, Lucia Xavier, Sueli Carneiro, e Jurema Werneck, forneceram embasamento teórico para o desenvolvimento de uma visão crítica dos DSRs, levando em conta a profunda desigualdade social presente no país. (Brandão, Cabral, 2021).

Chama-se atenção para o fato de que os movimentos latino-americanos por direitos e pela justiça reprodutiva não estão necessariamente relacionados aos movimentos semelhantes nos EUA, pois, no contexto local, podem também surgir historicamente de outros movimentos de justiça social profundamente enraizados na América Latina (Morgan, 2015). Nesse sentido, Morgan destaca que, diante da crescente popularidade do conceito de justiça reprodutiva, é importante entender os contextos nos quais reivindicações baseadas em direitos – na qual inserem-se os DSRs – ainda podem ser politicamente úteis, principalmente em locais onde o governo respeita os direitos humanos (Morgan, 2015, p. 144).

Ainda, foi vinculada a preocupação com o crescimento populacional e a JR no sentido de que isto permitiria cumprir os objetivos da justiça reprodutiva, apoiar a equidade, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, o que envolveria uma cautela simultânea com a dinâmica populacional, a saúde, o meio ambiente e os direitos sexuais e reprodutivos. (Speidell, O’Sullivan, 2023).

Justiça Reprodutivos e Direitos Reprodutivos

Dos 16 artigos, 15 (93,75%) fizeram menção especificamente à relação entre direitos reprodutivos (DRs) e justiça reprodutiva (JR). Não houve menção apenas no estudo de Wallace et al. (2020).

A JR não é sinônimo de DRs e constitui uma lente interseccional e expansiva – de uma maneira que o discurso sobre DRs normalmente não é – abrangendo questões como reforma do sistema penitenciário, justiça ambiental, acesso universal e acessível às creches, educação pública de alta qualidade, acesso adequado à saúde, combate à desigualdade de renda, busca de soluções para a falta de moradia e insegurança habitacional (Mutcherson, 2022)

Os estudos de Price (2020) indicam que, após as frustrações com o enfoque individualista do movimento pró-escolha, foi criado o movimento pela JR, que usa um quadro de direitos humanos e justiça social para ampliar e redefinir a questão dos DRs (Price, 2020, p. 345).

De acordo com Thomsen (2015), defensores da justiça reprodutiva frequentemente afirmam que os movimentos de direitos reprodutivos se baseiam exclusivamente em retóricas de escolha e privacidade, demasiado restrito em prol dos

direitos contraceptivos e ao aborto - questões representadas como preocupações das mulheres brancas da classe média.

Em contraste, a justiça reprodutiva abordaria uma gama mais ampla de preocupações reprodutivas (Macleod, Beynon-Jones, Toerien, 2017) por meio de um enfoque interseccional na justiça social e isso tem contribuído para que as feministas tradicionais não mais vejam no aborto a questão mais importante dos direitos das mulheres (Thomsen, 2015, p.3).

Em revisão de literatura sobre o direito da mulher ao aborto voluntário no contexto da epidemia de Zika, Ventura e Camargo (2016) identificaram que os direitos reprodutivos têm sido desenvolvidos a partir das lutas por justiça reprodutiva e, predominantemente, nas esferas internacionais dos direitos humanos e que, por outro lado, é viável avançar na justiça reprodutiva ao assegurar tanto os direitos reprodutivos quanto o direito das mulheres (Ventura, Camargo, 2016).

Há também uma concordância no fato de que a JR integra os DRs à justiça social (Miranda, Nascimento, Lemos, 2023): “falar em justiça reprodutiva é colocar os direitos reprodutivos na esfera da justiça social” (Mano, Almeida, 2023, p.2), “*a reproductive justice approach considers reproductive rights to be part of social justice*” (Alrifai, 2023, p. 1), “*at the core of RJ is the link between reproductive rights and social justice*” (Idriss-Wheeler et al., 2023), “*the article showshow women of colour activists are promoting an expansive reproductive justice agenda which brings reproductive rights together with social justice and human rights*” (Fried, 2006) e “*su enfoque [JR] considera los derechos reproductivos en diálogo con la noción de justicia social, desde una perspectiva interseccional*” (Galarza, 2020, p. 185).

O estudo de Morison (2021) indica também que o movimento pela JR busca ser mais inclusivo do que o foco predominante em direitos, como aborto e contracepção, ao se concentrar na opressão reprodutiva e situar os direitos reprodutivos dentro de uma estrutura social mais ampla.

Justiça Reprodutiva e Direitos Sexuais:

Dos 16 artigos, 02 (12,5%) fizeram menção especificamente à relação entre direitos sexuais e justiça reprodutiva (Wallace et al., 2020; Morison, 2021).

O estudo de Morison (2021) destacou que a ampliação mais explícita do significado de JR envolve também o reconhecimento explícito dos DSs, inclusive com o uso por alguns do termo “Justiça Sexual e Reprodutiva” para indicar isso.

Na mesma direção, Wallace et al. (2020) referem a importância da abordagem interseccional da JR para expandir a perspectiva dos DSs, permitindo uma análise dos fatores multifatoriais que os impactam diretamente. Embora seja crucial reconhecer a falta de realização dos DSs, adotar uma perspectiva mais ampla permite identificar e analisar os principais fatores que moldam as chances de conquistar esses direitos (Wallace et al., 2020).

Considerações Finais

Os direitos sexuais e reprodutivos (DSRs), estabelecidos nas últimas décadas, enfocam o acesso a serviços de saúde e informações relacionadas à reprodução e sexualidade. No entanto, a justiça reprodutiva (JR) oferece uma nova perspectiva ao ampliar essa abordagem para incluir mais questões de direitos humanos e justiça social na saúde das mulheres.

Ao incorporar a análise das desigualdades estruturais e das relações de poder que moldam a implementação e restrição desses direitos, a JR promove uma visão crítica dos DSRs, especialmente em contextos como o brasileiro, onde a desigualdade social é profunda. Defender os DSRs através da lente da JR fortalece a conexão entre direitos reprodutivos (DRs) e justiça social, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de enfrentar problemas estruturais e sistêmicos para garantir uma aplicação efetiva desses direitos.

A JR adota uma abordagem interseccional, considerando fatores econômicos, ambientais, de imigração, violência, trabalho e família, e situa os direitos reprodutivos (DRs) em um contexto social mais amplo. Esse enfoque expande o conceito tradicional de DSRs também ao incluir explicitamente os direitos sexuais (DSs) dentro da justiça sexual e reprodutiva, promovendo uma visão mais holística dos direitos humanos.

Assim, avançar na JR implica não apenas garantir os direitos sexuais e reprodutivos (DSRs), mas também abordar as desigualdades estruturais que afetam sua realização, contribuindo para uma perspectiva mais inclusiva e abrangente sobre a igualdade de gênero e a saúde sexual e reprodutiva.

Referências

- ALRIFAI, Ayesha. Abortion as a Contested Right in Occupied Palestine. *Journal of Middle East Women's Studies*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 384-389, 2018.
- BOLISSIAN, Annie Mellem et al. Aleitamento humano e a perspectiva da interseccionalidade queer: contribuições para a prática inclusiva. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 27, p. 2-13, 2023.
- BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 25, p. 1-16, 2021.
- CARLOS, Paula Pinhal. Gênero, maternidade e direitos sexuais e reprodutivos. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Lisboa, v. 5, p. 1745-1781, 2019.
- CARVALHO, Layla Pedreira; ELIAS, Maria Ligia G.G.R. Um passo além dos Direitos Humanos das mulheres: a perspectiva da justiça reprodutiva nos casos de esterilização das mulheres e do vírus Zika. In: 12º ENCONTRO DA ABCP, 18-21 ago. 2020, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020.
- DÍAZ, Margarita; CABRAL, Francisco; SANTOS, Leandro. Os direitos sexuais e reprodutivos. In: RIBEIRO, Cláudia; CAMPUS, Maria Tereza de A. (Ed.). *Afinal, que paz queremos?* Lavras: Editora UFLA, 2004. p. 45-70.
- FRIED, Marlene. The politics of abortion: A note. *Indian Journal of Gender Studies*, v. 13, n. 2, p. 229-245, 2006.
- GALARZA NEIRA, María Teresa. Ficciones disidentes reescriben la ley: investigación a través del arte sobre biopolítica, derechos de las mujeres y justicia reproductiva en Ecuador. *Foro: Revista de Derecho*, n. 33, p. 175-195, 2020.
- IDRISS-WHEELER, Dina et al. Looking through the lens of reproductive justice: the need for a paradigm shift in sexual and reproductive health and rights research in Canada. *Reproductive Health*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 129, 2021.
- MACLEOD, Catriona Ida; BEYNON-JONES, Sian; TOERIEN, Merran. Articulating reproductive justice through reparative justice: case studies of abortion in Great Britain and South Africa. *Culture, health & sexuality*, v. 19, n. 5, p. 601-615, 2017.
- MANO, Maíra Kubik Taveira; ALMEIDA, Eliane Vieira Lacerda. JUSTIÇA REPRODUTIVA: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 74-94, 2023.
- MIRANDA, Maria Lucilia Morais de; NASCIMENTO, Adriana Galvão do; LEMOS JUNIOR, Eloy Pereira. Mulheres Negras e a Justiça Reprodutiva: Direitos Sexuais E Reprodutivos de forma ampliada Justiça Social. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 11, p. 211-222, 2023.

MORGAN, Lynn M. Reproductive rights or reproductive justice? Lessons from Argentina. *Health & Human Rights. J., [S. l.]*, v. 17, p. 136-149, 2015.

MORISON, Tracy. Reproductive justice: A radical framework for researching sexual and reproductive issues in psychology. *Social and Personality Psychology Compass, [S. l.]*, v. 15, n. 6, p. 1-10, 2021.

MUTCHERSON, Kimberly. A Phoenix from the Ashes: Reproductive Justice in a World without Roe. *J. Health Care L. & Pol'y, [S. l.]*, v. 26, p. 279-284, 2023.

PIOVESAN, Flávia. Os direitos reprodutivos como direitos humanos. In: BUGLIONE, Samantha (org.). *Reprodução e sexualidade: uma questão de justiça*. Porto Alegre: Themis; S. A. Fabris, 2002, p. 61-79.

PRICE, Kimala. What is reproductive justice? How women of color activists are redefining the pro-choice paradigm. *Meridians, [S. l.]*, v. 19, p. 340-362, 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010.

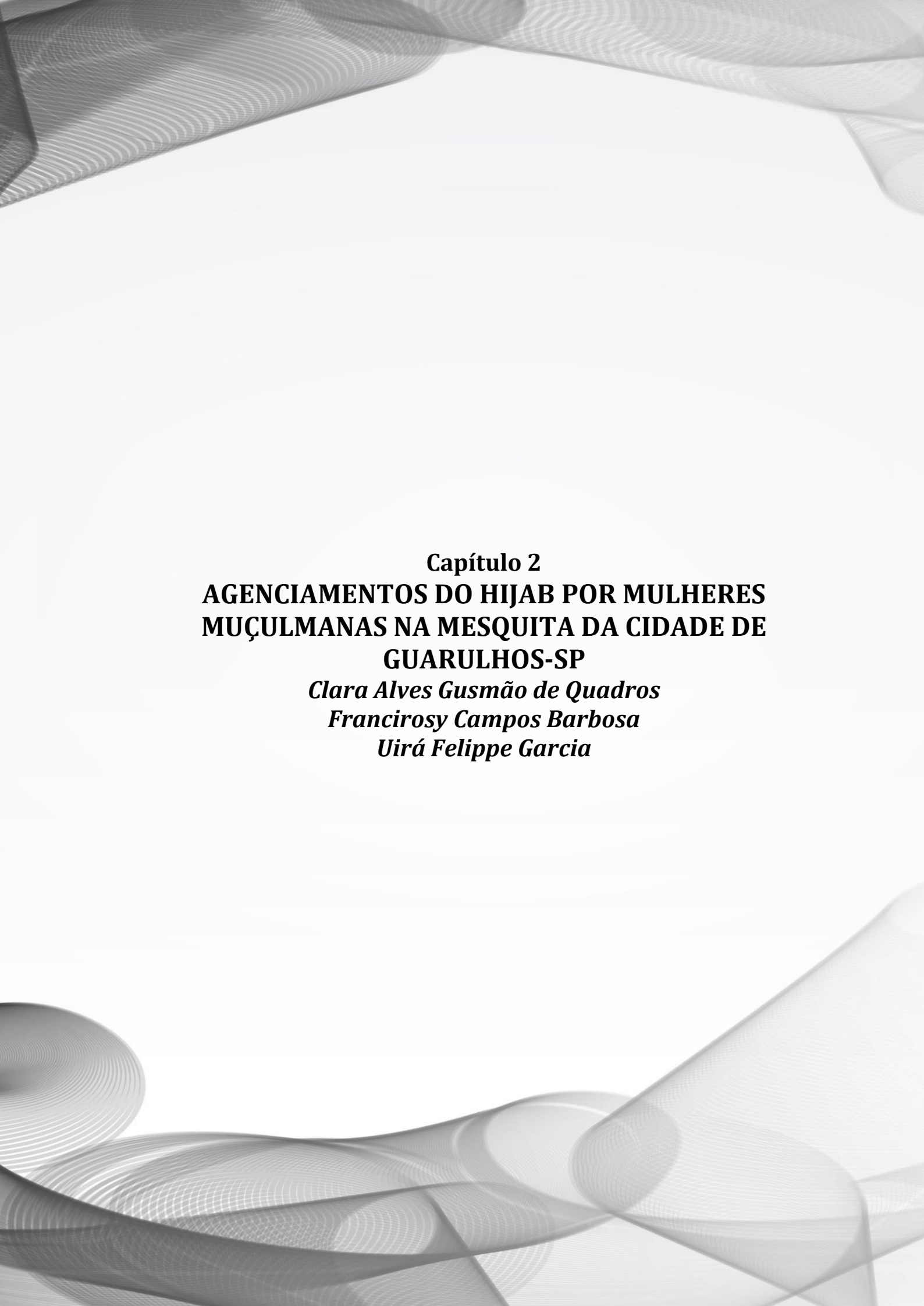
SPEIDEL, J. Joseph; O'SULLIVAN, Jane N. Advancing the welfare of people and the planet with a common agenda for reproductive justice, population, and the environment. *World, [S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 259-287, 2023.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Direitos sexuais e reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da psicologia e sua produção teórica sobre a adolescência. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 16, p. 151-160, 2004.

VENTURA, Miriam; DE CAMARGO, Thais Medina Coeli Rochel. Direitos Reprodutivos e o Aborto: As mulheres na epidemia de Zika. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 622-651, 2016.

WALLACE, Heather Julie et al. Who decides to have sex? Exploring the perceptions of Timorese women and men through a reproductive justice lens. *Culture, Health & Sexuality*, v. 22, n. 1, p. 112-127, 2020.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *Journal of advanced nursing, [S. l.]*, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.



Capítulo 2
AGENCIAMENTOS DO HIJAB POR MULHERES
MUÇULMANAS NA MESQUITA DA CIDADE DE
GUARULHOS-SP

Clara Alves Gusmão de Quadros
Francirosy Campos Barbosa
Uirá Felipe Garcia

AGENCIAMENTOS DO HIJAB POR MULHERES MUÇULMANAS NA MESQUITA DA CIDADE DE GUARULHOS-SP

Clara Alves Gusmão de Quadros

Docente da educação básica de escolas particulares na cidade de Barreiras-Bahia, ministrando os componentes curriculares de sociologia, filosofia e história. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. E-mail: gusmao.claraa@gmail.com .

Francirosy Campos Barbosa

Co-orientadora, antropóloga, docente associada ao departamento de psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRB) da Universidade de São Paulo (USP), do Programa de Pós em Psicologia da FFCLRP e do Programa de Pós em Antropologia/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), coordenadora do GRACIAS – Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes. Pós-doutora pela Universidade de Oxford. E-mail: franci@ffclrp.usp.br.

Uirá Felipe Garcia

Orientador, antropólogo, docente associado à Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (ELFCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Departamento de Ciências Sociais. Faz parte do Centro de Estudos Ameríndios (CEstA) da Universidade de São Paulo (USP) e do Núcleo de Antropologia Simétrica (NANSi) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutor em antropologia, e Visiting Scholar no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, Davis (2019). E-mail: uira.garcia@unifesp.br .

RESUMO

Esta pesquisa, realizadas nos anos de 2022 e 2023, tem como objetivo investigar os múltiplos significados atribuídos ao uso do véu islâmico (*hijab*) e suas formas de agenciamentos na construção da identidade religiosa, de gênero e política no espaço público e privado por mulheres muçulmanas nascidas em berço islâmico e revertidas ao Islam. Baseando-se na pesquisa etnográfica, realizadas nas sextas-feiras de quinze em quinze dias na Mesquita, e entrevistas semi estruturadas, de

uma hora e meia realizadas individualmente, com muçulmanas que frequentam a Mesquita Central de Guarulhos, é notório que o significado atribuído ao *hijab* é atravessado pela subjetividade identitária do sujeito religioso, seja pela sua história de vida, frente ao contexto sociocultural, seja pela relação estabelecida com a religião, marcada pela posição religiosa disposta, nesse caso, de ser revertida ou nascida. Sendo possível, dessa forma, investigar as diferentes significados atribuídos ao véu islâmico, existente entre muçulmanas nascidas e revertidas, como categorias que circulam e disputam sentidos dentro da própria esfera religiosa e na esfera pública. Considero que discutir sobre os múltiplos significados acerca do véu contribui para os estudos decoloniais que vem pensando gênero e religião a partir de mulheres muçulmanas, bem como, coopera etnograficamente com trabalhos relacionados a essa temática.

Palavras-chaves: Islam. Mulheres muçulmanas. *Hijab*. Nascidas. Revertidas.

ABSTRACT

This research, carried out in the years 2022 and 2023, aims to investigate the multiple meanings attributed to the use of the Islamic veil (hijab) and its forms of agency in the construction of religious, gender and political identity in the public and private space by Muslim women born in an Islamic cradle and reverted to Islam. Based on ethnographic research, held on fridays every fifteen days at the Mosque, and semi-structured interviews, of an hour and a half held individually, with Muslim who attend the Central Mosque of Guarulhos, it is notorious that the meaning attributed to the hijab is crossed by the identity subjectivity of the religious subject, either by his life history, in the face of the sociocultural context, or by the relationship established with the religion marked by the religious position disposed, in this case, to be reversed or born. In this way, it is possible to investigate the different meanings attributed to the Islamic headscarf among born and reverted Muslim women, as categories that circulate and dispute meanings within the religious sphere itself and in the public sphere. I consider that discussing the multiple meanings of the veil contributes to decolonial studies that have been thinking about gender and religion from Muslim women, as well as cooperating ethnographically with works related to this theme.

Keywords: Islam; Muslim women; Hijab; Born; Reverted.

INTRODUÇÃO

Este capítulo é resultado de uma **pesquisa² realizada durante os anos de 2022 e 2023**, que visa explorar os diversos significados circulares e oponentes dispostos pelos

² Esta pesquisa foi financiada pela bolsa do Programa Institucional de Iniciação Científica - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC - CNPq) na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Departamento de Ciências Sociais. Guarulhos - SP - Brasil. CEP: 07252-312 -.

sujeitos religiosos e históricos dentro da esfera religiosa islâmica, trabalhando, assim, com a multiplicidade de significações dadas a categoria simbólica do *hijab*³ através da diferenciação das identidades de nascidas e revertidas⁴, que frequentam a Mesquita Central de Guarulhos, localizada na Avenida Dr. Carlos de Campos, 767, no bairro Cidade Maia. Este trabalho foi fundamentado metodologicamente a partir de trabalhos de campo realizados a cada 15 dias, nas sextas-feiras ao meio dia (*salat jummah*) na Mesquita Central de Guarulhos. Para além disso, foi realizada, também, entrevistas semi-estruturadas de uma hora e meia realizadas individualmente⁵, ou no espaço da Mesquita, ou na casa das minhas interlocutoras de pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Acho pertinente, primeiramente, apresentar, brevemente, determinados aparatos teóricos, que serão necessários para embasar este capítulo, pois, perdurará nos dois aparatos metodológicos deste artigo: o relato etnográfico e apresentação das entrevistas. Segundo Karina Meneses:

Usar o *hijab* no espaço público não-islâmico é, antes de um acato à norma religiosa, uma performance do sagrado, uma demarcação de identidade, uma retroalimentação da fé, um método e condição de ser inserida na comunidade religiosa, é a hierocracia em sua manifestação mais extensiva, determinada por uma autonomia da mulher e por seu poder de decisão. (MENESES, 2016, p.9).

Corroborando com esse pensamento, o *hijab* (véu islâmico) é um símbolo religioso⁶, que exterioriza a crença islâmica e obediência aos preceitos divinos de recato e moralidade, atuando, assim, como intermédio entre o corpo sagrado da mulher e o meio sociocultural ao agir como a representação visual do Islam no espaço público - local onde o véu emerge e ganha significado - (Barros, 2012; Molina, 2022). Ademais, conforme Oliver Roy (2004 apud Marques, 2011, p. 41), o *hijab* também é uma forma de manifestação identitária, e de autoafirmação dos valores morais e religiosos islâmicos.

³ *Hijab* cobre da cabeça aos pés, neste sentido, o lenço com *abaya* (vestimentas modestas que cubram do punho aos tornozelos) é considerado usando *hijab*.

⁴ Ao longo do texto, é **usado, como base, o termo “reversão”**, pois significa: “[..]forma de voltar a um estado anteriormente experimentado. Para eles (...) todos nascem muçulmanos, por isso assumem que as pessoas se reverterem retornam ao aceitarem o Islã como sua religião.”. (Marques, 2007, p.293).

⁵ Foram devidamente autorizadas pela Diretora da Mesquita.

⁶ Ver Clifford Geertz (1981).

Dessa forma, o véu é um símbolo identitário de poder e agência, operando como uma extensão identitária de representação religiosa, isso porque, o véu implica a construção da performance identitária do sagrado no espaço público, por exemplo, pelo tipo e forma de usar o véu⁷ (Arroyo, 2017; Barbosa, 2013). Para compor essa teoria, de acordo com Gisele Chagas (2006, p.1): “[...] diferentes formas de transmissão, circulação e apropriação de conhecimento religioso na construção das identidades religiosas [...]”. Portanto, a posição religiosa (revertida ou nascida) implica uma variedade de interpretações acerca do discurso, dos símbolos e das práticas religiosas corporificadas⁸, por causa da forma de que o conhecimento religioso é organizado, transmitido e interpretado em cada contexto sociocultural e religioso, culminando na constituição de múltiplas identidades religiosas (Marques, 2011). Logo, há uma construção sociocultural da identidade da mulher muçulmana, é isso que busco demonstrar neste artigo. Devido ao critério de reconhecer o papel de *agência* na trajetória, busco colaborar para o estudo de gênero na religião islâmica, bem como na desconstrução dos estereótipos, os quais violentam a identidade muçulmana, o seu corpo e sua autonomia.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Mesquita Central de Guarulhos: relato etnográfico.

A Mesquita Central de Guarulhos, nomeada Associação Islâmica Brasileira (ASSIBRA) de Guarulhos, foi fundada no dia 15 de novembro de 1984 pelo Sr. Alhaj Mostafa Smaili, e é de tradição sunita. Ao longo desses 38 anos de fundação, 10 diferentes patronos, e 4 presidentes, fizeram parte da história dessa importante instituição religiosa na cidade de Guarulhos. Este foi o campo definido para investigação devido a proximidade da Universidade Federal de São Paulo, campus Guarulhos, bem como pela falta de produção acadêmica sobre os fiéis que a frequenta. Intermediado pela minha co-orientadora, iniciamos o contato via secretaria da mesquita, que já me colocou em contato com um dos *Sheiks* (líder religioso da instituição⁹), para que ele tivesse ciência do meu

⁷ Ver Lundt, 2009.

⁸ Ver Paula Monteiro (2012).

⁹ “[...] os sheiks, como líderes da fala, são aqueles que detêm o conhecimento sobre a religião e o transmitem, sendo as pessoas mais indicadas para falar, pela comunidade e em nome dela.” (Barbosa, 2007, p. 158).

trabalho, bem como possibilitar o contato com as mulheres que contribuíram com essa pesquisa.

Para além disso, em relação ao espaço da mesquita, o ambiente é composto por uma casa de dois andares, sendo o primeiro andar, um local da recepção, bem como há um salão de festas e eventos da ASSIBRA. Enquanto isto, o segundo andar é formado pela secretária, quartos para funcionários, sala para os *Sheiks*, banheiro masculino e feminino, duas salas para acomodação com vestuário, uma feminina e outra masculina. Diante disso, o espaço destinado às mulheres (Ver Foto 1 abaixo) tem sofás, sapateiro, banheiro, uma estante com as roupas de oração (Ver Foto 2), que ficam à disposição, e uma cama. Essa cama existe porque a Mesquita Central de Guarulhos abrigou **duas refugiadas afegãs** que estavam em situação vulnerável no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Foram elas que se voluntariaram a me ensinaram, pela primeira vez, a colocar o *hijab*, que antes de ganhar de presente de uma das queridas muçulmanas que tive contato, era improvisado com um cachecol. Mas tenho que admitir que precisaria de mais aulas, porque não consegui reproduzir sem a ajuda delas em casa. Isso tudo demonstra o carinho e o aprendizado entre nós, pesquisadoras e interlocutoras. Quando se é iniciante nessa empreitada, esse aprendizado vale muito, porque ser aceito no campo é sempre uma forma de constituir a pesquisa com diálogos profícuos que contribuem para produção do conhecimento. A antropologia acontece em relação. Nesse sentido, desejo ressaltar que a sala das mulheres foi um espaço importante ao longo dos 2 anos na pesquisa etnográfica, pois, foi onde estabeleci relações, tanto de desinteresse, quanto, primordialmente, de confiança, através do convívio com as muçulmanas, sobretudo, com aquelas que colaboram para esta pesquisa.

Foto 1- Quarto, banheiro e vestuário feminino.



Fonte: De autoria própria, 2022.

Foto 2- Mulheres orando no seu espaço de oração.



Fonte: De autoria própria, 2022.

Falando propriamente do local e momento da oração coletiva, realizadas ao meio dia nas sextas-feiras (*salat jummah*), é o ambiente onde a separação entre os sexos é efetivada, a partir de uma divisória de madeira que separa os espaços masculino do feminino¹⁰, seguindo, assim, o preceito religioso. Destarte, o espaço é composto por um carpete vermelho com linhas brancas, para, na hora da reza as pessoas se posicionarem em direção a Meca. Ao meio dia, o *Muézin*, responsável por fazer o chamado para as orações (*Azan*¹¹) no microfone, em direção a Meca, logo, de costas para os fiéis, e depois, ocorre o sermão (*khutba*) proferido por um *Sheik*, no altar (Ver Foto 3), isto é, fala sobre princípios religiosos, com o objetivo de guiar religiosamente os muçulmanos mediante as realidades cotidianas. Essa *khutba* é, primeiramente, realizada em árabe¹², e depois, em português. Logo após, as pessoas se levantam, se posicionam em cima da linha - quem não tem condições físicas para isso, realiza sentado -, e em conjunto com as frases ditas pelo *Sheik*, as pessoas fazem os movimentos da oração¹³ duas vezes seguidas¹⁴, a fim de “teatralizar” a Palavra, tornando presente o próprio Deus.

¹⁰ Nota-se pelas fotos da autora, que o espaço de oração destinado às mulheres é menor que dos homens, isso acontece em detrimento do preceito religioso que ordena que a *Salat Jummah* é obrigatória para os homens e facultativa às mulheres. Por isso, é necessário que o espaço de oração masculino seja maior, pois comporta um número maior de fiéis, em razão dessa obrigatoriedade perante a oração coletiva de sexta-feira.

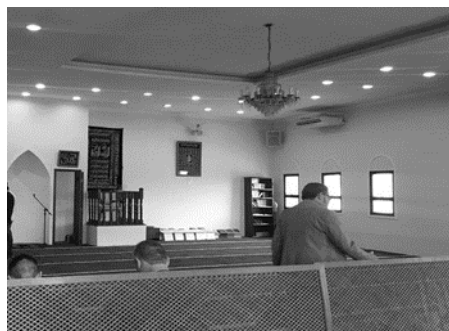
¹¹ “[...] é um culto que precede a oração [...] Classifico, portanto, a voz do *muázin* como sendo aquela que se materializa, que se liga ao corpo, ao gesto, que gera o sentimento de sociabilidade, porque mobiliza os muçulmanos para a oração [...]” (Barbosa, 2009, p. 108-109, grifo do autor).

¹² Isso é porque é a língua clássica do Alcorão, visto que, o árabe é a língua materna do profeta Muhammad.

¹³ Ver explicação dos movimentos em Barbosa (2009).

¹⁴ “A repetição da oração no Islã é verbal e corporal [...]. Proponho pensar a oração dos muçulmanos *como uma poética do corpo* (...) as palavras cadenciam os movimentos do corpo. O gesto ganha vida pela voz, há um *comprometimento do corpo*.” (Barbosa, 2009, p. 99, grifo do autor).

Foto 3- Espaço de oração dos homens, o altar do Sheik e o espaço do *Muézin*.



Fonte: Foto da autora.

Após a reza as pessoas saem do espaço de oração e voltam aos seus trabalhos e afazeres, ou, se dirigem para o primeiro andar para conversarem, encontrarem seus maridos/esposas, comprarem comidas árabes, nesse percurso.

Por fim, relatarei uma festa árabe, realizada às oito da noite no dia 11 de junho de 2022, no salão de festas da Mesquita, que fui convidada, tanto pela secretaria de Mesquita, quanto pelas muçulmanas que estabeleci mais proximidade. Diante da ocasião, fiz questão de usar o *hijab* que tinha ganhado de presente, de uma de minhas interlocutoras de pesquisa, achando que era a melhor ocasião para estreá-lo. Havia banda, mesas decoradas e um espaço externo, que era onde se comprava comida e bebida. Assim que cheguei, me encontrei com as mulheres que havia estabelecido até então maior proximidade, e a partir delas, eu pude conhecer mais mulheres, que perguntaram sobre, e incentivaram, o meu trabalho. Com elas, eu experimentei diversas comidas árabes deliciosas, e aprendi sobre a religião islâmica e alguns costumes árabes vistos ali na festa. Decidi ir embora às dez e meia, por conta do horário do ônibus, e com isso, me despedi de todas aquelas que me acompanharam na festa, agradecendo a companhia, o incentivo e o convite. Como foi dito, a antropologia acontece em relação.

Conversando com as mulheres muçulmanas.

Doravante, as **entrevistas** semi-estruturadas foram realizadas em uma hora e meia, individualmente, ou no espaço da Mesquita¹⁵, ou na casa das minhas interlocutoras de pesquisa, ao longo de 3 meses. Para a análise das entrevistas, dividi em 2 grupos¹⁶: A-

¹⁵ Foram devidamente autorizadas pela Diretora da Mesquita.

¹⁶ Ambos os grupos foram compostos por mulher brancas de classe média/classe média alta, diante do cenário etnográfico: a Mesquita Central de Guarulhos, única Mesquita de Guarulhos, é localizada em um

nascidas e B- revertidas. Nesta análise, demonstrada no título abaixo, busco desenvolver como a história de vida e sua posição religiosa atravessam a forma como elas se conectaram com a religião, e em especial, com o lenço.

ANÁLISE DE DADOS

Grupo A – muçulmanas nascidas.

O Grupo A é composto por três mulheres muçulmanas nascidas, brancas, brasileiras e imigrantes, entre 40 e 70 anos, casadas, com filhos, e com diversos níveis de escolaridade: desde ensino médio incompleto até pós-graduanda: A **entrevistada A** é uma muçulmana libanesa¹⁷, criada por pais muçulmanos sírios¹⁸. Ela comenta que, por parte de pai, as mulheres usavam o *niqab*¹⁹, enquanto, por parte de mãe, usavam o *hijab* até a metade do cabelo, e mesmo que seus pais não tinham o hábito de realizar as 5 rezas por dia, nem de ir frequentemente à mesquita, o uso do *hijab* era um ponto de conflito com o pai, e isso fez com que ela resistisse ao seu uso na fase jovem-adulta. Sendo assim, só a partir do nascimento dos seus filhos, ela se tornou mais religiosa, pois, viu-se no papel de transmitir e dar continuidade a religião islâmica e a cultura médio-oriental à família, inclusive, apenas com incentivo dos filhos, ela decidiu pôr o lenço novamente. A **entrevistada B** foi uma mulher brasileira que convivia unicamente com seus parentes árabes que estavam no Brasil, até entrar na escola, onde, de acordo com seu relato, foi um espaço difícil, tanto em relação aos costumes brasileiros, quanto com língua, pois, antes disso, ela não sabia falar português. Na sua família árabe muçulmana, o uso do *hijab* nunca foi uma questão aqui no Brasil, e o que a incentivou a colocar o véu, aos 18 anos, foi sua morada no Líbano e o seu casamento. A **entrevistada C** foi uma mulher brasileira de pais imigrantes que também relata que contato com a cultura brasileira fez com que

bairro elitizado, bem como, durante o período que estava realizando a pesquisa, notei a falta de muçulmanas negras frequentando a instituição, exceto em duas ocasiões, que vi e conheci 4 muçulmanas negras: uma, era uma mulher com 3 filhas pequenas, em que nenhuma delas falava português, e outra, a mulher estava indo a mesquita pela primeira vez, e, infelizmente, só a vi uma única vez. Em contrapartida, muitos homens negros frequentavam a Mesquita.

¹⁷ País de maioria muçulmano que era colonizado pela França.

¹⁸ Um país de maioria católica.

¹⁹ O *niqab* é um véu que cobre todo o rosto da mulher, exceto por uma fenda na altura dos olhos. Este é muito popular, por exemplo, nos países do Golfo. Existe também o modelo “meio *niqab*”, mais presente no Norte da África e Sul da Ásia, que deixa olhos e testa descobertos (Lundt, 2019).

demorasse para querer/se sentir pronta para usar o *hijab*, que mesmo com apoio da família, ela tinha receio de se sentir deslocada em relação às suas amigas brasileiras. Tanto a entrevistada B, quanto a C, comentam que sofreram preconceito em apenas um momento das suas vidas, respectivamente, por a verem como árabe terrorista em um mercado, e quando mandaram ela tirar “aquilo”, o véu, durante um esporte, porque estava no Brasil. Entretanto, apesar dessas situações, elas, junto com a entrevistada A, afirmaram que o tratamento melhorou depois que colocou o *hijab*: “As pessoas começaram a me perguntar sobre a minha religião, vi que tive a aprovação social.” (Entrevistada C, 2022. Informação verbal.)²⁰. Ademais, em relação as essas situações, todas pontuaram que a discriminação acontece porque a pessoa permite que ela se manifeste, porque, a sua identidade, crenças e conduta de vida devem ser defendidas sem dar espaço para questionamento²¹.

Nota-se que, no primeiro grupo analisado, a nacionalidade das entrevistadas nascidas influencia a forma como elas se relacionam com o *hijab*, pois o contexto familiar e sociocultural atravessam a subjetividade simbólica e religiosa. Nesse sentido, o **Grupo A** coloca como significado do *hijab*: **obediência a Deus e proteção dos olhares dos homens**.

Você está agradando a ordem de Deus [...] estar mais próximo dEle. (ENTREVISTADA A, 2022. Informação verbal.)²².

Homens não sabem como falar comigo! Isso é porque o meu *hijab* impõe respeito, como uma barreira para eles, porque veem uma pessoa religiosa, e assim, nenhum homem mexe mais com a gente. (ENTREVISTADA B, 2022. Informação verbal.)²³.

Para além disso, cada uma delas atribui novos outros papéis de agência sobre o véu islâmico: o de respeito e segurança, pela questão de transparecer a sua identidade muçulmana frente a sociedade; e orgulho, porque têm-se o conhecimento do que está sendo defendido, e não como um empoderamento no quesito de beleza, já que, a mulher *encobre a sua beleza*, para não chamar atenção, nem intimidar os outros.

²⁰ Informação fornecida por entrevistada C em entrevista, em Guarulhos, em 10 de dezembro de 2022.

²¹ Essa conclusão também foi encontrada no I Relatório de Islamofobia no Brasil (2022), coordenado pela Francirosy Barbosa *et al*, onde as Mulheres que NÃO Sofreram Islamofobia pontuam que o comportamento do Outro, que são os brasileiros que desconhecem e querem conhecer a religião, vai depender da conduta e postura da mulher muçulmana, até porque, segundo elas, se a pessoa se impõem e respeita os outros, o respeito será ganho paralelamente.

²² Informação fornecida por entrevistada A em entrevista, em Guarulhos, em 21 de dezembro de 2022.

²³ Informação fornecida por entrevistada B em entrevista, em Guarulhos, em 17 de dezembro de 2022.

O meu *hijab* impõe respeito. (ENTREVISTADA B, 2022. Informação verbal.).

Já sabem que eu sou uma muçulmana sem eu falar nada. Me sinto uma divulgadora ambulante do Islam hahah. (ENTREVISTADA C, 2022. Informação verbal.).

Diante dessas especificidades, reconhece-se que mulheres nascidas na religião têm mais segurança em relação a sua identidade religiosa, devido a origem familiar islâmica e o respaldo/a referência que se tem no conhecimento religioso perpetuado por um núcleo social e familiar de muçulmanos árabes. Por conta disso, o uso do lenço costuma ser uma questão natural na família, diante do desejo de preservação e continuidade cultural e religiosa, e da socialização desde cedo com outras mulheres que também usam o *hijab*, seja dentro do próprio núcleo familiar, seja no núcleo religioso. Importante destacar que, por esses motivos que muçulmanas nascidas no Islam sofrem menos *hijabofia*²⁴, visto que, a *hijabofia* se perpetua acentuadamente na esfera familiar com diferentes religiões²⁵, caso que não ocorre na esfera privada das NASCIDAS.

Grupo B - muçulmanas revertidas.

O Grupo B é composto por muçulmanas revertidas brasileiras, **entre 30 a 60 anos**, divorciadas e noivas, duas têm filhos, têm o nível de instrução acima da graduação, antes eram evangélicas, conheceram o Islam através de muçulmanos estrangeiros e se reverteram há 2, 3 e 17 anos atrás ao receberem um chamado/confirmação. A **entrevistada D** conheceu o Islam através de um rapaz muçulmano no aeroporto de Dubai, e se reverteu há 2 anos, depois de ter recebido uma revelação em um sonho. Em sua trajetória, conta que decidiu colocar o *hijab* assim que aceitou a religião, mas que, inicialmente, não o usava no trabalho por receio²⁶, mas, felizmente, essa realidade mudou quando começou a trabalhar de comissária para uma empresa internacional Turca, que possui política adequada às mulheres muçulmanas. Além disso, em relação ao ambiente familiar, disse que teve poucos conflitos, por exemplo, ouviu: “Não vou me acostumar com

²⁴ “[...] **hijabofobia** expressa o medo, o receio e o horror que as pessoas têm em relação às mulheres muçulmanas que usam *hijab*, a ponto de cometerem violências verbais e físicas em espaços públicos e privados.” (Barbosa, 2022, p.8, grifo nosso).

²⁵ Ver I Relatório de Islamofobia no Brasil (Barbosa et al, 2022).

²⁶ O cenário de colocar o *hijab* tempos depois da reversão, ou não o usar em todos os ambientes, é normal, devido ao medo/receio da sociedade, e principalmente, do mercado de trabalho. E tudo bem, porque, apesar do *hijab* ser obrigatório é recomendável, a pessoa tem o livre arbítrio de escolher não o usar, Deus conhece o coração e condições/dificuldades de cada um.

você de véu”. Apesar disso, ela relata que esses casos não a afetaram porque sempre teve em mente que a relação com Deus é o mais importante. A **entrevistada E** se reverteu há 3 anos. Ela relata que conheceu o Islam por um muçulmano em um aplicativo de idiomas, durante um momento angustiante de questionamentos e incompletudes acerca da religião que seguia²⁷. Mesmo após a reversão, ela só decidiu usar o véu, tempos depois, em sua viagem para o Egito²⁸, pois, o fato de ter visto e convivido com tantas muçulmanas que usavam o *hijab* –criando, assim, um ambiente social seguro e de apoio- fez com que ela desejasse usar o lenço também. Quando voltou ao Brasil, já com o *hijab*, passou por série de problemas no trabalho, desde tentativa de proibirem o uso do véu, até notificações de colegas de trabalho, justificando ser um adorno em uma instituição hospitalar, mesmo que, ela já usasse um *hijab* específico para ambiente hospitalar. Hoje, ela trabalha em um outro hospital, onde felizmente sua decisão é respeitada, mas ressalta que, na busca por emprego, ela já posicionava sua identidade de mulher muçulmana: “Sou assim, me contrata se quiser!”. Na dimensão familiar, respondeu que não teve apoio, e a reversão se tornou o motivo para o afastamento da maioria dos seus familiares e amigos, infelizmente. A **entrevistada F**, revertida há 17 anos, também passava por um momento de incompletude religiosa quando conheceu o Islam, através de um *sheik* na Internet. Inicialmente, houve relutância, mas, estudando a teologia islâmica, foi se sentindo completa e amparada, diante disso, ela decidiu se reverter. No momento da reversão **na Mesquita**, ela recebeu uma confirmação física de Deus através de sua amiga muçulmana. A partir disso, ela já decidiu colocar o *hijab*, que, inclusive, foi dado de presente por essa mesma amiga, e conta que nunca teve nenhum tipo de problema na família, nem no trabalho com donos muçulmanos (as).

A partir dessas histórias, o **Grupo B** colocou como significado do *hijab*: **respeito e obediência a Deus, proteção e modéstia**²⁹- significado não apresentado pelo Grupo A -

Significa fazer a vontade de Deus. E se preservar! Me preservo para um bem muito maior. Mas é leve. Me sinto bem. (ENTREVISTADA E, 2022. Informação verbal.)³⁰.

²⁷Ver Vera Lúcia Marques (2016).

²⁸ País majoritariamente muçulmano.

²⁹ Para o Islam o corpo é considerado sagrado e íntimo por ser o canal de comunicação com Deus, que precisa ser purificado para o vínculo com o divino (sacralização do corpo). Logo é preciso cuidar, preservar e proteger o corpo em ambiente público. Para além disso, a modéstia consiste nessa preservação e proteção do corpo, mas também, de um comportamento moderado, educado e reservado. (Molina, 2022).

³⁰ Informação fornecida por entrevistada E em entrevista, em Guarulhos, em 08 de dezembro de 2022.

O *hijab* é para minha alma e o meu coração. É proteção. São as mãos de Deus te abraçando. (ENTREVISTADA F, 2022. Informação verbal.)^{31d}.

Além disso, às concepções adquiridas através da subjetividade sobre usar o véu foram as de: se sentir orgulhosa, valorizada³², e empoderada no sentido de beleza – sendo as duas últimas agências diferentes das atribuídas pelo Grupo A-

Vou com orgulho mostrando o meu véu, eu quero que vejam o meu véu! (ENTREVISTADA E, 2022. Informação verbal.).

Me sinto bonita, bem, inteligente, elegante e empoderada. (ENTREVISTADA D, 2022. Informação verbal.)³³.

Me sinto a mulher maravilha sabe hahaha empoderada, bonita, exerço meu papel. É a autonomia do meu corpo. (ENTREVISTADA E, 2022. Informação verbal.).

Como foi dito, a *hijabofia* se perpetua acentuadamente na esfera familiar, sendo as revertidas as mais atingidas³⁴, por não haver outros muçulmanos, mas também, o ambiente de trabalho³⁵ pode ser tornar palco para discriminações. Por isso, construir uma ambiente seguro, socializando com muçulmanos, ora no trabalho, ora em uma viagem, ora nas amizades, também foi importante para a decisão de reconfiguração do *self* religioso perante o acolhimento frente ao processo de liminaridade (estendendo essa rede de apoio, já que ausente na família). Infelizmente, ainda há o obstáculo **separativista** do fenômeno de arabização³⁶, notado, seja nos meus trabalhos de campo, quando as nascidas falavam em árabe³⁷ entre si, e as revertidas, por serem não pertencentes ao grupo e/ou a língua falada por ora, se uniam mais entre si, seja nas falas das entrevistadas, tanto nascidas alegando o contato com as revertidas era difícil por discordâncias religiosas, quanto, as revertidas alegando que as nascidas se sentem superiores por causa do árabe e do conhecimento. Gostaria de pontuar que **a existência de disputa no terreno**

³¹ Informação fornecida por entrevistada F em entrevista, em Guarulhos, em 19 de dezembro de 2022.

³² O *hijab* garante às mulheres a liberdade de serem reconhecidas intelectualmente antes do que pelos atributos físicos, que agora estão cobertos, e isso eleva a autoestima (Arroyo, 2017).

³³ Informação fornecida por entrevistada D em entrevista, em Guarulhos, em 17 de dezembro de 2022.

³⁴ “A maioria (66%) já sofreu constrangimento pela religião. Dessas que sofreram algum constrangimento, a maioria é revertida (60,4%). Um dado que nos chama atenção é sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em seu núcleo familiar pós-reversão (41,9%).” (Barbosa, 2022, p.95).

³⁵ É um ambiente que não costuma ser receptivo frente às normas religiosas islâmicas, seja sobre o *hijab*, seja diante seus horários de oração, nos quais, os muçulmanos, normalmente, não são liberados. (Marques, 2000).

³⁶ Consiste na ideia do Islam como uma religião apenas de e para imigrantes árabes e seus descendentes, havendo assim, a marginalização dos outros que estão fora dessas categorias, e, portanto, uma superioridade, baseada no monopólio, daqueles nascidos (as) de berço árabe (Marques, V. L. 2007).

³⁷ Até porque boa parte delas são imigrantes e têm o português como segunda língua, ou até não falam português.

religioso é algo natural, frente a uma religião que abrange várias culturas tendo o árabe como a língua primordial e sagrada do Alcorão. No entanto, atualmente, por exemplo, mais *Sheiks* estão falando português, fazendo com que esses problemas e diferenças venham diminuindo, sendo possível, assim, ver pessoas revertidas também sendo divulgadores do Islam. Mesmo que com o passar dos anos essas diferenças vão se esmiuçando, sabemos que o sentimento de “colônia”, como muitas revertidas se referem, sempre aparece. **Mas isso não interfere, de forma alguma, no sentimento religioso.**

As vozes muçulmanas como forma de combater a coloniedade

A respeito do significado do *hijab* no espaço público, as muçulmanas, tanto do Grupo A, quanto do Grupo B, criticam como essa categoria religiosa é construída pela mídia ocidental. De acordo com a Lila Abu-Lughod (2012), a mídia constrói no imaginário da população que o uso do *hijab* significa opressão das mulheres muçulmanas, inseridas naquela cultura machista do oriente médio, e por isso, elas precisam de salvação, para que assim, elas conheçam e tenham acesso à liberdade, inclusive, de poderem tirar seus *hijabs*. É necessário frisar que esses discursos são atrelados às estratégias geopolíticas ocidentais com países orientais. Grada Kilomba (2019 apud Oliveira, 2019) reitera em entrevista: “O colonialismo cria corpos desviantes e diz que nós temos que nos defender deles”. A partir desse cenário, as mulheres muçulmanas entrevistadas unem suas vozes para combater essa coloniedade:

As mulheres não muçulmanas podem usar shortinho e é liberdade, e a minha opção de usar o *hijab*? Por que respeitam um e não respeitam outro? Falam de direitos iguais. Hipocrisia" (ENTREVISTADA E, 2022. Informação verbal.).

É um direito meu, eu quero que me vejam usando o véu! Ninguém pode tirar de mim o que eu quero. (ENTREVISTADA F, 2022. Informação verbal.).

A minha liberdade consiste em não mostrar o corpo. (ENTREVISTADA C, 2022. Informação verbal.).

Eu não sou submissa, nem oprimida, eu faço tudo sozinha: trabalho, dirijo, malho. (ENTREVISTADA D, 2022. Informação verbal.).

Temos que mostrar a verdade e explicar para quem não conhece, que é diferente do que a mídia passa. (ENTREVISTADA A, 2022. Informação verbal.).

A luta decolonial se manifesta nas vozes, as quais reafirmam que o uso do véu islâmico é uma decisão individual, e usá-lo perpassa pela **liberdade** de escolha e de

assumir sua identidade, combatendo assim os estereótipos³⁸ construídos e transmitidos à sociedade. Assim, as muçulmanas resistem e lutam, digo Nêgo Bispo: “Esse é o meu jeito. Não me mandem fazer direito. Eu não sou colonizado. Vivas.”, (2020 apud de Almeida, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da apresentação dos Grupos A e B, gostaria de ressaltar, primeiro, que frente às condições socioculturais ocidentais, colonialistas e permeadas de preconceito, usar o *hijab* é um ato de resistência, é a defesa da liberdade de expressão religiosa de poder usar sua vestimenta, e de demonstrar a sua identidade com agência, autonomia e liberdade nos espaços e lugares. Em segundo, ao comparar os significados e agenciamentos atribuídos ao uso do lenço reconhece-se que a posição social e a vivência religiosa, assim como a cultura, também ressignificam as práticas religiosas, pois, é um fator que interfere na forma que o conhecimento é apreendido subjetivamente na constituição da identidade. Conclui-se, portanto, que o significado dado ao *hijab* se entrelaça na relação subjetiva do sujeito agente com a religião, sendo assim, a simbologia do uso do *hijab* é construída no imaginário de forma subjetiva pelas nascidas e revertidas, perante o seu contexto cultural, social e religioso, implicando assim, diversos significados e performances identitárias do sagrado apreendidas, **os quais disputam sentido**. Por isso, apresentei esse artigo, analisando o religioso com base nas próprias categorias que estão em disputa, com o fito de dar luz aos significados atribuídos ao *hijab*, que disputam, e se convergem, na vida social.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, L. As Mulheres Muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. **Estudos feministas**, V. 20, n. 2. Florianópolis: maio/agosto. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200006/22849>. Acesso em: 20 abr. 2020.

³⁸ De acordo com Stuart Hall (2016), o estereótipo é uma forma de simplificar a complexidade do e no outro, onde o Outro se torna uma figura de desejo ou repressão.

MARQUES, V.L. Conversão ao Islã no Brasil: Diferenças étnicas e a construção de novas identidades. **Lusotopie**. V.14, n.1. França: jun. 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/1139>. Acesso em: 26 jul. 2022.

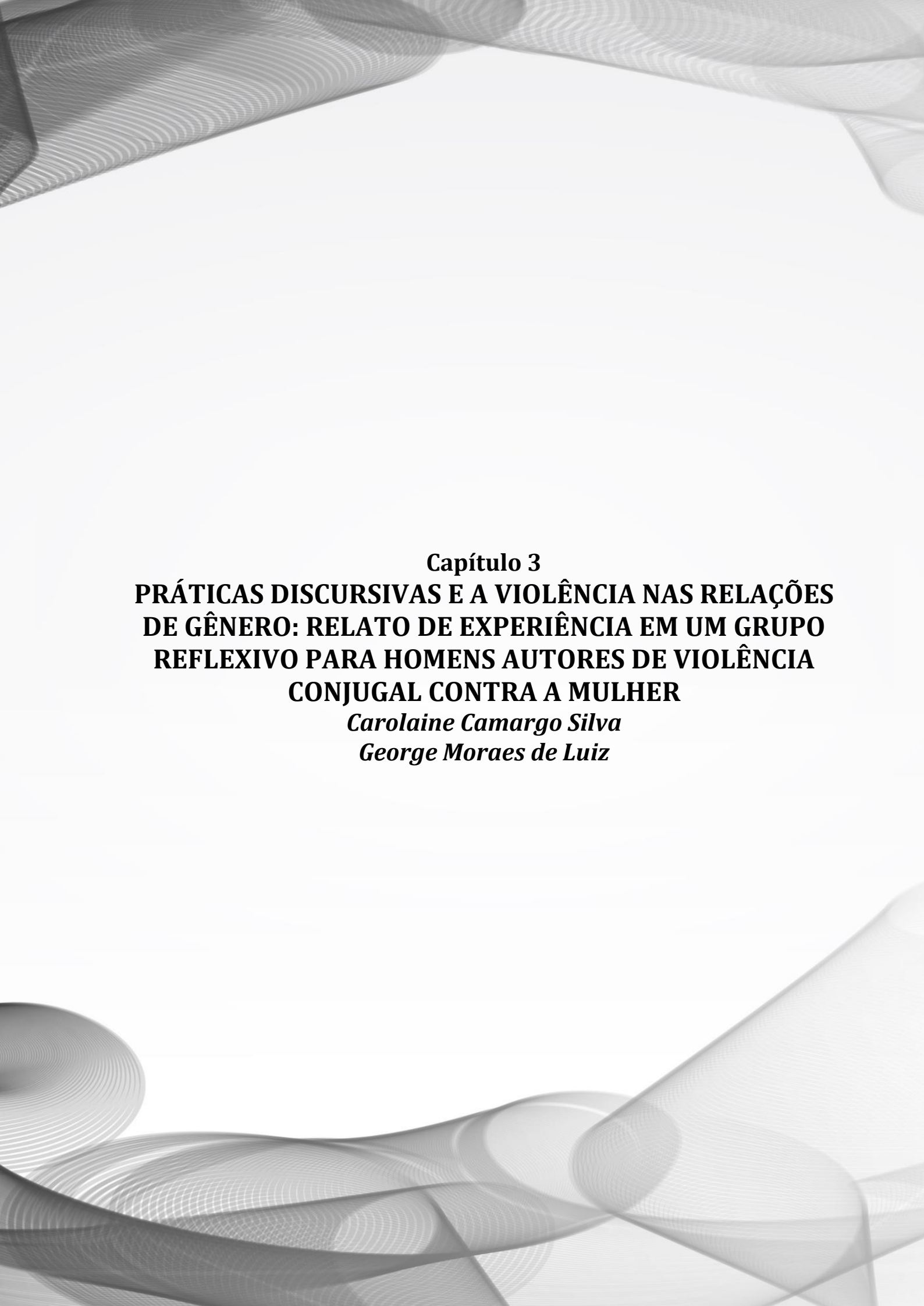
MARQUES, V.L. Os muçulmanos no Brasil. **Etnográfica**. V. 15, n. 1. Portugal: fev. 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/777>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MENESES, K. Islam e a construção do empoderamento feminino pelo hijab: territorializando o corpo. *In*: ANAIS DO SIMPÓSIO DA ABHR, 2. São Paulo: 2016. 15 p.

MOLINA, A. M. Fotografia-chave para compreensão possível do hijab. **GIS - Gesto, Imagem E Som - Revista De Antropologia**. V. 7, n. 1. São Paulo: ago. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/185807>. Acesso em: 28 dez. 2021.

MONTERO, P. Controvérsias religiosas e a esfera pública: repensando as religiões como discursos. **Religião e Sociedade**. V. 31, n.1, Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002299371> Acesso em: 20 out. 2022.

OLIVEIRA, J. Grada Kilomba: “O colonialismo é a política do medo. É criar corpos desviantes e dizer que nós temos que nos defender deles”. *In*: **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/19/cultura/1566230138_634355.html . Acesso em: 09 dez. 2024.



Capítulo 3
**PRÁTICAS DISCURSIVAS E A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES
DE GÊNERO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM GRUPO
REFLEXIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA
CONJUGAL CONTRA A MULHER**
Caroline Camargo Silva
George Moraes de Luiz

**PRÁTICAS DISCURSIVAS E A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO:
RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS
AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER**

Carolaine Camargo Silva ³⁹

Psicóloga clínica, Pós-graduanda do curso de mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, carolaine.camargo@aluno.ufr.edu.br

George Moraes de Luiz ⁴⁰

Docente do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis – UFR, Doutor em Psicologia Social, george@ufr.edu

RESUMO

O presente relato de experiência é um recorte de uma pesquisa de dissertação de Mestrado, em andamento, afiliada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). O escopo é analisar as práticas discursivas e as relações de gênero no cotidiano dos participantes de um grupo reflexivo para homens, que foram encaminhados pela vara especializada de violência doméstica e familiar contra a mulher. Compartilho a experiência enquanto psicóloga e pesquisadora do Serviço Reflexivo (SER), que, por sua vez, tem como base as Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, além da Lei nº 11.340. O aporte teórico-epistemológico empregado é a perspectiva do construcionismo social sobre as práticas discursivas e a produção de sentidos no cotidiano das interações sociais. Sendo as práticas discursivas compostas pelos diferentes meios utilizados pelas pessoas, que através dos discursos criam realidades psicológicas e sociais, ao trabalhar com práticas discursivas o objetivo não foi às estruturas usuais de associação de conteúdo e sim a fluidez e os contextos dos sentidos. Considerando isso, as vivências no grupo do

³⁹ Pós-Graduanda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, carolaine.camargo@aluno.ufr.edu.br;

⁴⁰ Professor orientador: Doutor em Psicologia Social e Docente do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, george@ufr.edu.br;

A primeira versão do presente trabalho foi publicada nos Anais do X Congresso Nacional de Educação referente ao ISSN 2358-8829

projeto SER exemplificam como as práticas discursivas mantêm ou não eventos, práticas sociais, relações de poder dominantes que selecionam e dispõem os enunciados. Revelando a linguagem como um importante articulador. Em conclusão, espera-se, além das contribuições científicas, que ao proporcionar processos de sensibilização, produção, circulação, atualização de repertórios linguísticos, sobre a violência de gênero e outros temas, o homem participante desnaturalize os atos, crenças, experiências, possibilitando a promoção de reflexões e mudanças nas suas relações cotidianas.

Palavras-chave: Violência. Educação. Discursos. Masculinidades. Relações.

ABSTRACT

This experience report is an excerpt from an ongoing Master's dissertation research affiliated with the Graduate Program in Education at the Federal University of Rondonópolis (UFR). The study aims to analyze discursive practices and gender relations in the daily lives of participants in a reflective group for men, referred by the specialized court for domestic and family violence against women. The report draws on the author's experience as a psychologist and researcher for the Reflective Service (SER), which is based on the General Guidelines for Offender Accountability and Education Services from the National Secretariat for Women's Policies, as well as Law No. 11,340. The theoretical-epistemological framework is grounded in the social constructionist perspective, focusing on discursive practices and the construction of meaning in daily social interactions. Discursive practices are understood as the various means people use to create psychological and social realities through discourse. This approach emphasizes the fluidity and contextuality of meaning rather than traditional content associations. The experiences in the SER project group illustrate how discursive practices either sustain or challenge dominant social practices, power relations, and the selection of statements, highlighting language as a crucial mediator. In conclusion, the study aspires, beyond its scientific contributions, to foster processes of awareness, production, circulation, and updating of linguistic repertoires on gender violence and related themes. By doing so, it aims to enable male participants to deconstruct naturalized acts, beliefs, and experiences, promoting reflection and transformation in their daily relationships.

Keywords: Violence. Education. Discourses. Masculinities. Relations.

INTRODUÇÃO

Verifica-se que as construções históricas e sociais sobre gênero influenciam significativamente a violência contra a mulher, sendo que as relações de poder presentes nos papéis de gênero colocam a mulher em uma posição inferior ao homem e naturalizam

o poder do homem sobre ela. Conforme Scott (2017), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais alicerçado sobre as diferenças entre os sexos e é a primeira forma de significação das relações de poder.

Scott (2017) argumenta que o conceito de gênero, enquanto uma caracterização fundamentalmente social, se apresenta como uma oposição ao determinismo biológico, que, por sua vez, compreende as diferenças sexuais de modo engessado e dual. Para a autora, o gênero evidencia a construção de desigualdades binárias e a necessidade da luta contra padrões consolidados. Portella (2020) descreve a violência como uma ferramenta utilizada para estabelecer a superioridade masculina e manter os lugares impostos às mulheres.

Tendo em vista que a violência contra mulher é um fenômeno intrincado nas linhas do tecido social e se expressa de modo diverso, no contexto brasileiro, um importante marco é a promulgação da Lei n. 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, a qual destaca a relação de gênero, visto que compreende o aspecto histórico constituinte da violência contra a mulher, devido ao patriarcalismo. A lei também define cinco tipos de violência contra a mulher: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral (BRASIL, 2006).

Antes da promulgação da Lei n. 11.340/2006, não havia reconhecimento significativo da importância do debate e das ações voltadas aos homens autores de violência. Atualmente, seus artigos 35 e 45 amparam a institucionalização dos serviços de educação e reabilitação para homens autores de violência, objetivando atividades reflexivas, educativas e pedagógicas. A promoção de intervenções educativas de cunho reflexivo com homens autuados na Lei Maria da Penha colabora com o rompimento da transgeracionalidade da violência, gerando espaços de socialização, educação e reflexão.

No cenário brasileiro, os Grupos Reflexivos com homens autores de violência contra a mulher ainda são uma prática em desenvolvimento. No entanto, há ações com resultados significativos que possibilitam vislumbrar avanços na prevenção e enfrentamento da violência de gênero (Lima et al., 2020; Beiras & Bronz, 2016). Estudos recentes indicam que esses grupos têm potencial para promover mudanças nas concepções e comportamentos dos participantes, contribuindo para a redução da reincidência da violência (Billand & Paiva, 2017; Paixão et al., 2018).

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar as práticas discursivas nas relações de gênero dos homens participantes de um grupo reflexivo encaminhados

pela vara especializada de violência doméstica e familiar contra a mulher do município de Rondonópolis-MT. Esta pesquisa busca contribuir para o campo de estudos sobre intervenções com homens autores de violência, explorando como as práticas discursivas podem influenciar a construção e reconstrução das masculinidades; das relações de gênero no contexto desses grupos reflexivos; e como os discursos desses homens refletem, perpetuam ou desafiam as estruturas de poder que sustentam a violência de gênero.

Metodologicamente, este estudo se baseia em uma abordagem qualitativa (Minayo, 2014), que se inicia com uma revisão de literatura; no segundo momento, ocorre a coleta em campo; e por último a análise dos dados por meio da interpretação e descrição da análise de conteúdo dos diários de campo e a identificação dos principais temas presentes nas narrativas dos participantes. Esta abordagem metodológica permite uma compreensão aprofundada das experiências e percepções dos participantes, bem como a identificação de padrões e temas recorrentes em suas narrativas (Spink & Lima, 2013).

Adiante que os resultados preliminares sugerem que os participantes demonstram alterações nos padrões masculinos; reconhecimento dos fatores psicossociais na construção da masculinidade hegemônica; refletem sobre as práticas violentas utilizadas para vitimar e oprimir as mulheres cotidianamente; e que alguns mantêm uma masculinidade opressora, como forma de defesa da posição de domínio e poder. Espera-se que este estudo contribua para a compreensão das práticas discursivas que perpetuam ou desafiam a violência de gênero, fornecendo insights valiosos para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes com homens autores de violência; lançar luz sobre como as práticas discursivas em grupos reflexivos podem contribuir para a desconstrução de padrões de masculinidade tóxica e para a promoção de relações de gênero mais equitativas, colaborando assim para o enfrentamento da violência contra a mulher.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa se desenvolveu por meio de três etapas: revisão de literatura, pesquisa de campo e análise de dados. Na primeira etapa ocorreu uma revisão de literatura sobre masculinidades, violência de gênero e grupos reflexivos para homens autores de violência. As bases de dados utilizadas foram Scielo, Periódicos Capes, Lexml e PePSIC – Periódicos Eletrônicos Virtuais. As obras selecionadas se alinham aos objetivos

da investigação e foram submetidas a um processo de catalogação, fichamento, análise e discussão, fundamentado no referencial teórico da psicologia social e do construcionismo social (Spink, 2010; Gergen & Gergen, 2010). Esta abordagem permitiu uma compreensão aprofundada do estado atual do conhecimento sobre o tema, bem como a identificação de lacunas e oportunidades de pesquisa (Vosgerau & Romanowski, 2014).

Na pesquisa de campo os dados foram coletados durante a realização dos grupos reflexivos de homens autores de violência contra mulher (Beiras & Bronz, 2016). A referida intervenção grupal, estruturada em 10 encontros por grupo, com a presença de 7 a 10 homens, é ofertada, semanalmente, pelo Serviço de Educação e Reflexão para Homens Autores de Violência Contra Mulheres no Âmbito Doméstico e Familiar (SER). Este serviço é responsável por proporcionar um espaço reflexivo aos homens encaminhados pelo Poder Judiciário, que cometeram crimes tipificados na Lei Maria da Penha. O SER é operacionalizado pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis e tem como base as Diretrizes dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (Brasil, 2008).

Por último, a verificação ocorreu por meio da interpretação e descrição da análise de conteúdo dos diários de campo, que possuem um resumo, obedecendo à sequência e organizados por unidades de sentido e tempo de história, dos temas sobre os quais os participantes compartilharam nos grupos (Spink; Menegon, 2005). Esta forma sintética ajudará a entender as temáticas mais relevantes consoantes com os objetivos propostos neste trabalho.

É importante ressaltar que, na realização da pesquisa, serão observados todos os procedimentos formais exigidos pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, e da Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016 (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Gergen (2009), o construcionismo social conceitua o discurso sobre o mundo como um produto de intercâmbio social. Ele destaca que a pesquisa construcionista tem por objetivo compreender como as pessoas expressam, percebem e experienciam o mundo. É uma perspectiva crítica em Psicologia Social, que apresenta os processos de institucionalização dos acontecimentos considerados essencializados;

pontua a relevância das análises das práticas discursivas e a capacidade provocadora da linguagem; e indica que as práticas discursivas mantêm ou não eventos e relações de poder dominantes que selecionam e dispõem os enunciados. Os sentidos são produzidos no cotidiano das interações sociais por via das práticas discursivas, sendo a linguagem um importante articulador. As práticas discursivas são compostas pelos diferentes meios utilizados pelas pessoas que, através dos discursos, criam realidades psicológicas e sociais.

Spink (2010) aborda que seus elementos constitutivos são a dinâmica, as formas e os conteúdos, formando repertórios linguísticos. A autora define repertórios como os termos, lugares comuns, conceitos e figuras de linguagem que sinalizam as possibilidades de construções de sentidos. Estes são entidades teóricas mais fluidas e flexíveis do que representações teóricas, pois ao trabalhar com práticas discursivas o objetivo não são as estruturas usuais de associação de conteúdo e sim a fluidez e contextos dos sentidos.

De acordo com Spink, partindo das teorizações de Bakhtin, as duas unidades básicas de Linguagem são a sentença, um pensamento relativamente completo que se relaciona com outros pensamentos de um único locutor em um mesmo enunciado; e a palavra, constituída por três dimensões: Palavra Neutra da linguagem, a palavra dicionarizada; a Palavra do Outro, preenchida por ecos dos enunciados dos outros; e a Minha Palavra, utilizada em um plano específico. A interação entre as três denomina-se Interanimação Dialógica. Já a unidade básica da comunicação é o enunciado, que se inicia na pergunta de alguém e finda na fala do outro, sendo considerado o elo na cadeia de comunicação e possuindo como características as fronteiras, mudança de locutor; o endereçamento, o enunciado é uma resposta ao enunciado precedente; e os gêneros de fala, que são as formas relativamente típicas e estáveis de fala que geram o material compartilhado, possibilitando a comunicação.

Um dos aspectos importantes sobre os repertórios é que eles não são aprendidos formalmente e possuem longa história. Spink propõe um esquema temporal tríplice: Tempo Longo, que contempla a longa história da circulação de repertórios linguísticos na sociedade e sua presença independente das condições de sua produção; Tempo Vivido, que aborda o tempo e contextos de socialização; e Tempo Curto, período das interações que nos permite entender a dinâmica da produção de sentidos. Segundo Spink (2010), outra noção importante para análise da produção de sentidos é o posicionamento, que representa o passeio pelas diversas narrativas que tivemos contato e que estão

articuladas nas práticas discursivas. Ele é o processo discursivo em que os *selves* são postos como participantes observáveis e subjetivamente ligados em linhas de histórias conjuntamente produzidas em determinados contextos.

Para enriquecer mais a análise, também podemos ponderar a partir do aparato teórico construído por Paulo Freire sobre a noção de Comunicação como uma situação social na qual as pessoas, conjuntamente, criam, transformam e humanizam o mundo. Instituída no diálogo, na interação entre pessoas livres e em condições de igualdade que promoverão a construção de um pensamento-linguagem formado na relação dialética entre a pessoa e sua realidade histórica e cultural:

Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre a linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer outro discurso autoritário, exige ou coloca a necessidade de, concomitantemente como o novo discurso, democrático, anti-discriminatória, nos engajarmos em práticas também democráticas (FREIRE, 2003, p. 68).

É necessário identificar e insurgir noções cristalizadas sobre os papéis de gênero; jogos discursivos machistas e patriarcais; além de fomentar novos modelos e discursos de masculinidades não violentas.

Vale destacar que com o movimento feminista as concepções acerca do sexo para além da ordem natural e biológica, ocorreu a qualificação e a investigação das questões envolvendo o tema. Por conseguinte, desconstruiu a noção de que a violência contra a mulher ocorria devido a aspectos essencializados na masculinidade e na feminilidade. O movimento feminista não só contesta as estruturas políticas e econômicas, como também aprofunda nas problemáticas envolvendo os aspectos culturais. A partir da perspectiva de gênero, entendeu-se que a violência contra a mulher é motivada pelas expressões de desigualdades da condição de sexo, ou seja, se manifesta pela alteridade.

No percurso histórico foi reforçador e permitido aos homens comportamentos agressivos, violentos e uma masculinidade ancorada no machismo institucionalizado. De acordo com Zanello (2020), os homens constroem acordos entre si para reconhecerem as reivindicações uns dos outros e se apoiarem. Medrado & Lyra (2008) sinalizam a importância de questionar os efeitos da produção de masculinidades opressoras nas práticas de violência contra mulheres e a necessidade de promover a construção de masculinidades não violentas, objetivando respeito às mulheres e relações baseadas na

equidade de gênero, ao mesmo tempo seguindo com a prevenção e o enfrentamento da violência contra às mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do trabalho são um recorte de uma pesquisa em andamento e baseados no conteúdo prévio apresentado em vivências da pesquisadora enquanto psicóloga mediadora do grupo reflexivo e mestranda. Logo, é esperado que do presente momento até o findar da pesquisa os dados coletados passem por mudanças; novas aquisições; alterações na estruturação da pesquisa; adaptação do manejo científico e da relação entre pesquisadora e participantes.

Posto isso, partindo do posicionamento que as práticas discursivas é como as pessoas produzem sentidos e se situam nas relações sociais cotidianamente, ou seja, é a linguagem em ação (Spink; Medrado, 2004); são atravessadas por relações de poder e disputas; se concretizando nas falas, formas e conteúdos (Sampaio, 2013) a escolha por utilizar as práticas discursivas como elemento facilitador da análise objetivou a defesa de um posicionamento crítico, ético e questionador das conceituações naturalizadas socialmente.

Neste trabalho uma importante verificação, já sinalizada pela literatura científica, é que os grupos reflexivos para homens autores de violência promovem educação, psicoeducação e trazem à consciência os atos, crenças, experiências que permeiam o cotidiano, possibilitando a promoção de reflexões e mudanças sociais. Esses grupos permitem que os homens compartilhem sua versão dos episódios de violência, suas motivações, proporcionando processos de sensibilização, produção, circulação, atualização de repertórios linguísticos sobre a violência de gênero e outros temas.

Os resultados preliminares indicam que os homens participantes demonstram e relatam: os efeitos das alterações nos padrões masculinos, um exemplo elencado foi sobre como eles passaram a perceber a necessidade de mudanças comportamentais com suas novas companheiras ou com as demais mulheres que integram o cotidiano deles. A dificuldade na assimilação sobre como os homens também sofrem com o mesmo sistema que os privilegia e dá poder, exigindo em vários encontros a necessidade de pontuar sobre os efeitos negativos da masculinidade hegemônica no histórico individual de cada um deles.

Outras questões são, o reconhecimento da construção social de seus privilégios, como a liberdade sexual, financeira e paternidade; o enredamento em compreender a relação entre as opressões individuais e as opressões das estruturas sociais; problematização da intergeracionalidade da violência, ou seja, reconhecimento das formas como a violação de direitos foi repassada entre as gerações de cada família. Sendo assim, os participantes percebem que certos comportamentos violentos foram aprendidos e naturalizados no próprio ambiente familiar. Alguns assumem a preocupação em interromper o ciclo intergeracional da violência na criação de seus filhos.

O discernimento e conscientização sobre os atos de violência e seus efeitos individuais e coletivos. Nos primeiros encontros do grupo reflexivo, os homens discorreram sobre como as denúncias são injustas e defenderam que não foram autores de atos violentos, pois, a maioria deles, considera que violência contra mulher é somente violência física, desconsiderando as demais formas de violência. Eles afirmam que a participação no grupo é uma punição resultante de uma injustiça, mesmo considerando o grupo uma experiência positiva.

Com isso, nota-se um certo sentimento de cumplicidade entre eles e a elaboração de justificativas para as ações machistas, atribuindo a culpa as mulheres denunciantes. Esse posicionamento, em alguns momentos, é acompanhado pelo discurso sobre a naturalidade da superioridade masculina e o domínio sobre as mulheres. Conforme Zanello (2020), esse pacto masculino faz com que os homens criem espaços de autopreservação e autodefesa entre eles, contribuindo com a legitimação das práticas machistas, oriundas da masculinidade ideal. Ao decorrer das atividades do grupo reflexivo, os profissionais mediadores precisaram elaborar intervenções que não reforçassem o grupo como um espaço de manutenção do pacto masculino, visto que os grupos reflexivos são um espaço de estimulação de mudanças, com caráter conscientizador da responsabilidade dos atos praticados.

A efetividade foi devidamente constatada, em virtude de que ao decorrer dos encontros os homens participantes apresentaram o desenvolvimento da conscientização, aprendizagem alterações discursivas e comportamentais nas suas interações com as mulheres no dia a dia. O que está de acordo com os demais estudos sobre os grupos reflexivos para homens autores de violência. Também é perceptível que alguns homens, minoria dos participantes, persistem com práticas discursivas de uma masculinidade

opressora, que busca novas formas violentas para manter a dominância, um sinal de como a construção das masculinidades se situa em disputas políticas e ideológicas.

A masculinidade se faz e se refaz historicamente dentro das relações sociais, salientando que o diálogo é um elemento transformador nas relações de gênero. Freire considera a linguagem como sinalizadora do machismo e fundamental à mudança dos cenários que discriminam as mulheres e ao fim de práticas conservadoras, contrárias ao posicionamento progressista. Ele não a considera como a única responsável pela mudança do mundo, entretanto como um dos estágios na construção de relações com equidade e democráticas.

A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. Por isso mesmo, ao escrever ou falar uma linguagem não mais colonial eu o faço não para agradar as mulheres ou desagradar os homens, mas para ser coerente com a minha opção por aquele mundo menos malvado de que falei antes (Freire, 2003, p. 68).

O processo de desconstrução de padrões masculinos opressores é complexo e não linear, requerendo intervenções contínuas e aprofundadas. Seguindo com Lima e Freire (2021), uma questão fundamental, no processo educativo e político, é a compreensão sobre contra quem e contra o que a atividade política é desenvolvida. Considerando a violência de gênero como um efeito colateral de um sistema econômico que nos diferencia para obter maior lucro, é necessário buscar estratégias para construção de novas masculinidades baseadas em princípios educativos dialógicos e transformadores. Importante ressaltar que o ato de educar é substancialmente um ato político.

Por fim, apesar dos resultados promissores, a principal limitação do estudo se apresenta na dificuldade em explorar a diversidade dos temas transversais às masculinidades. Isso ocorre devido fatores metodológicos, institucionais e burocráticos. À vista disso, futuras pesquisas poderiam explorar: o impacto a longo prazo dos grupos reflexivos na redução da reincidência de violência; a influência das práticas discursivas dos facilitadores dos grupos na mudança dos participantes; os processos discursivos e as dinâmicas de mudança que ocorrem nesses espaços; a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social nas experiências dos participantes dos grupos reflexivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, ainda em andamento, busca compreender as práticas discursivas em um grupo reflexivo para homens encaminhados pela vara especializada de violência doméstica e familiar contra a mulher no município de Rondonópolis-MT. Os resultados preliminares sugerem que: 1. Os grupos reflexivos têm potencial para promover mudanças significativas nas concepções e práticas dos participantes em relação à violência de gênero; 2. O processo de desconstrução de padrões masculinos opressores é complexo e não linear, requerendo intervenções contínuas e aprofundadas; 3. A análise das práticas discursivas oferece insights valiosos sobre como os participantes constroem e reconstróem suas identidades e relações de gênero.

As implicações deste estudo para a comunidade científica e para a prática profissional incluem: a necessidade de abordagens multidisciplinares no enfrentamento da violência de gênero; a importância de considerar o contexto sociocultural na elaboração de intervenções com homens autores de violência; o potencial transformador do diálogo e da reflexão crítica nos processos de mudança comportamental.

Concluimos que, embora desafiador, o trabalho com homens autores de violência através de grupos reflexivos representa uma importante estratégia na prevenção e enfrentamento da violência de gênero. A continuidade desta pesquisa promete fornecer contribuições significativas para o aprimoramento dessas intervenções e para uma compreensão mais profunda dos processos de mudança nas relações de gênero.

REFERÊNCIAS

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BILLAND, J.; PAIVA, V. S. F. Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2979-2988, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. **Diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor**. Brasília: SPM, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Interthesis**, v. 6, n. 1, p. 299-325, 2009.

GERGEN, M. M.; GERGEN, K. J. **Construcionismo social: um convite ao diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 79-108.

LIMA, D. C. et al. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 1, e180298, 2020.

MEDRADO, B.; LYRA, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, 16, 809-840.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PAIXÃO, G. P. N. et al. Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 1, e2900016, 2018.

PORTELLA, A. P. **Como morre uma mulher?** Recife: Ed. UFPE, 2020.

SAMPAIO, Juliana Vieira. Dispositivo da sexualidade e saúde para transgêneros nas trilhas de Fortaleza. **Anais... FAZENDO GÊNERO** 10, Florianópolis, SC, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 2017.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 71-99.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. In: IÑIGUEZ, L. (Org.) **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 258-303.

SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

ZANELLO, V. (2020). Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de whatsapp masculinos no Brasil. In: Ferreira, L. (Org.). (2020). **Gênero em perspectiva**. CRV. (vol 1). 79- 102.



Capítulo 4
MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA INTERGERACIONAL
EM UM SERVIÇO REFLEXIVO PARA HOMENS EM
RONDONÓPOLIS-MT: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Myllena Oliveira Portela
George Moraes de Luiz

MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA INTERGERACIONAL EM UM SERVIÇO REFLEXIVO PARA HOMENS EM RONDONÓPOLIS-MT: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Myllena Oliveira Portela⁴¹

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) e discente do Curso de Mestrado em Educação (UFR), myllena.portela@aluno.ufr.edu.br.

George Moraes de Luiz⁴²

Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFR), Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), george@ufr.edu.br.

RESUMO

Este trabalho trata-se de um recorte de pesquisa de dissertação de Mestrado, em andamento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). O tema central são as vivências de homens encaminhados pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em uma perspectiva intergeracional. Apresento aqui o relato de experiência enquanto psicóloga e pesquisadora do Serviço Reflexivo (SER) para Homens tipificados na Lei nº 11.340, utilizando como aporte teórico-epistemológico as contribuições do construcionismo social e das práticas discursivas em interfaces com as noções de gênero, masculinidades e intergeracionalidade. Práticas discursivas referem-se às formas como as pessoas usam a linguagem no dia a dia para construir e negociar significados e que são fundamentais para entender como os sujeitos e grupos sociais criam e mantêm suas realidades sociais. A experiência no SER nos conduz a pensar que os discursos dos homens são produtos de uma extensa linha histórico-social-cultural-temporal, que permitem a atribuição de significados referentes à gênero em uma perspectiva

⁴¹ Pós-Graduanda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, myllena.portela@aluno.ufr.edu.br

⁴² Professor orientador: Doutor em Psicologia Social e Docente do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, george@ufr.edu.br.

Trabalho originalmente publicado nos Anais do X Congresso Nacional de Educação (ISSN 2358-8829).

intergeracional. Nesse sentido, a violência contra a mulher pode ser explicada a partir de aspectos intergeracionais da história de vida do homem autor da violência ao analisar como padrões de comportamento são transmitidos dentro das famílias. Este enfoque considera como experiências familiares, práticas educativas e dinâmicas de poder moldam as experiências e comportamentos dos sujeitos. Transmissão de normas e valores, modelos de comportamento, reprodução de padrões de abuso e relações de poder e dinâmica familiar são alguns dos temas identificados durante os grupos de homens. Por fim, destaca-se a importância de abordar as raízes sociais e familiares da violência. Intervenções eficazes devem considerar a complexidade das influências intergeracionais e buscar promover mudanças tanto a nível individual quanto coletivo, desafiando normas e valores que perpetuam a violência e promovendo uma cultura de igualdade e respeito.

Palavras-chave: Psicologia. Educação. Masculinidades. Violências. Intergeracionalidade.

ABSTRACT

This paper presents an excerpt from a Master's thesis research currently in progress, linked to the Graduate Program in Education at the Federal University of Rondonópolis (UFR). The central theme focuses on the experiences of men referred by the Specialized Court for Domestic and Family Violence Against Women, analyzed from an intergenerational perspective. This work shares the experience of a psychologist and researcher within the Reflective Service (SER) for men categorized under Law No. 11,340, utilizing the theoretical-epistemological framework of social constructionism and discursive practices in conjunction with the concepts of gender, masculinities, and intergenerationality. Discursive practices refer to the ways people use language in everyday life to construct and negotiate meanings, which are essential for understanding how individuals and social groups create and sustain their social realities. The experience within the SER leads us to consider that men's discourses are the products of a broad historical, social, cultural, and temporal lineage, enabling the attribution of gender-related meanings from an intergenerational perspective. In this sense, violence against women can be explained through the intergenerational aspects of the life history of men who commit violence, analyzing how behavioral patterns are transmitted within families. This approach considers how family experiences, educational practices, and power dynamics shape the subjects' experiences and behaviors. The transmission of norms and values, behavioral models, reproduction of patterns of abuse, power relations, and family dynamics are among the themes identified during the men's group sessions. Finally, the importance of addressing the social and familial roots of violence is emphasized. Effective interventions must consider the complexity of intergenerational influences and aim to promote changes at both individual and collective levels, challenging norms and values that perpetuate violence while fostering a culture of equality and respect.

Keywords: Psychology. Education. Masculinities. Violence. Intergenerationality.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero, para além de um problema de saúde pública, corresponde a uma violação dos direitos humanos em múltiplos aspectos, possuindo caráter simbólico, físico, moral, sexual, psicológico e patrimonial como disposto na lei nº 11.340. Trata-se de um fenômeno proveniente de diversos processos sócio-histórico-culturais, sustentados e perpetuados através de uma ideologia de dominação masculina que estabelece as diferenças de gênero como desigualdades hierárquicas (Fernandes e Natividade, 2020), tornando-as características passíveis de utilização em negociações relacionais em disparidade. Dada a alta prevalência, exposta no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) que enfatiza o aumento e persistência da violência contra a mulher em todas as formas e contextos, a problemática constitui-se como uma questão social relevante e complexa.

De acordo com o documento citado, que reúne dados extraídos dos boletins de ocorrência, acionamentos da Polícia Militar e dados do Poder Judiciário pertinentes à efetivação de Medidas Protetivas de Urgência, as tentativas de feminicídio aumentaram em 7,1%. As agressões em contexto doméstico cresceram 9,8%, as denúncias sobre ameaças subiram 16,5% bem como os registros de violência psicológica, que aumentaram 33,8%. Por último, são apresentados os dados referentes ao crime de *stalking*, que teve um aumento de 34,5%. Todos os dados correspondem ao ano de 2023 e são comparativos em relação ao ano de 2022, e as mulheres vitimadas em todas as modalidades de violências apresentadas somam 1.238.208 casos.

Tendo em vista a magnitude do fenômeno, faz-se necessário compreender os fatores que contribuem para a manutenção e perpetração da violência de gênero. As dinâmicas de poder elaboradas em uma ótica patriarcal são estruturadas e asseguradas por meio de normas sociais que validam e naturalizam comportamentos de violência (Connell, 1987), aprendidos e reproduzidos em variadas instituições, inclusive, a familiar. Nesse sentido, introduz-se a perspectiva intergeracional, que trata da violência como fenômeno cíclico, parte de um complexo processo de ensino-aprendizagem e passível de transmissão intrafamiliar (Chapuis-Caillat, 2020).

O relato a ser apresentado se deu no Serviço Reflexivo (SER) para homens autores de violência contra a mulher, atuante na cidade de Rondonópolis - MT e resultado de uma parceria entre a Vara Especializada de Violência contra a Mulher e a Universidade Federal de Rondonópolis, responsável pela operação e manutenção do serviço.

Com isso posto, o estudo emerge da necessidade de pensar, através do relato de experiência, as vivências dos homens autores de violência a partir de uma perspectiva intergeracional, considerando a significativa influência de experiências de violência na infância na vida adulta. Compreender as influências intergeracionais pode contribuir para o desenvolvimento de intervenções e políticas públicas mais eficazes que integrem reflexões acerca das raízes das violências e dos processos educacionais que reproduzem as noções de gênero vigentes, como apresentado por Widom e Wilson (2014) que apontam possibilidades de rompimento de padrões de repetição da violência.

Como salientado por Widom e Wilson (2014), ainda são escassas as pesquisas que considerem a pessoa e seus comportamentos dentro de seu ambiente social, que é determinante na absorção e aprendizagem de discursos e práticas pertinentes à violência e ideais de gênero. Enfatizam, complementarmente, a necessidade de um conhecimento empírico sólido sobre o impacto dessas experiências na infância. Chapuis-Caillat (2020) também expressa a ausência de estudos que investiguem características pessoais e/ou ambientais com potenciais efeitos de proteção ou risco na reprodução da violência. Acerca da efetivação dos grupos ou serviços reflexivos para homens, Beiras, Bronz e Schneider (2020) indicam a necessidade de mapear e conhecer as diferentes experiências em andamento a fim de possibilitar a troca de estratégias e potencialidades, intentando o aprimoramento das intervenções.

Ademais, rastrear a origem da violência permite criar estratégias terapêutico-interventivas que versem sobre as questões de poder e controle nas relações. Pertinente à educação, entender o impacto das noções de gênero e vivências de violência pode auxiliar na construção de programas de conscientização e reflexão acerca de estereótipos, resolução de conflitos, inibição da cultura de dominação e abuso e promoção da equidade (Pereira, 2022).

O objetivo geral deste estudo é relatar a experiência como psicóloga e pesquisadora no SER, analisando as vivências dos homens a partir de uma perspectiva intergeracional. Especificamente, objetivou-se identificar temas recorrentes nos discursos dos homens e analisar a transmissão intergeracional de padrões de violência.

Assim, a abordagem metodológica adotada corresponde a um relato de experiência com análise qualitativa das vivências dos homens no serviço reflexivo. O referencial teóricoepistemológico que fundamenta o estudo inclui o construcionismo social, as práticas discursivas e as noções de gênero, masculinidades e intergeracionalidade, que, articuladas, permitem a compreensão das vivências dos homens e a transmissão intergeracional da violência.

REFERENCIAL TEÓRICO

O construcionismo social, em uma perspectiva ontológica antirrealista, entende a realidade como resultado de uma construção social coletiva e não-arbitrária, ou seja, os aspectos sociais, culturais, biológicos e históricos demarcam o que é "colocado" na realidade, ao passo que também são definidos e demarcados a partir dessa escolha (Ibáñez, 2001).

A partir disso, entende-se que conceitos e tradições, por exemplo, não são construções fixas ou essenciais, mas algo produzido, reproduzido e passível de transformação a depender da realidade social que possui uma dimensão histórica e sociocultural. Portanto, um dos objetivos da psicologia social em uma perspectiva construcionista é desnaturalizar os fenômenos sociais através da ênfase no papel que as construções culturais, convenções linguísticas e práticas sociais desempenham na produção de "evidências" de realidade, como exposto por Spink e Frezza (1999).

As práticas discursivas, nesse sentido, referem-se ao modo como a linguagem em uso nas interações sociais cria significados, sentidos e identidades e molda percepções e as formas de ser no mundo (Spink, 2008). Pensando nos conceitos de gênero e, especificamente, masculinidades, tal perspectiva na análise das vivências de homens autores de violência no serviço reflexivo permite a introdução dos papéis de gênero e performatividade enquanto construções sociais passíveis de questionamento e resignificação.

Assim, os processos vinculados à categoria gênero afetam e moldam comportamentos, pensamentos e sentimentos, integram as interações sociais e estruturam as instituições (Crawford, 1995). Sendo uma ideologia que abarca e propicia a criação de diversas narrativas, as distinções de gênero são elaboradas e disseminadas,

resultando no estabelecimento da feminilidade e masculinidade enquanto extremos opostos e na essencialização dessas posições (Nogueira, 2001).

De acordo com Connell (1995a), a masculinidade é definida como uma configuração de prática pertinente à posição dos homens dentro das relações de gênero. O uso de 'prática', por sua vez, salienta que as ações produzidas na masculinidade têm racionalidade e significados fundamentados historicamente, e dada a possibilidade de serem configurações de práticas diversas, são pensadas masculinidades em sentido plural. As masculinidades, segundo Connell (1995a), são corporificadas e sociais, haja vista que no gênero a prática social é direcionada aos corpos e se torna parte de um processo histórico. Trata-se de uma estrutura ampla, diversa, controversa e complexa que abarca a economia, sexualidade, estado e família, para além das demais instituições. Nesse sentido, entende-se que masculinidades distintas podem ser resultantes de um mesmo contexto, ao passo que incluem relações entre homens e mulheres, homens e homens, relações de marginalização, dominação e cumplicidade, acarretando na produção de uma masculinidade hegemônica e de masculinidades agrupadas a esta.

Acerca da construção e reconstrução das masculinidades, Connell (1995a) aponta que existe uma narrativa convencional que declara que toda cultura dispõe de condutas e sentimentos adequados para os homens, de modo que os homens permaneçam distantes de aspectos correspondentes à feminilidade. Objetivando assegurar que a masculinidade performada esteja em consonância com a norma social, ainda que através do fomento de práticas de violência, as instituições educacionais, familiares, religiosas, de trabalho e mídia operam como ferramentas de vigilância e controle. No entanto, Connell (1995a) ratifica que tal narrativa desconsidera as potencialidades individuais das pessoas, que podem produzir formas alternativas de masculinidades, questionar as produções e os moldes institucionais e que as masculinidades são projetos coletivos tanto quanto individuais. Assim, se as masculinidades são construídas, afirma-se a possibilidade de construções e reproduções distintas.

A masculinidade hegemônica, distinguindo-se das demais masculinidades, constitui-se enquanto normativa, ainda que a adoção e acessibilidade a esta prática sejam restritas a uma minoria (Connell e Messerschmidt, 2013). É estabelecida como um modelo a ser seguido ou ao menos, almejado e é sustentada em decorrência de uma hierarquia de masculinidades, na qual masculinidades que escapam do ideal - homem branco,

heterossexual, europeu, cisgênero, classe média alta - são tidas como subordinadas ou marginalizadas.

A violência, nessa dinâmica, representa um componente significativo para a manutenção da hegemonia de determinados grupos de homens, utilizada como ferramenta de validação da masculinidade e é tida como parte do sistema, ao passo que também indica falhas no processo de repressão, tendo em vista que o aumento da violência aponta para uma crise na ordem de gênero socialmente estabelecida. Para explicitar o funcionamento da violência enquanto medida do sistema de gênero, Connell (1995b) retoma as situações de conflito emergentes durante o sufrágio feminista, no qual grupos de homens evocaram uma "verdadeira masculinidade", caracterizada pela violência, a fim de suprimir os movimentos sócio-políticos que reivindicavam equidade entre homens e mulheres. Além disso, Connell (1995b) apresenta como após o *Women's Liberation*, movimento que pleiteava o direito de reprodução, igualdade e divisão no trabalho e combate à violência de gênero, houve um aumento na produção de materiais audiovisuais que apelavam para uma masculinidade violenta e viril e expansão da cultura armamentista, produtos da criação de 'cultos' de masculinidade que emergiram conforme a ocupação das mulheres em outros âmbitos além do doméstico.

Entende-se, portanto, que tendências de crise sempre irão implicar masculinidades, ainda que não necessariamente representem perturbação para a ordem destas. Podem surgir, por exemplo, na tentativa de restaurar uma masculinidade dominante, frente ao sentimento de ameaça ou questionamento das posições de gênero (Connell, 1995b). A violência, deste modo, é uma representação de controle acionada em contextos públicos e privados, a fim de que o papel de autoridade seja reafirmado.

Tais dinâmicas relacionais, como apontado anteriormente, são estruturadas e perpetuadas através de diversas instituições, das quais a familiar é destacada no presente relato. Conforme apontado por Cardoso e Baptista (2020), a instituição familiar é a primeira na qual as pessoas estabelecem relações, de modo que se torna responsável pela educação dos membros que a constituem. É atribuída à família uma memória e histórico singulares que tendem a atuar sobre as formas de agir e pensar de seus integrantes, modelando normas e atitudes. Ao longo das gerações, a influência é mantida, tornando-se norteadora em noções atreladas à moralidade e afetividade (Amadini, 2015). Relativo à funcionalidade da família, consiste no ensino de valores éticos, culturais e crenças que são transmitidos em uma linha intergeracional. No entanto, considerando o processo de

modelação e reforço, comportamentos de violência podem ser transmitidos e naturalizados, de modo que crianças que presenciam situações de conflito e agressividade têm maior probabilidade de reproduzir tais cenários posteriormente. Pertinente à violência de gênero, Cardoso e Baptista (2020) apresentam estudos que estabelecem o testemunho de situações constantes de violência como um fator de risco para uma futura relação conjugal permeada por agressividade e conflitos. Em complemento acerca da violência doméstica, Andersen (2018) afirma que crianças que conviveram com tais situações podem desenvolver valores que admitam a violência como norma.

Assim sendo, compreende-se que experiências familiares e os modelos parentais podem influenciar a construção de masculinidades referenciadas pela agressividade e relações atravessadas pela violência, dominação e subalternização do outro com base no gênero, bem como propiciar a reprodução de padrões de violência e abuso com seus pares.

METODOLOGIA

A escolha pelo relato enquanto ferramenta de pesquisa encontra justificativa na reflexão originada na prática, essencial para o desenvolvimento profissional e da pesquisa ao passo que permite aprender a partir das experiências, definindo as abordagens a partir das demandas apresentadas. Segundo Haraway (1991), os conhecimentos situados desafiam a ideia de uma ciência universal e objetiva, destacando a importância de considerar as perspectivas e experiências de indivíduos em contextos específicos, isso significa reconhecer que as soluções e práticas eficazes são frequentemente moldadas por fatores locais e que a prática profissional não pode ser separada de seu contexto.

O relato se deu a partir da experiência enquanto pesquisadora-participante no Serviço de Educação e Reflexão para Autores de Agressão no âmbito doméstico e familiar contra a mulher, que é uma ferramenta que propicia espaço de conscientização e reflexão aos homens que cometeram crimes tipificados na Lei no 11.340/06 que procuram apoio de forma espontânea ou através de encaminhamento via Poder Judiciário. O serviço está vinculado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), responsável pelo seu funcionamento e manutenção. Ademais, o objetivo do espaço é promover reflexões sobre diversas questões, como paternidade, saúde, trabalho, sexualidade, relacionamentos e a própria Lei Maria da Penha.

Como supracitado, os participantes do Serviço Reflexivo são homens encaminhados via medida judicial e compõem um grupo relativamente heterogêneo, de modo que possuem idades, profissões, estilos de vida, níveis de escolaridade e classes sociais distintos. Como procedimento de coleta de dados, foi utilizada a observação participante alicerçada em uma postura crítico-reflexiva tendo em vista a relação com o objeto de estudo e possibilidade de captar múltiplas situações e fenômenos, propiciando estabelecimento de vínculo através de uma relação face-a-face com os participantes (Neto, 2002). Por fim, a análise de dados se deu a partir do rastreio e identificação de temáticas recorrentes, que permitem a aproximação, organização dos discursos e direcionamento das discussões.

Tratando-se de um relato de experiência profissional, o estudo não foi submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não se configura como uma pesquisa nos moldes tradicionais. No entanto, foram adotados cuidados éticos ao longo de todo o processo, em consonância com os princípios e diretrizes que regem a prática profissional da psicologia. Enfatiza-se o compromisso com o sigilo e a confidencialidade das informações relativas ao serviço reflexivo, garantindo a não identificação dos homens.

Dadas as implicações éticas de relatar experiências profissionais, questões como a preservação da privacidade dos envolvidos, a não exposição de dados sensíveis e a reflexão crítica sobre a própria prática foram consideradas, bem como a responsabilidade ética em compartilhar conhecimentos e experiências que possam contribuir para o aprimoramento das intervenções com homens autores de violência, sem, contudo, comprometer a integridade do serviço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas apresentadas pelos participantes no decorrer dos grupos revelam, comumente, padrões de comportamentos de violência enraizados em suas experiências pessoais e transmissão de valores socioculturais e familiares atravessados por noções de desigualdade de gênero e de masculinidade hegemônica. Assim, são expressas referências de masculinidades pautadas na força, virilidade, insensibilidade, dominância e necessidade de prover, especificamente, em aspecto financeiro.

O momento inicial da participação dos homens é marcado, frequentemente, por sentimentos de insegurança, medo, raiva e injustiça, como observado em experiências

descritas em pesquisas semelhantes (Scott, 2018; Menezes, 2023; Albuquerque, 2022). No entanto, ainda que presente uma resistência significativa, os homens encaram a participação nos grupos como uma possibilidade de compartilhar suas vivências e encontrar pessoas que estejam experienciando circunstâncias similares. As expectativas iniciais descritas pelos homens indicam que o esperado é um ambiente de punição e julgamento, no qual seus relatos poderão ser utilizados de modo a prejudicá-los perante a justiça. Todavia, durante o processo de acolhimento, tal perspectiva é desmistificada, havendo reforço do papel de conscientização, responsabilização e abordagem não-julgamental do serviço e equipe, bem como é enfatizada a garantia ao sigilo durante todos os encontros, individuais e coletivos. Em contrapartida, também estão presentes expectativas de aprendizagem, escuta e compreensão.

Como temas emergentes nos encontros, os participantes apresentam a) ideais de masculinidade hegemônica; b) dinâmicas familiares caracterizadas por disparidade de gênero e ausência de afetividade e normatização de agressividade; c) repetição de repertório discursivo e comportamental proveniente das vivências intrafamiliares. Nos encontros com temática "paternidade" e "relações de gênero", especificamente, os participantes relatam processos de ensino-aprendizagem estruturados em um ideal de ser-homem, proveniente, por vezes, do próprio pai, como apresentado no estudo de Luddy e Thompson (1997), que revela que pais e filhos adotam ideologias de gênero similares. Nos modelos de relações apresentados, a negociação relacional raramente se dá pela via do afeto, de modo que demonstrações de carinho, - comportamento tido como aspecto feminino - por exemplo, são interdidas. Ademais, atos como chorar, expressar verbalmente os sentimentos, discutir possíveis desconfortos ou incômodos nas relações são percebidos como inviáveis, dado o compromisso com o "papel de homem", como descrito no trabalho de Scott (2018). Além disso, comportamentos de agressividade encarados como demonstração de controle e dominância são validados e reproduzidos.

Embora as narrativas apresentadas descrevam uma adesão às práticas de masculinidade hegemônica, muitos dos participantes reconhecem comportamentos de agressividade e violência como inadequados e demonstram abertura para aprender outras formas de estabelecer relações. A violência enquanto ferramenta de subordinação e dominação é social e culturalmente aceita (Fernandes e Natividade, 2020), no entanto, a partir da denúncia, emerge a preocupação com possíveis estigmas (Scott, 2018) e os desdobramentos na vida social, pessoal e profissional, como relatado em diferentes ciclos

do serviço. Ainda que, inicialmente, os interesses e angústias dos participantes sejam de caráter individualista e autocentrado, a reflexão sobre as funcionalidades e prejuízos da violência é elaborada. Nesse sentido, possibilita-se, posteriormente, a ressignificação de discursos e práticas no que concerne às relações de gênero, masculinidades e violências na medida em que tais conceitos são questionados e colocados em debate.

Entende-se que muitos dos participantes aderem a concepções tradicionais no que se refere a gênero e masculinidades, reproduzindo discursos e práticas que corroboram com o ideal aprendido em decorrência de suas experiências majoritariamente intrafamiliares. Resultante disso, comumente os homens são impedidos - direta ou indiretamente - de comunicar suas emoções, de modo que a violência é utilizada para lidar com situações de frustração e conflito. Além disso, frente à denúncia, muitos homens não assumem a responsabilidade de suas ações, terceirizando-a para a vítima ou fatores externos. Nesse sentido, as intervenções realizadas devem aderir a um aspecto político-crítico-reflexivo e devem ser sensíveis às realidades dos participantes, abarcando aspectos como raça e classe, bem como auxiliar no processo de reflexão, conscientização e responsabilização dos homens.

As vivências no serviço reflexivo apresentado neste estudo permitem elaborar sugestões e encaminhamentos em conformidade com a literatura produzida a partir de outras experiências (Scott, 2018; Menezes, 2023; De Paula et al., 2022; Albuquerque, 2022). Dentre os direcionamentos possíveis, destacam-se a concretização de currículos escolares que conscientizem e abordem as relações de gênero e masculinidades e fomentem práticas adequadas de resolução de conflitos e comunicação assertiva. Complementarmente, faz-se necessário a efetivação de políticas públicas que desenvolvam redes de apoio e acompanhamento psicológico e social continuado para participantes de programas de intervenção. Em suma, deve-se desenvolver e implementar políticas que incentivem intervenções multidisciplinares, integradas e culturalmente apropriadas, articulando ações nos campos da saúde, assistência social, justiça e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências decorrentes da experiência no Serviço Reflexivo revelaram a necessidade de ressignificação de normas de gênero tradicionais e a promoção de um

espaço seguro, permitindo que os homens compartilhem e reflitam sobre suas histórias de vida. Essas experiências contribuíram para a compreensão das vivências dos homens em um aspecto intergeracional, evidenciando a importância de intervenções que não apenas responsabilizem, mas também ofereçam suporte na transformação das relações interpessoais e intrafamiliares.

O relato de experiência mostrou-se uma ferramenta significativa para subsidiar reflexões teóricas e práticas, no entanto, possui limitações, como o recorte temporal e o contexto específico do serviço. A natureza qualitativa do relato de experiência também evidencia aspectos que necessitam de investigação adicional, como a diversidade de perfis dos homens atendidos e as diferenças nos contextos sociais e culturais.

Enfatiza-se a necessidade de comprometimento com a prevenção, o acolhimento e a ressignificação das vivências marcadas pela violência de gênero, salientando a importância da formação profissional contínua, da produção de conhecimento e atuação crítico-ético-política de psicólogos e educadores nesse campo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. F. **Grupos reflexivos com homens autores de violências como instrumento de enfrentamento à violência de gênero**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

AMADINI, M. Transition to parenthood and intergenerational relationships: The ethical value of family memory. **Ethics and Education**, v. 10, n. 1, p. 36-48, 2015.

ANDERSEN, L. H. Assortative mating and the intergenerational transmission of parental incarceration risks. **Journal of Marriage and Family**, v. 80, n. 2, p. 463-477, 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364

BEIRAS, A.; BRONZ, A.; SCHNEIDER, P. F. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual-primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 29, n. 68, p. 61-75, 2020.

CARDOSO, D. T.; GUIMARÃES, A. N.; BEIRAS, A. Diálogos em movimento: Em direção à metodologia construcionista social. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 16, n. 2, 2023.

CARDOSO, H. F.; BAPTISTA, M. N. Família e intergeracionalidade. In: **Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenção**. São Paulo: Vetor, 2020. p. 4-14.

CHAPUIS-CAILLAT, M. **Características do indivíduo na relação entre os maus-tratos na infância e a violência conjugal na idade adulta**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995a.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995b.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONNELL, R. W. **Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

CRAWFORD, M. **Talking difference: On gender and language**. Londres: Sage, 1995.

DE PAULA, A. V. et al. Grupos reflexivos com homens autores de violência de gênero contra as mulheres: a experiência do Programa APOIO da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT). In: **Violência e gênero: análises, perspectivas e desafios**. Editora Científica Digital, 2022. p. 93-110.

FERNANDES, N. C.; NATIVIDADE, C. S. J. A naturalização da violência contra a mulher. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 76076-76086, 2020.

HARAWAY, D. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. New York: Routledge, 1991.

IBÁÑEZ, T. **Municiones para disidentes: Realidad-verdad-política**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001.

LUDDY, J. G.; THOMPSON, E. H. Masculinities and violence: A father-son comparison of gender traditionality and perceptions of heterosexual rape. **Journal of Family Psychology**, v. 11, n. 4, p. 462-477, 1997.

MENEZES, M. L. M. **Assinar um BO pra aprender a ser homem: as contribuições de um programa com grupos reflexivos para homens autores de violências para as ressignificações das masculinidades**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, C. **Construcionismo social, discurso e gênero**. *Psicologia*, v. 15, n. 1, p. 43-65, 2001.

PEREIRA, I. F. C. C. **Estereótipos de gênero na educação pré-escolar**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

SCOTT, J. B. **Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SPINK, M. J. Práticas discursivas e construção da subjetividade. In: **Construção social da realidade: uma introdução ao construcionismo social**. São Paulo: Vozes, 2008.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: A perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 17-41.

WIDOM, C. S.; WILSON, H. W. Intergenerational Transmission of Violence. In: **Violence and Mental Health**. Dordrecht: Springer, 2014.



Capítulo 5
EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO AO ABUSO
INFANTIL: O PAPEL DOS PROFESSORES

Stephany Silva Teixeira Paiva
Eduardo Manuel Bartalini Gallego

EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO AO ABUSO INFANTIL: O PAPEL DOS PROFESSORES

Stephany Silva Teixeira Paiva

*Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade São Francisco - USF,
stephanyteixeiraa@outlook.com;*

Eduardo Manuel Bartalini Gallego

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco - USF e professor na mesma instituição, eduardo.gallego@usf.edu.br

RESUMO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa realizada para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, de uma Universidade privada, confessional, filantrópica e comunitária, situada no interior do Estado de São Paulo, tem como foco o tema da educação sexual no ambiente escolar durante a fase da educação infantil. A abordagem da educação sexual é destacada como essencial, pois abrange a compreensão do corpo, das emoções, das relações interpessoais e da diversidade. No entanto, a sociedade não encara de maneira tão natural esses tópicos, especialmente quando se trata de crianças. O objetivo é discutir a Educação Sexual no ambiente escolar, com foco na Educação Infantil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e sistematizada de 8 artigos científicos, publicados entre os anos de 2015 e 2022. A fundamentação teórica se deu com base na legislação vigente e nos próprios artigos pesquisados. Como principais resultados da pesquisa pode-se ressaltar que a educação sexual não se limita às questões restritas sexuais, indo além delas, tratando de autoconhecimento e formação da sociedade. Além disso, o ambiente escolar desempenha um papel significativo, com ênfase na importância dos professores, que desempenham um papel fundamental na qualidade de ensino. Os educadores precisam criar um ambiente acolhedor não apenas para educação sexual, mas também para todas as outras áreas de experiência de ensino. Sendo assim, o artigo conclui sobre a importância de abordar esta temática na educação infantil e a introdução deste assunto nesta etapa do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Educação Sexual, Educação Sexual Infantil, Prevenção, Abusos.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa realizada para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, de uma Universidade privada, confessional, filantrópica e comunitária, situada no interior do Estado de São Paulo.

As discussões sobre educação sexual ainda permanecem, nos dias atuais, como um tabu. Quando juntamos esse tema com a infância, frequentemente encontramos um preconceito ainda maior, já que esse assunto geralmente é reservado para discussões entre adultos. O ambiente escolar desempenha um papel fundamental na formação integral de todas as crianças, pois é uma fase de aprendizado muito importante no desenvolvimento humano. Neste momento, o professor tem um papel importante ao criar um ambiente acolhedor, seguro e livre de qualquer preconceito, onde as crianças conseguem se expressar de forma totalmente saudável e natural.

O interesse do estudo deu-se após vermos constantemente notícias de crianças que sofrem violência sexual no Brasil.

De acordo com o Ministério da Saúde,

[...] no período de 2015 a 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 83.571 contra crianças e 119.377 contra adolescentes. Em 2021, o número de notificações foi o maior já registrado ao longo do período analisado, com 35.196 casos. (BRASIL, 2023.).

O objetivo desta pesquisa, foi discutir a educação sexual no contexto escolar, com enfoque na educação infantil. Sendo assim, esse texto visa abordar a Educação Sexual e a Prevenção ao Abuso Infantil: Papel dos Professores, buscando trazer uma abordagem adequada da educação sexual de forma sutil, leve, adaptada e respeitando a faixa etária e as necessidades das crianças e dos educadores. A relevância desse assunto no ambiente escolar, é fundamental, mas vale ressaltar a importância da parceria e colaboração entre família e escola na abordagem de todos os assuntos, promovendo uma relação de harmonia entre professor, aluno e família.

Para atender a esse objetivo, temos como perguntas a serem respondidas: 1) Por que explorar a questão da educação sexual na Educação Infantil? 2) De que forma os professores podem introduzir esse assunto adequadamente na Educação Infantil?

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, tendo como fundamentação levantamentos bibliográficos, realizados em bases de dados, que serão descritas adiante.

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32 apud SOUZA, OLIVEIRA, ALVES, 2021, p. 66).

Para isso, analisamos 8 documentos acadêmicos que abordam e trazem informações relevantes ao tema abordado e também analisamos documentos oficiais da legislação brasileira como leis, diretrizes curriculares e regulamentações educacionais, os quais estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 1 - Síntese dos trabalhos pesquisados

ANO	TÍTULO	AUTOR	SÍNTESE TEMÁTICA
-	Sexualidade: O Desafio Dessa Questão na Educação Infantil	Tatiana Aparecida de Assis e Maruza Brasil Bonne	Os desafios enfrentados pelos professores ao abordar esse tópico em sala de aula
2015	Direitos Sexuais e Reprodutivos de Crianças e Adolescentes Desafios para as Políticas de Saúde	Jimenez, Assis e Daniel Adolpho Daltin Assis e Ronaldo Gomes Neves	Uma pesquisa qualitativa que foi a partir da compreensão de paradigma proposto por Kuhn.
2018	Educação Sexual no Brasil: Apontamentos para Reflexão	Rita Cássia Pereira Bueno e Paulo Rennes Marçal Ribeiro	Mapeando a história da educação sexual no Brasil.

2019	Avanços e Retrocessos da Educação Sexual no Brasil: Apontamentos a partir da Eleição Presidencial de 2018	Paulo Rennes Marçal Ribeiro e Solange Aparecida de Souza Monteiro	O tema tem sido objeto de debates significativos, com uma ampla divulgação nos meios de comunicação.
2019	O Que Estamos Estudando Sobre Gênero na Educação Infantil: As Lacunas na Formação Docente	Ariane Crociari e Marcia Cristina Argenti Perez	Uma investigação centrada no estudo de gênero na educação infantil e na formação docente relacionada a essa temática.
2020	Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Uma Análise da	Milena Haline Hermenegildo	Análise de dados e os fatores associados à violência sexual
	Prevalência e Fatores Associados	Miranda, Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes, Rosana Alves de Melo e Raísa Cardoso Meireles	contra as crianças e adolescente.
2021	A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos	Angélica Silva de Sousa, Guilherme Saramago de Oliveira e Laís Hilário Alves.	Analisar e descrever os princípios e fundamentos que definem o processo de condução de uma pesquisa bibliográfica
2022	Educação Sexual no Ensino Infantil: Quebrando Tabus	Helen Leite, Suzana Reis e Milena Moretto	As questões sexuais fazem parte da vida desde o nascimento.

As pesquisas foram conduzidas utilizando diversas fontes, sendo elas o Google; Google acadêmico; revistas digitais acadêmicas; livros digitais; bem como os sites do MEC e do Planalto. Essa abordagem tem como domínio a pesquisa qualitativa que será caracterizada por uma revisão bibliográfica.

REFERENCIAL TEÓRICO

TIPOS DE VIOLÊNCIA

São evidentes os profundos impactos que a violência exerce sobre o desenvolvimento emocional e físico da criança. Nesse sentido, é de suma importância que os adultos mais próximos estejam capacitados para identificar todos os sinais indicativos desse sofrimento, tais como o isolamento, a retração e a súbita manifestação de tristeza. De acordo com a Cartilha Sobre os impactos da violência infantil na criança e na família: “A violência infantil é um fenômeno complexo que atravessa toda a sociedade, é um tipo

de violação dos direitos humanos, acontece no Brasil e no mundo, e atinge milhares de crianças do sexo feminino e masculino” (GUIMARÃES e MELO, 2020, p.6). A violência contra a criança pode ser caracterizada de muitas maneiras, elas são distintas por três grupos: Violência Física, Violência Emocional e Violência Sexual.

- 1. Violência Física:** Esta forma de violência se manifesta por meio de atos que resultam em ferimentos físicos, tais como espancamentos, chicotadas, queimaduras ou qualquer tipo de agressão que cause dano ao corpo da criança.
- 2. Violência Emocional:** A violência emocional ocorre quando a criança é exposta a situações que afetam o seu bem-estar psicológico e emocional. Isso inclui humilhações, rejeição, o constante sofrimento de bullying emocional ou a exposição a conflitos domésticos que causam danos psicológicos significativos.
- 3. Violência Sexual:** A violência sexual se refere a qualquer ato sexual realizado com uma criança na qual ela não possui a capacidade de compreender ou consentir. Isso inclui abusos sexuais e exploração sexual infantil, que são graves violações dos direitos da criança e podem causar danos emocionais e físicos de longo prazo.

É fundamental compreender e combater todas essas formas de violência contra crianças para proteger seu bem-estar e garantir um ambiente seguro e saudável para o seu desenvolvimento em todos os ambientes possíveis.

O ABUSO SEXUAL INFANTIL

O abuso sexual infantil é uma realidade dolorosa que assombra nossa sociedade de uma forma absurda. A maioria dos casos escondidos nas sombras, no silêncio e da negação por muito tempo, nos últimos anos essa pauta finalmente começou a ganhar a importância que se deve ter, ela causa um grande impacto na saúde física, emocional e no psicológico das vítimas e isso exige uma análise bem profunda e um compromisso com a prevenção.

Para autora existem dois tipos de abuso sexual:

O intrafamiliar (quando o agressor possui laço de consanguinidade ou afinidade com a vítima) e o polimorfo ou extrafamiliar (o agressor é uma pessoa que possui um papel importante na vida da vítima, como amigos, professores, médicos, líderes religiosos etc) (KORNFIELD, 2000, apud, LEITE; REIS; MORETTO, 2022, s.p.)

O agressor geralmente possui um laço com a família da vítima, o que lhe permite evitar levantar qualquer suspeita. Essa conexão também pode desencorajar as vítimas de compartilhar o que está passando com pessoas próximas, seja por falta de informação, medo ou dificuldade em compreender a complexidade da situação em que se encontra.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania:

O Disque 100 (Disque Direitos Humanos) registrou mais de 17 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes de janeiro a abril deste ano. Nos quatro primeiros meses de 2023 foram registrados, ao todo, 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violências sexuais, físicas - abuso, estupro e exploração sexual - e psíquicas. (BRASIL, 2023, s.p.)

O abuso sexual infantil é um problema de transcende barreiras culturais e geográficas, afetando crianças de todas as idades, gêneros, raças e classes sociais. O silêncio ou a abordagem inadequada do assunto aumentam a falta de conhecimento, dificultando a identificação dos agressores e a aplicação de punições. O abuso sexual infantil é uma preocupação significativa e alarmante no Brasil, e a pandemia da COVID19 exacerbou a situação devido ao aumento da vulnerabilidade das crianças devido ao isolamento social. A proteção das crianças contra o abuso sexual é uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade, e é crucial garantir que elas estejam seguras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS - LDB; DCNEI; ECA; BNCC

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tem um papel fundamental na Educação, ela foi aprovada em 1996 e tem como sua definição organizar o sistema educacional do Brasil, assegurando assim os direitos educacionais de todos. Ela estabelece em seu Art. 1º O parágrafo único do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), passa a vigorar acrescida do seguinte inciso IV:

Art. 61 – Parágrafo único: IV – a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes e o apoio à formação permanente dos profissionais de que trata o **caput** deste artigo para identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes. Art. 2º O **caput** do art. 7º da [Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990](#) (Lei Orgânica da Saúde), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV: Art. 7º XV – proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários e especial atenção à identificação de maus-tratos, de negligência

e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes. (BRASIL, 2023, s.p.).

Dessa forma, é possível visualizar que os direitos precisam estar presentes dentro do ambiente escolar, e, quando usamos a palavra “direitos”, ela é de todos os cidadãos e deve ser concebida e preservada, quando falamos de Educação Sexual e Prevenção de Abusos, é fundamental ser inserida nos ambientes escolares em que a criança está incluída. Uma pessoa que entende seus direitos, seu poder de fala, seu papel dentro da sociedade, não tem receio de se manifestar sobre suas opiniões.

Na DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) são delineadas as seguintes funções em sua concepção de proposta pedagógica;

Oferecendo condições recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidados das crianças com as famílias; possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos (Brasil, Ministério da Educação, 2010, et. al. p.17).

É perceptível que a DCNEI tem em sua fundamentação à responsabilidade, que suas funções não devem ser isoladas. A integração dessas diretrizes é crucial para o pleno desenvolvimento de recursos na área da educação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi a primeira lei a estabelecer a criança e o adolescente como sujeitos de direito, superando assim a compreensão da Doutrina da Situação Irregular, que era defendida pelo Código de Menores de 1979. Com essa mudança, a criança deixou de ser considerada um objeto de intervenção estatal e passou a ser reconhecida como sujeitos que possuem direitos, inaugurando a Doutrina da Proteção Integral, caracterizada pela ampla proteção concedida a eles.

Para Ventura et al. (2003) algumas garantias previstas no ECA criam pressupostos fundamentais para que os direitos sexuais e reprodutivos sejam assegurados na assistência à saúde, tais como: 1- O reconhecimento de adolescentes como sujeitos de direitos implica a garantia da privacidade, do sigilo e no consentimento informado; 2- A garantia do direito ao respeito, como inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral desses sujeitos, e preservação da imagem, identidade, da autonomia, dos valores, das ideias e crenças, da opinião e expressão, dos espaços e objetos pessoais; 3- A afirmação da natureza tutelar do direito à saúde, isto é, sua definição como um direito cuja garantia exclui qualquer outra norma que prejudique o bem tutelado, neste caso, a saúde (VENTURA et al, 2003, apud JIMENEZ; ASSIS; NEVES, 2015 et al, p.1095 e 1096).

Crianças não devem ser privadas do acesso de conhecimento. A BNCC promove intervenções pedagógicas planejadas com o objetivo de fomentar aprendizagens e um desenvolvimento integral. No entanto, é importante destacar que a própria BNCC ainda não inclui abordagens sobre educação sexual em seu campo de experiência na educação infantil, o que representa uma lacuna nesse contexto.

O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

A educação sexual é um tema importante e desafiador na educação infantil, pois envolve aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais da vida humana. Os professores devem estar preparados para abordar o assunto com as crianças de forma adequada, respeitando a faixa etária, a diversidade e os valores de cada um.

Por diversas vezes ocorreram manifestações, embora frustradas, de intelectuais e outras pessoas que se dispunham a tentar deixar livre o caminho para a implementação da Educação Sexual no Brasil. Segundo Matanó (1990, p.34 apud Figueiró 2011) “um dos argumentos mais utilizados em relação à repressão às experiências educacionais na rede pública era a “denúncia” da orientação sexual como imoral e subversiva”

A implementação de programas de Educação Sexual nas escolas é historicamente marcada por desafios que vão além da mera preparação técnica dos professores. A abordagem dessa temática é vital não apenas para fornecer conhecimento, mas também para ajudar as vítimas a lidarem com traumas decorrentes de experiências passadas.

Investir em uma base sólida de conhecimento teórico e didático é essencial para uma prática docente eficaz. Isso ajuda os professores a fornecer uma educação de qualidade, atender às necessidades dos seus alunos e adaptar sua abordagem de ensino para promover o aprendizado. Nesse sentido, para os autores LEÃO e RIBEIRO [...] compete à escola criar condições de ensino e aprendizagem, e de formação e reflexão para questões de sexualidade, gênero e educação sexual, que paulatinamente contribuíram para esclarecer, diminuir e, até erradicar estes mitos, tabus e preconceitos de natureza sexual (LEÃO; RIBEIRO, p.615, 2013 apud CROCIARI; PEREZ, et al. 2019).

Os professores desempenham um papel importante no ensino de educação sexual, eles são capazes de fornecer informações precisas sobre a saúde sexual, as relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, autoestima e principalmente trazem informações e conhecimento que são capazes de prevenir eventuais abusos que a criança

possa estar sofrendo. Portanto, é primordial que os docentes criem um ambiente seguro e principalmente tragam confiança aos alunos para que assim este tema seja abordado de maneira sutil e leve.

Os professores podem adotar diversas estratégias fundamentais para promover a educação sexual, incluindo:

- Empregar uma comunicação simples e acessível, evitando linguagem infantilizada e utilizando os nomes anatômicos apropriados.
- Responder às dúvidas e curiosidades das crianças com sinceridade e tranquilidade, sem julgar ou reprimir as manifestações e expressões da educação sexual.
- Promover atividades lúdicas que abordem o conhecimento do corpo, a promoção da autoestima, o respeito ao próximo e conceitos de cidadania.

Para que o trabalho com a educação sexual seja realizado de maneira sucinta é importante que a parceria entre família e a instituição estejam caminhando juntos em todo o processo educativo. Portanto, é primordial que o docente esteja preparado para trabalhar com temas relacionados ao ensino sexual já na educação infantil, de modo apropriado para cada estágio de desenvolvimento da criança.

Na Educação Infantil, o corpo da criança desempenha um papel central, sendo considerado um dos mais importantes nas práticas pedagógicas. Isso enfatiza a importância do cuidado físico e da liberdade corporal das crianças. A escola e o professor, portanto, são os responsáveis por criar oportunidades ricas para que as crianças possam, de maneira lúdica e na interação com os demais colegas, explorar e também compreender o seu próprio corpo ao mesmo tempo em que desenvolvem a consciência de sua integridade física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa reforçamos a importância da inclusão da educação sexual no ambiente escolar, com ênfase na educação infantil, a fim de desempenhar e promover um papel crucial na prevenção do abuso infantil. É importante que as crianças tenham a compreensão do próprio corpo, seus sentimentos e as relações interpessoais, que consigam reconhecer situações de abuso e perigo, e assim pedir ajuda e comunicar um

adulto de confiança. Com isso, a educação sexual se torna uma ferramenta essencial nesse esforço positivo.

O objetivo desta pesquisa foi discutir a Educação Sexual no contexto escolar, com foco na Educação Infantil. Tendo como questões de pesquisa: 1) Por que explorar essa temática na Educação Infantil? 2) De que forma os professores podem introduzir esse assunto adequadamente na Educação Infantil?

No decorrer desta pesquisa, ficou claro que uma sociedade bem instruída sobre questões sexuais tende a ser mais vigilante e consciente com relação ao abuso infantil, a prevenção ao abuso infantil é, uma responsabilidade compartilhada entre indivíduos, famílias, educadores, governos e toda sociedade. A educação sexual é um componente importante desse esforço, sua inserção desempenha um papel vital na promoção de uma sociedade mais consciente e segura.

A colaboração eficaz entre pais e educadores é fundamental para garantir que as crianças recebam uma educação sexual completa e apropriada de forma sensível, respeitosa e adaptada à idade e ao nível do desenvolvimento da criança.

Portanto, é decisivo que a educação sexual seja valorizada e implementada de maneira eficaz para garantir o bem-estar e a segurança das crianças, bem como a construção de uma sociedade mais consciente e reconhedora de seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

ASSIS, T. SEXUALIDADE: O DESAFIO DESSA QUESTÃO NA EDUCAÇÃO

INFANTIL. Disponível em: [https://multivix.edu.br/wp-](https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/sexualidade-o-desafio-dessa-questao-na-educacao-infantil-.pdf)

[content/uploads/2018/12/sexualidade-o-desafio-dessa-questao-na-educacao-infantil-.pdf](https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/sexualidade-o-desafio-dessa-questao-na-educacao-infantil-.pdf), Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL, Secretaria de educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual / SEF – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023**. [2023]. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoessexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023> . Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Em ação articulada pelo MDHC, Ministério da Saúde relança boletim epidemiológico com casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. [2023]. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/em-acao-articulada-pelomdhc-ministerio-da-saude-relanca-boletim-epidemiologico-com-casos-de-violenciaseexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil#:~:text=crian%C3%A7as%20e%20adolescentes.-,De%20acordo%20com%20a%20publica%C3%A7%C3%A3o%2C%20no%20per%C3%ADodo%20de%202015%20a,per%C3%ADodo%20analisado%2C%20com%2035.19>

[6%20casos](#). Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.679, de 23 de maio de 2023. Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a educação emocional no currículo das instituições de ensino básico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de maio de 2023. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14679.htm#:~:text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,educ%20a%C3%A7%C3%A3o%20e%20para%20incluir%20a. Acesso em: 11 jan. 2025.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: APONTAMENTOS PARA REFLEXÃO**.

Revista Brasileira de Sexualidade Humana, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.41. Disponível em:

https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 11 jan. 2025.

CROCIARI, A.; PEREZ, M.C.A. **O QUE ESTAMOS ESTUDANDO SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS LACUNAS NA FORMAÇÃO DOCENTE**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1556-1568, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12615. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12615>. Acesso em: 11 jan. 2025.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: Retomando Uma Proposta, Um desafio**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 2011.

GUIMARÃES, Cleide Dyhana Silva de Melo, MELO, Mônica Cristina Batista.

CARTILHA SOBRE OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA INFANTIL NA CRIANÇA E NA FAMÍLIA. Recife, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.fps.edu.br/bitstream/4861/473/3/Cartilha%20sobre%20os%20im>

pact

os%20da%20viol%C3%Aancia%20infantil%20na%20crian%C3%A7a%20e%20na%20fam%C3%ADlia%20-%20Cleide%20Dyhana.pdf . Acesso em: 11 jan. 2025.

JIMENEZ, Luciene; ASSIS, Daniel Adolpho Daltin; NEVES, Ronaldo Gomes. **DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.39, n39, n. 107, p. 1092-1104, 2015. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sdeb/2015.v39n107/1092-1104/pt/#>. Acesso em: 11 jan. 2025.

LEITE, H.; REIS, S. **EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO INFANTIL: QUEBRANDO TABUS**. Itatiba, 2022. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/768/119947079785286.pdf> Acesso em: 11 jan. 2025.

MIRANDA, Millena Haline Hermenegildo, FERNANDES, Flávia Emília Cavalcante Valença ; MELO, Rosana Alves de. **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DA PREVALENCIA E FATORES ASSOCIADOS**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 54, p. e03633, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/ZNWxspGSCQyb47WBfft3GxB/?lang=pt#> . Acesso em: 11 jan. 2025.

RIBEIRO, P. R. M.; MONTEIRO, S. A. de S. **AVANÇOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: APONTAMENTOS A PARTIR DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1254–1264, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12701. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12701>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. **A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS DE FUNDAMENTOS**. Cadernos da FUNCAMP. [2021]. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 11 jan. 2025.



Capítulo 6
GÊNERO E MASCULINIDADE: ESTIGMAS ASSOCIADOS
AO “SER” HOMEM

Jailson Cavalcante
Leonarda Rodrigues da Silva Brito
José Joaquim da Silva Neto
José Aristony dos Santos Rodrigues
Géssika Cecília Carvalho da Silva

GÊNERO E MASCULINIDADE: ESTIGMAS ASSOCIADOS AO “SER” HOMEM

Jailson Cavalcante

*Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL,
jailson.cavalcante@ip.ufal.br;*

Leonarda Rodrigues da Silva Brito

*Discente do Curso Técnico em Agroecologia do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, Campus
Murici, lrsb1@aluno.ifal.edu.br;*

José Joaquim da Silva Neto

*Graduando do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas - UFAL,
jose.joaquim@fanut.ufal.br;*

José Aristony dos Santos Rodrigues

*Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas - UFAL,
josearistony40@gmail.com;*

Géssika Cecília Carvalho da Silva

*Professora orientadora: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba -
UFPB; Professora efetiva do IFAL - Campus Murici, gessika.silva@ifal.edu.br.*

RESUMO

Objetiva-se apresentar nesta pesquisa, diferentes perspectivas de homens nascidos em gerações opostas - antes e após os anos 2000 - em relação ao conceito de masculinidade. Utilizando uma abordagem qualitativa-exploratória, a análise buscou compreender a origem e as implicações dessas perspectivas para a construção de suas identidades masculinas, especialmente no que cerne às questões estéticas e comportamentais. Para o embasamento teórico do trabalho, foram feitas pesquisas em artigos ligados a temática nos principais periódicos científicos - “Google Acadêmico” e “sciElo - Scientific Electronic Library

Online” - além disso, foi utilizado um questionário digital com perguntas mistas criado na plataforma "Google Formulários". Os participantes foram questionados sobre suas concepções de "ser homem" e se já tinham sofrido alguma consequência, social e/ou pessoal, por não se enquadrarem aos padrões tradicionais de masculinidade. Perante os dados obtidos, os resultados foram confrontados com o referencial teórico, considerando as possíveis diferenças e semelhanças. Diante das reflexões adquiridas nesta pesquisa, percebe-se que as visões naturalizadas a respeito da masculinidade (re)produzidas pelo patriarcado, ajudam a determinar um tipo de identidade masculina tida como natural/normal, necessitando de ações/reflexões que tentem desconstruir essa visão, dando visibilidade à temática, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero e para a desconstrução de estereótipos prejudiciais.

Palavras-chave: Masculinidade, Gênero, Indivíduos masculinos, Padrões heteronormativos.

ABSTRACT

This research aims to present different perspectives of men born in different generations - before and after the 2000s - regarding the concept of masculinity. Using a qualitative-exploratory approach, the analysis sought to understand the origin and implications of these perspectives for the construction of their masculine identities, especially with regard to aesthetic and behavioral issues. To provide the theoretical basis for the work, research was carried out on articles related to the topic in the main scientific journals - "Google Scholar" and "sciElo - Scientific Electronic Library Online" - in addition, a digital questionnaire with mixed questions created on the "Google Forms" platform was used. Participants were asked about their conceptions of "being a man" and whether they had ever suffered any consequences, social and/or personal, for not fitting into traditional standards of masculinity. Given the data obtained, the results were compared with the theoretical framework, considering possible differences and similarities. In light of the reflections acquired in this research, it is clear that the naturalized views regarding masculinity (re)produced by the patriarchy help to determine a type of masculine identity considered natural/normal, requiring actions/reflections that attempt to deconstruct this view, giving visibility to the issue, contributing to the promotion of gender equality and the deconstruction of harmful stereotypes.

Keywords: Masculinity, Gender, Masculine individuals, Heteronormative standards.

INTRODUÇÃO

O modo como nossa sociedade define um homem e uma mulher - necessitando fazer-se distinção - é algo socialmente construído, próprio de cada tempo e cultura. Cada

sociedade, ao longo da sua história, define rigidamente os termos dessa distinção e organiza as relações sociais por meio do gênero.

Estes “padrões de gênero” não são espontâneos, mas (re)produzidos. Justamente por isso, este conjunto de ideias, valores, expectativas e normas, que organizam o mundo a partir do feminino e do masculino, precisa ser repetido e reiterado pelas várias instituições sociais a cada nova geração.

Sob essa ótica, a formação identitária dos homens também é influenciada por tais fatores, incluindo variados modos e abordagens de criação, oriundos de diferentes instituições sociais, como a família e a escola. Esses elementos contribuem para moldar diversas facetas da identidade masculina, especialmente aquelas relacionadas ao comportamento e à estética, como modos de agir, vestir, portar-se e ser.

Por vezes, essas influências internalizadas pelos indivíduos em construção podem ocorrer consciente ou inconscientemente, pois por diversos fatores, esses sujeitos não conseguem enxergar as formas como estão sendo educados, internalizando até mesmo o “errado”. Sustentando-se na ideia da prévia estruturação em sociedade, absorvendo os padrões transmitidos por pessoas ou instituições que os cercam, contribuindo com a perpetuação de um homem modelo.

Normalmente, essa visão advém de uma sociedade cis-hétero-normativa, resultante de um modelo patriarcal reforçado com o tempo. Para Castells (1999, p. 169) em seu livro *O Poder da Identidade*, “o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas”, desse modo, tal modelo configura-se como pilar sociocultural, influenciando ações e reações em diferentes espaços na sociedade, sejam eles sociais, políticos e/ou culturais, atemporalmente. Essa estrutura embasa-se no exercício da autoridade, impondo comportamentos a serem seguidos. Ceara-silva (2017, p. 17) entende que este:

“É um regime no qual os homens adquirem vantagens [...]. Porém, é uma prática sem líder, sem regimento, sem estatuto. Ao mesmo tempo na cartilagem social fica premente um código de honra a ser seguido, uma pedagogia que ensina o que não pode fazer, grupos com quem se identificar, justificativas em imaginários sociais coletivos e históricos: existem referências e até o levantamento de mitos a serem seguidos” (Ceara-silva, 2017, p. 17, **destaque nosso**).

Assim, por meio do patriarcalismo, os homens obtiveram inúmeras vantagens em diversos âmbitos sociais sobre grupos minoritários, porém o que se nota é que no decorrer da história o mesmo tornou-se vítima dos próprios ideais construídos pelos

“seus”; os indivíduos “diferentes” do idealizado são constantemente oprimidos e sofrem as consequências do tradicionalismo patriarcal. Ceara-silva (2017) legitima isso ao afirmar que existe uma padronização de grupos aos quais os indivíduos devem se identificar e “mitos” a serem seguidos, especialmente se essas figuras são masculinas e de homens brancos cis-hétero. Embora esses padrões de masculinidade naturalizados não possuam objetivamente líderes, regimentos ou estatutos, eles ainda vitimizam inúmeros indivíduos.

Quando busca-se de forma online o significado da palavra “homem” no dicionário digital Dicio - Dicionário Online de Português (2024), obtêm-se as seguintes definições:

- “1. Pessoa que se identifica com o sexo ou com o gênero masculino, independentemente da genitália com a qual nasceu.
2. Espécie humana; humanidade: a evolução social do homem.
3. Pessoa do sexo e gênero masculino.
4. Que possui uma relação afetiva com outras pessoas; esposo, marido, companheiro
5. Criatura humana sob o ponto de vista moral: todo homem é passível de aperfeiçoamento” (Dicio - Dicionário Online de Português, 2024, **destaque nosso**).

Em termos de comparações, notam-se contradições: a primeira sugere que, ao contrário do que o senso comum tende a transmitir, a genitália não define propriamente o que é ser homem, tornando os seres livres das pré-definições biológicas para se autodefinirem. Já a terceira definição vai contra o que foi apresentado na primeira, pois limita a identidade masculina exclusivamente ao gênero e sexo, ideia comumente defendida pelo patriarcado. Contudo, para além disso, a segunda definição é o que mais chama a atenção e, de certo modo, liga-se à primeira definição, colocando os homens sobre uma ótica evolucionar, sem ligação direta com fatores biológicos e idealistas.

Visto a importância desta temática para a liberdade de expressão, quebra de estereótipos, autodescobertas e as novas masculinidades, o presente trabalho visou investigar, a partir de diferentes percepções masculinas coletadas por questionário, como esses indivíduos identificam o “ser homem” em si, através de suas crenças, valores e ensinamentos. A pesquisa buscou entender os motivos e razões que os levam a acreditar na veracidade de suas crenças identitárias, buscando-se entender os seguintes questionamentos: “por quem, onde e/ou como eles foram instruídos/construídos?” e “quais as consequências dessas formas de ensino para as suas construções identitárias e, como consequência, para a sociedade?”.

METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como os indivíduos masculinos entendem a questão “ser homem”; a fim de compreender como as concepções (re)produzidas sobre homens e masculinidades foram construídas e como os afetaram ao longo de suas vidas.

Para a investigação, estruturou-se um questionário digital (Google Formulários) com perguntas mistas (múltipla escolha, abertas e fechadas) abordando questões relacionadas ao universo construtivo masculino, pautadas em ensinamentos e práticas transmitidas aos respondentes previamente, como: o que significava “ser homem”, onde e com quem aprenderam aquilo, quais aparências e atitudes um homem deveria ou não possuir e se, durante a infância, já tinham sido repreendidos de alguma forma por não terem agido como um verdadeiro homem, citando, se possível, exemplos.

Antes da elaboração e envio do questionário, realizou-se pesquisas de cunho bibliográfico em trabalhos anteriores ligados à temática, disponíveis nos periódicos científicos “Google Acadêmico” e “sciElo - Scientific Electronic Library Online”, utilizando os descritores: “homens”, “masculinidades”, “gênero”, “identidade”, “patriarcalismo” e “heteronormatividade”; por meio do operador booleano “and”.

Os respondentes foram contatados individualmente de modo virtual pelas redes sociais (Instagram e WhatsApp) e e-mail (Gmail). Juntamente com o questionário foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que deveria ser aceito antes da liberação das perguntas objetivas e/ou discursivas, transmitindo a seriedade, a ética e a confidencialidade da pesquisa para com os mesmos.

Para a discussão, utilizou-se recortes das respostas fornecidas pelos respondentes, como forma de promover possíveis questionamentos. Assim, para uma análise em profundidade, optou-se por utilizar a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), caracterizada pela capacidade de fornecer as ferramentas necessárias para analisar discursos em uma pesquisa qualitativa. Para isso, realizou-se a organização, codificação e categorização das respostas por semelhanças, considerando as possíveis “origens e ideais” que acreditou-se representar, vistas abaixo pela ordem (pergunta > grupos identitários):

1. “Para você, o que significa 'ser homem'?” - aparência física, questões biológicas, moral e patriarcado, orientação sexual, repressão de sentimentos e identidade de gênero.
2. “Qual aparência uma pessoa deve ter para ser considerada 'homem'?” - estereótipo de masculinidade e quebra do estereótipo de masculinidade.

Portanto, o grupo prioritário para esta pesquisa foram indivíduos masculinos nascidos antes ou após o ano 2000. Focando-se em identificar semelhanças e diferenças a partir das respostas coletadas entre as gerações sobre a questão do “ser homem” e as consequências sofridas por eles ao não se enquadrarem nos padrões normalizadores. Para comparação e análise, os participantes foram divididos em dois grupos conforme a idade apresentada: Grupo 1 (representando indivíduos com idade abaixo dos 23 anos, nascidos após o ano 2000) e Grupo 2 (representando indivíduos com idade acima de 24 anos, nascidos antes do ano 2000).

ANÁLISE DE DADOS

Um total de 59 indivíduos participaram da pesquisa, com idades que variaram entre 17 e 59 anos. Para a comparação entre “as gerações”, os respondentes foram alocados em dois grupos com base em suas faixas etárias, resultando em 39 respondentes (17 a 23 anos) no Grupo 1, representando 66,1% dos 100%; e 20 respondentes (24 a 59 anos) no Grupo 2, correspondendo aos 33,9% dos 100%.

Quando convidados a responderem sobre o que significava “ser homem”, os participantes, de ambos os Grupos, optaram pela escolha das respostas já concedidas, relacionadas à visão predominante da sociedade idealista de masculinidade, culturalmente naturalizada. Como visto abaixo na ordem (opção de resposta → número de marcações):

- [...] deve ser trabalhador e provedor do sustento familiar → 21;
- É alguém que gosta de se relacionar com mulheres → 13;
- [...] evita demonstrar sentimentos → 7;
- [...] se veste de maneira tradicional, evitando modas ou roupas consideradas femininas → 5;
- [...] tem um corpo forte e musculoso, buscando sempre se exercitar e ser vaidoso > 5;
- Outros → 38.

Nota-se que para muitos, o “ser homem” ainda é visto como o conceito inicialmente construído socialmente, no qual para ser considerado homem, o indivíduo deve demonstrar certas atitudes, como gostar e se relacionar somente com mulheres, ser provedor do sustento familiar, evitar demonstrar sentimentos, vestir-se em oposição ao feminino e outros. Tudo isso é ensinado para os homens ao longo de suas vidas, sobre a lógica de que, caso eles fujam dessas regras/crenças, dificilmente serão considerados verdadeiramente machos/homens.

Esse processo de distinção acontece porque as instituições sociais criam modelos de homens a serem seguidos, gerando processos de exclusão de indivíduos tidos como não “natural” e/ou “diferentes”, como exemplo, pode-se citar indivíduos masculinos com traços femininos, conhecidos popularmente como afeminados que constantemente sofrem variadas formas de violência (física, verbal, psicológica, de gênero, sexual, emocional e outras). Por meio de fatores como este surge a antiafeminização, onde ao reafirmar masculino, os indivíduos acabam contribuindo para o aumento de casos de agressão e exclusão de homens feminilizados, não considerados masculinos o suficiente pelo parecer feminino, oposto ao que os é ensinado.

Tal fato ficou exposto pelas respostas de alguns deles, notou-se que, durante a infância, 74,6% deles (44 pessoas do total) já haviam sido repreendidos por alguém e/ou de algum modo por não estarem agindo como um “verdadeiro” homem, seja por meio de gestos ou ações; expressadas pelas respostas de alguns deles. Essas repreensões sofridas - independentemente do Grupo a qual o respondente se enquadrava, 1 ou 2 - expressou-se por meio de diversos exemplos, principalmente ligadas ao comportamento desses indivíduos, como “por minha voz não ser grave, que eu deveria engrossar a voz (1)”, “[...] era impedido de ajudar minha mãe nas tarefas de casa, porque, na mentalidade do meu pai, eu iria ficar "afeminado (1)", “[...] em algumas situações em que chorava por "besteira" [...] alguém me falava: "seja homem" "não tenha medo" "não tem pra que chorar" (1)", “[...] Homem não chora, então engula o choro! (2)” e “[...] por ter a voz fina na infância, ser muito gentil e carinhoso (2)”

Além disso, repreensões ligadas a estética também foram evidenciadas por eles, como “por querer pintar as unhas, por querer usar maquiagem e batom, por usar brincos e por gostar de ambos os sexos (1), “descruza a perna, fala grosso (1)”, “não cruzar as pernas, não usar roupas curtas, ser repreendido por assistir programas de “mulheres” (2)” e “por ficar com as mãos nas cinturas (2)”. Portanto, compreende-se que apesar do

ensinar ser sentido e vivenciado de forma particular, na maioria das vezes o resultado torna-se plural, pois todos os indivíduos são frutos de diferentes construções sociais previamente estruturadas e condicionadas pela cultura. O que é ensinado para os homens sobre suas identidades, majoritariamente os adoce, contribuindo com a perpetuação de um modelo criacional opressor e limitante.

Contudo, notou-se, a partir da análise das respostas referente a opção “outros”, uma quebra de padrões do tradicional, independentemente do Grupo a qual o respondente pertencia. Logo, “ser homem” para alguns do Grupo 1 referia-se a “[...] não é sobre roupas, genitálias ou convenções sociais, pois daria a entender que uma vez sem isso, deixaria de ser homem”, “Alguém que se identifica como homem independente da orientação sexual” e “Alguém que se reconhece enquanto gênero masculino e que interage com o ambiente de forma a demonstrar essa masculinidade”. Já para os do Grupo 2, “[...] ser homem é ocupar espaços sociais masculinos, em suas mais diversas expressões, indo muito além do modo de se vestir, da atração sexual ou comportamento” e “alguém livre para performar masculinidades plurais longe de qualquer tipo de pré concepções”.

Essa quebra do tradicional, presente em ambas as gerações, é resultado de uma série de fatores sociais, advindas de um emergir de sentidos ligados a auto descobertas pessoais, conectadas ao processo de socialização desses indivíduos, criando-se assim, identidades de cunho parcialmente íntimos e próprios, resultante da busca incessante por novas formas de ser, que não as perpetuadas ao longo dos séculos. Ambas as gerações mostram que existe um mundo de possibilidades além do tradicional, seja em crenças, dizeres e saberes.

Ao categorizar as respostas em grupos temáticos, identificando seus ideais representativos, notou-se que a grande maioria pertenciam a áreas relacionadas à masculinidade convencional, como “moral e patriarcado”, legitimando as origens do tradicional. Ao averiguar onde e/ou com quem os respondentes aprenderam que aquilo era ser homem, identificou-se como responsáveis diversas instituições sociais - por ordem de frequência - como, o pai (24), a mãe (22), a escola (19), os/as amigos/as (16), os/as avós (15), os/as tios/tias (11), o ambiente religioso (10) e os/as irmãos/ãs (8).

Para Connell e Pearse (2015), as ideias sobre comportamentos adequados aos homens são difundidas a partir de organizações sociais, como as citadas acima, além de outras, como a ciência, o judiciário, a mídia e a cultura. Onde há sempre a separação e a colocação dos indivíduos em moldes fixos. Todas essas instituições contribuem, mesmo

que indiretamente, com a perpetuação do “natural/ideal”, exercendo sobre os indivíduos certa pressão social; promovendo comportamentos específicos e desencorajando maneiras de “ser” que não se enquadrem nessas normas.

Essa segregação é incorporada desde a infância, por repetição, se constituindo num referencial normativo a ser cumprido, impedindo construções subjetivas, moldando um comportamento comum a todos os indivíduos. Conforme Souza, Altomar e Manfrin (2017, p. 2):

“[...] durante a infância por meio do processo de socialização o sujeito aprende conteúdos para reproduzir comportamentos, atitudes, valores e ações culturalmente considerados adequados para seu gênero, ocorrendo muito cedo a construção da identidade de gênero. Neste sentido, a sociedade contemporânea por meio de diversos mecanismos, como a família, a escola, a religião, a comunidade e a mídia, faz parte deste processo de socialização de construção da masculinidade” (Souza, Altomar e Manfrin, 2017, p. 2, **destaque nosso**).

Para além disso, nota-se que a construção identitária dos indivíduos começa antes mesmo do seu nascimento. Desde o ventre da mulher, são idealizadas para a criança, pelas instituições sociais, regras como cores específicas que a representará, além de possíveis nomes, ideais, valores, crenças e costumes que ela deverá se apossar ao longo de sua vida, enquadrando-se em um determinado papel - menino ou menina, homem ou mulher. Essa expectativa se relaciona diretamente ao sexo biológico, isto é, se a criança nasce com o órgão sexual masculino, de imediato, espera-se um homem que performe mais essa construção idealista de masculinidade.

Em uma de suas pesquisas, Kaufman (1994, p. 13-25) afirma que um garoto corporifica as relações de violência desde muito cedo, pois aos cinco ou seis anos as bases da masculinidade, que serão adotadas para toda a vida, já estarão estabelecidas. Portanto, por já estar estabelecido, o garoto pressionado a seguir normas e ideais de masculinidade, suprime sua própria vontade de autoconhecer, que a longo prazo, afeta sua liberdade de escolha, gerando muitos conflitos identitários e episódios de violência.

Conforme mencionado por Nolasco (1993-1995, p. 47), quando surgem dúvidas durante o processo de socialização sobre a própria identidade de gênero - se a forma como essa identidade é vivenciada não se alinha com as normas heteronormativas - o indivíduo muitas vezes se vê obrigado a reafirmar continuamente sua identificação com o padrão estabelecido. Assim, “um menino é educado nas precariedades de um cárcere, para quando crescer se tornar seu próprio carrasco”. Desse modo, subjetivamente, a maioria

dos homens são ensinados a serem viris, agressivos, fortes/dominadores, negadores de sentimentos e desejos. Como resultado dessa opressão, cria-se uma rede de vigilância onde os homens acreditam ter poder sobre outros indivíduos menos favorecidos, como outros homens; tornando-se vítimas e carrascos de si e para os outros, acarretando em diversas consequências, como por exemplo casos de assassinato.

Para Harrison, Chin e Ficarrotto (1992, p. 271-285) o núcleo do papel masculino nas sociedades contemporâneas é composto por quatro necessidades: 1) [...] de ser diferente das mulheres; 2) [...] de ser superior aos demais; 3) [...] de ser independente e autoconfiante; e 4) [...] de ser mais poderoso do que os outros, através da violência, se necessário. Logo, no constante ato de reafirmar, mesmo sem que perceba, o indivíduo acaba desenvolvendo uma série de necessidades, sendo uma delas a de “mascarar” o seu verdadeiro “eu”, buscando sentir a aceitação e pertencimento nos mais diversos grupos sociais. Desta maneira, emerge também a supervalorização da agressividade, vista, por muitos, como válvula de escape, resultando em uma maior somatização de problemas e, conseqüentemente, a uma maior taxa de mortalidade.

Oliveira (1998, p. 99) legitima esse fato, ao destacar as conseqüências de diferentes atos, normalmente, cometidos por homens, como:

“[...] beber e fumar, para parecer mais auto suficiente, autônomo, arrojado, sofisticado e superior, levam a um maior número de mortes por câncer, cirrose hepática etc.; acidentes de todo o tipo (automobilísticos, principalmente) que são, muitas vezes, frutos de exibição e/ou de violência. O resultado: expectativa de vida menor para os homens. Os meninos, em função do papel prescrito, são mais exigidos e desenvolvem mais problemas e inadequações diversas - dislexia, esquizofrenia, incontinência noturna etc” (Oliveira, 1998, p. 99, **destaque nosso**).

Notou-se que as instituições sociais convencionais predominarem no que tange a educação a qual os respondentes foram expostos. Contudo, a partir desta pesquisa, foi possível notar que eles sentiram a necessidade de “criar novas formas de ver o ser homem”, para além do tradicional. Independente do Grupo pertencente, para alguns deles novas definições surgiram ao longo de suas vidas, por meio de “reflexão pessoal (1)”, “internet (1)”, “filósofos contemporâneos e audiovisual (jogos, séries e filmes) (1)” e “formação/atuação profissional (2)”.

Assim, para alguns respondentes de ambos os grupos, o homem pode ser definido por meio de diversas maneiras, independentemente de vestimentas, aparências e estilos socialmente aceitos, como: “[...] não coloco mais uma imagem que defina o que é ser

homem, entendendo como algo plural e fluído (1)”, “[...] precisamos nos vestir da forma como nos sentimos bem. Para mim, a aparência ou as roupas não define se alguém é homem ou não (2)”, “Não há uma aparência precisa, isso para mim não identificaria ser homem, cor, acessórios, tipo de roupa, tipo de cabelo, cheiro deve ser uma interpretação da própria personalidade (2)”.

Essas novas definições, são concebidas em um momento no qual a sociedade se vê muito mais evoluída tecnologicamente e socialmente - o que garantiu novos avanços na compreensão de identidades de gênero e um maior acesso das pessoas a ambientes ligados à informação, educação, política e outros. Independentemente de raça, gênero e outros quesitos sociais a qual elas pertencem, o que ajudou a possibilitar uma melhor democratização na busca por conhecimento e como por consequência, contribuindo para o surgimento de novas maneiras de definir as coisas.

Ao agrupar as respostas sob temáticas semelhantes, obteve-se os seguintes números (totalidade → separação por grupos): estereótipo de masculinidade - respostas ligadas ao padrão tradicional de masculinidade (21 → 1: 16, 2: 5) e quebra do estereótipo de masculinidade (19 → 1: 11, 2: 8). Essa quebra do “estereótipo de masculinidade” que quase ultrapassou o estereótipo padrão, se resulta dessas novas quebras de paradigmas, expondo que apesar do tradicional ainda “imperar”, novas possibilidades estão sendo criadas diariamente, apesar da lentidão deste processo.

Apesar dessas mudanças, para alguns, romper o tradicional ainda se configura como um grande obstáculo, pois lutar contra o aceitável é desafiador e, por vezes, se configura como uma jornada solitária e sem apoio, fato expresso na seguinte fala: “[...] ainda não consigo desassociar o padrão físico (um maior porte, ombros largos, cabelo geralmente curto, barba, maior quantidade de pelos, corpo robusto, cara mais fechada e traços menos delicados) de um considerado "homem", apesar de reconhecer que existem pessoas que apesar de biologicamente nasceram como homens não se consideram como tal, bem como existem mulheres que se consideram, nesse caso eu só trabalho para respeitar, aceitar e associar”.

Em relação a estética, quando questionados sobre qual a aparência que uma pessoa deve possuir para ser considerado homem, a maioria dos respondentes de ambos Grupos, limitaram-se a discorrer a partir de características físicas, normalmente ligadas aos homens ideais, defendido pela sociedade, como ser “forte, maduro, másculo, parrudo e viril (1)”. Essa limitação exposta por eles, é explicada por Silva (2006) que ressalta que:

“características como coragem, firmeza, valentia foram associadas ao masculino e consideradas qualidades que constituem e gravitam sobre o gênero masculino” (Silva, 2006, destaque nosso).

Para alguns, o “ser masculino” tem total ligação com a oposição ao feminino e suas características, como expresso em “qualquer uma, contanto que não possua traços femininos marcantes (1)”, “[...] é só não usar roupas de mulher (2)”, “deve não vestir roupas femininas, pois ele é homem, é ter postura viril, é ter características biológicas masculinas (1)”. Quando comparados a feminilidade, os mesmos se sentem injustiçados, fracos e não pertencentes à “hipermasculinidade” normalmente difundida na sociedade.

Esse complexo de oposição é resultado da construção de múltiplos processos sociais, principalmente as defendidas por figuras masculinas, pois foi por meio do repúdio às mulheres que muitas sociedades se popularizaram, limitando-as ao papel de fragilidade, desvalorização, inferioridade e servidão. Nesse processo, Bento (2015, apud Sánchez & Vilain, 2012) reforça que a feminização seria uma fuga dos ideais de masculinidade, e por ela ser construída por oposição, tudo que não reforça o padrão hegemônico é tomado como feminino e, conseqüentemente, dificilmente tolerado; como debatido anteriormente.

Para Nolasco (1993) se atribui ao papel masculino a responsabilidade principal pela "situação precária" da masculinidade e isso acaba se perpetuando quando os homens seguem cegamente um modelo de comportamento que limita suas subjetividades, reduzindo-os a um vazio estereotipado, causador de constantes angústias, tensões e violências. O autor defende a necessidade de humanizar a busca por um novo modelo de comportamento, apesar de reconhecer que isso é um desafio.

Para Stoller (1993), a masculinidade é uma qualidade sentida por quem a possui, ou seja, um conjunto de convicções obtidas através dos pais, especialmente na infância e mantidas pela sociedade. Portanto, se utilizando do que foi afirmado por Beauvoir (1980), o sujeito não nasce mulher, torna-se mulher, sendo assim, nesse caso, o sujeito não nasce homem, torna-se homem.

Portanto, ao observar as diferentes culturas e as formas do colocar-se no mundo de diferentes povos, é possível se deparar com diversas formas de entender o masculino. Logo, as características atribuídas aos homens não são determinadas pela biologia ou pelas genitálias, mas sim pela cultura, e cabe a cada indivíduo, munido de conhecimentos ao qual se identifica, lutar por sua identidade. Defendendo a ideia de que ser homem,

portanto, não é um estado predeterminado, mas uma condição em permanente construção e, se necessário, desconstrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa e seus recortes, nota-se que apesar de haverem muitos ensinamentos advindos do tradicional, muitos homens, independente de gênero e identidade, ainda “lutam” para reconhecerem a pluralidade de ser masculino, buscando muitas vezes, novas formas de se autodefinirem. Para muitos deles, performar a masculinidade ainda é desafiador, mas não limitá-la a algo unilateral é um dos caminhos para a autoaceitação, pois quando limitada, corta-se a diversidade e o sentido do que é ser homem e ser humano, que é o de estar em constante transformação/evolução.

Compreende-se que mesmo com as mudanças, opiniões como essas ainda não são suficientes para mudar percepções seculares ensinadas há tempos, no que diz respeito ao verdadeiro papel masculino. Este, no entanto, não é um processo que acontece sem resistência e instantaneamente, afinal, cabe a cada ser humano, estabelecer uma relação própria com a sua cultura, independente da sociedade pertencente.

É preciso que na sociedade atual o homem entenda seu novo papel, buscando se utilizar de suas diversas facetas que não misóginas, estereotipadas e/ou tóxicas para moldar a realidade, quebrando paradigmas. Pois, se existe na sociedade, de certo modo, a liberdade de ensinar e ser ensinado, cabe a cada ser masculino, a partir de suas vivências e experiências, construir a seu gosto, sua própria identidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1977.

BEAUVOIR, S. de. *O Segundo Sexo*, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 1980.

BENTO, B. **Homem não tece a dor**: queixas e perplexidades masculinas. Editora da UFRN, 2015.

CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. O poder da identidade. São Paulo: **Paz e terra**, v. 2, p. 169, 1999.

CEARÁ-SILVA, G. L. **Corpos penetrantes e masculinidades**: um estudo crítico às práticas patri (viri) arcaís. 2017.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: Editora nVersos, 2015.

HARRISON, J.; CHIN, J.; FICARROTTO, T. Warning: Masculinity may be dangerous to your health. **Men's lives**, p. 271-285, 1992.

HOMEM. Dicio, **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/homem/>>. Acesso em: 9 jul. 2024.

KAUFMAN. M. **The Construction of Masculinity and the Triad of Men's Violence**. In: KIMMEL, Michael S., MESSNER, Michael A. (orgs.), p. 13-25, 1994.

NOLASCO, S. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 47, 1993- 1995.

OLIVEIRA, P. P. de. Discursos sobre a masculinidade. **Estudos Feministas**, p. 99, 1998.

SILVA, S. G. da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, 2006.

SOUZA, M. D. F. de; ALTOMAR, G.; MANFRIN, S. H. **A construção social da masculinidade**. ETIC–Encontro de Iniciação Científica, v. 13, n. 13, p. 2, 2017.

STOLLER, R. **Masculinidade e Feminilidade**: Apresentações de Gênero. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.



Capítulo 7
LUÍSA SONZA: RELACIONAMENTOS E
ENFRENTAMENTO AOS DISCURSOS MACHISTAS NA
INTERNET

Alan dos Santos de Jesus
Gidailton Santos Pereira Filho

LUÍSA SONZA: RELACIONAMENTOS E ENFRENTAMENTO AOS DISCURSOS MACHISTAS NA INTERNET

Alan dos Santos de Jesus

Graduando da Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB DCHT Campus XXI -Ipiaú, escritor da obra O Mundo de Miguel e pesquisador no Grupo de Estudos sobre Literaturas e Etnicidade (GRUPELE),
alanjesus.uneb@gmail.com

Gidailton Santos Pereira Filho

Graduando da Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB DCHT Campus XXI - Ipiaú, gidailtonp@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe uma análise aprofundada e crítica dos discursos machistas presentes na internet direcionados à cantora Luísa Sonza, especialmente após o término de seus relacionamentos com o humorista Whindersson Nunes e, posteriormente, com o influenciador digital Chico Veiga. A investigação se baseia na identificação e análise de comentários machistas veiculados online, na contextualização dos dados estatísticos relacionados ao feminicídio e ao machismo no Brasil e na exploração do conceito de ideologia de gênero. Além disso, examina-se o fenômeno do interdiscurso machista/feminista e o posicionamento adotado pela cantora diante dos ataques misóginos, ressaltando a importância de ampliar o debate sobre os desafios enfrentados pelas mulheres em ambientes virtuais. A análise aborda também a posição do sujeito envolvido e o impacto da memória social na perpetuação desses discursos prejudiciais. Ademais, o estudo busca oferecer insights relevantes para uma compreensão mais ampla das dinâmicas de gênero e poder na era digital.

Palavras-chave: Luísa Sonza. Internet. Machismo.

ABSTRACT

This article proposes an in-depth and critical analysis of the sexist discourses present on the internet directed at the singer Luísa Sonza,

especialmente após o fim de seus relacionamentos com o comediante Whinderson Nunes e, posteriormente, com o influenciador digital Chico Veiga. A investigação é baseada na identificação e análise de comentários sexistas publicados online, na contextualização de dados estatísticos relacionados ao feminicídio e ao machismo no Brasil e na exploração do conceito de ideologia de gênero. Além disso, o fenômeno do discurso sexista/feminista e a posição adotada pela cantora diante de ataques misóginos são examinados, destacando a importância de ampliar o debate sobre os desafios enfrentados pelas mulheres em ambientes virtuais. A análise também aborda a posição da autora e o impacto da memória social na perpetuação desses discursos. Além disso, o estudo busca oferecer insights relevantes para uma compreensão mais ampla de gênero e dinâmicas de poder na era digital.

Keywords: Luísa Sonza. Internet. Machismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe realizar uma análise minuciosa dos discursos machistas presentes nas redes sociais, baseada em referenciais teóricos robustos que incluem dados estatísticos alarmantes sobre feminicídio, assim como o fenômeno do machismo online. Além disso, aborda-se o conceito controverso de ideologia de gênero e a dinâmica complexa que permeia o interdiscurso entre as perspectivas machista e feminista.

Para investigar esses fenômenos complexos, adota-se uma abordagem da análise do discurso que transcende a superfície das palavras, penetrando nos matizes subjacentes da memória social e na posição do sujeito. A voz e o testemunho de figuras como Luísa Sonza, que compartilham suas experiências e enfrentamentos com as dificuldades impostas às mulheres, tornam-se peças-chave na desconstrução desses discursos e na reflexão sobre o impacto desigual das expectativas sociais.

Este estudo não se limita apenas a documentar tais discursos, mas busca também expor as engrenagens que os perpetuam na esfera digital. Destaca-se, portanto, a urgente necessidade de uma conscientização coletiva para confrontar e transformar esses padrões nocivos, visando promover uma cultura mais inclusiva e igualitária.

LUÍSA SONZA, WHINDERSSON NUNES CHICO VEIGA

Fotografia 01 – Luísa Sonza



Fonte: Twitter (2020)

Luísa Sonza é uma cantora, compositora e influenciadora digital brasileira conhecida por sua versatilidade artística e sua presença marcante nas redes sociais. Com uma carreira ascendente na música pop brasileira, Sonza conquistou grande reconhecimento por seus hits contagiantes e sua habilidade em abordar temas contemporâneos em suas letras. Além de sua carreira musical, ela também se destaca como uma voz ativa na luta pelos direitos das mulheres, utilizando sua plataforma para abordar questões relacionadas ao feminismo e ao empoderamento feminino.

Fotografia 02 – Whindersson Nunes



Fonte: Diário do Nordeste (2024)

Whindersson Nunes é um dos comediantes e criadores de conteúdo mais populares do Brasil, reconhecido por seu talento único em fazer as pessoas rirem. Começando sua carreira no YouTube, ele rapidamente se tornou uma sensação na internet, acumulando milhões de seguidores em suas redes sociais. Além de seu sucesso como comediante, Whindersson também é um empreendedor engajado, apoiando diversas causas sociais e projetos de caridade. Casou-se com Luísa em 2018 e o término aconteceu em 2020.

Fotografia 03 – Chico Veiga



Fonte: Quem Notícias (2023)

Chico Veiga é um influenciador brasileiro, nascido e criado no Rio de Janeiro, cuja trajetória ganhou destaque ao participar de transmissões ao vivo no canal de Casimiro Miguel, mais conhecido como Cazé. Foi o próprio Cazé quem lhe conferiu o apelido "Chico Moedas", em virtude do interesse do jovem pelos investimentos em bitcoin, uma temática que desperta cada vez mais interesse na atualidade. Namorou Luísa por 4 meses em 2023.

DADOS ESTATÍSTICOS DO FEMINICÍDIO MACHISMO NO BRASIL

Segundo o G1, um estudo recente sobre feminicídio no país revelou números alarmantes, destacando uma tendência preocupante. Em 2022, foram registrados 1,4 mil casos de feminicídio, representando um aumento de 5% em relação ao ano anterior. Esses dados não apenas evidenciam a persistência desse fenômeno, mas também ressaltam sua intensificação, sublinhando a necessidade urgente de abordagens eficazes para combater a violência de gênero.

Além disso, estudos conduzidos pelo DataSenado apontam para a amplitude das manifestações do machismo na sociedade brasileira. Essas manifestações vão desde comentários depreciativos até ameaças diretas contra mulheres. O estudo, que ouviu 3 mil pessoas, revelou que 71% das entrevistadas consideram o Brasil um país muito machista. Mais alarmante ainda é que 68% das brasileiras conhecem uma ou mais mulheres vítimas de violência doméstica, ou familiar, enquanto 27% declaram já terem sido vítimas de algum tipo de agressão por parte de homens.

Como Simone de Beauvoir destacou em "O Segundo Sexo" em 1949, "o machismo é um sistema de opressão que permeia as estruturas sociais, contribuindo para a normalização da violência de gênero". Essa citação ressoa fortemente nos dias de hoje, destacando a importância de uma análise profunda desses dados para fundamentar a discussão sobre as consequências reais e imediatas do machismo, tanto no mundo físico quanto no virtual.

CONCEITO DE IDEOLOGIA DE GÊNERO

A ideologia de gênero é um conceito complexo que permeia as construções sociais relacionadas às identidades masculinas e femininas, influenciando profundamente os discursos e as percepções coletivas. Ao examinar a presença dessa ideologia nos discursos

contemporâneos, é possível detectar padrões que frequentemente reforçam estereótipos prejudiciais, mas também oferecem oportunidades para desafiar essas normas e promover uma reflexão crítica sobre as representações de gênero.

Nos discursos atuais, a ideologia de gênero se manifesta de diversas maneiras, seja por meio da linguagem utilizada, dos comportamentos adotados ou das expectativas impostas, todos enraizados em normas culturais historicamente construídas. A análise cuidadosa desses discursos revela uma tendência preocupante de associar características específicas a cada gênero de maneira inflexível e, muitas vezes, prejudicial.

Por exemplo, persiste a noção antiquada de que as mulheres devem ser passivas e emocionais, enquanto os homens são esperados a serem assertivos e lógicos. Esses estereótipos não apenas limitam as possibilidades individuais de expressão e realização, mas também perpetuam desigualdades de gênero e restringem o desenvolvimento pleno de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

Portanto, uma análise crítica desses discursos não só revela as normas existentes, mas também ressalta a urgente necessidade de uma narrativa mais equitativa e plural na construção das identidades de gênero na sociedade contemporânea. É fundamental desafiar ativamente essas narrativas restritivas, promovendo uma cultura que valorize e respeite a diversidade de experiências e expressões de gênero, garantindo assim uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

INTERDISCURSO MACHISTA/FEMINISTA

Em tempos passados, os discursos eram dominados por conceitos tradicionais e pela imposição de normas de gênero rígidas. Contudo, o cenário contemporâneo testemunha uma transformação fundamental, onde o embate entre machismo e feminismo encontra um novo palco nas plataformas digitais, com as redes sociais assumindo um papel crucial na disseminação de ideias.

Como observado por Citelli (2009), a internet muitas vezes atua como um amplificador de discursos machistas, proporcionando um espaço onde estereótipos de gênero são não apenas reforçados, mas também disseminados de forma ampla e rápida. É imprescindível reconhecer que o interdiscurso entre machismo e feminismo reflete as mudanças sociais ao longo do tempo. Este embate não surge em um vácuo, mas sim como

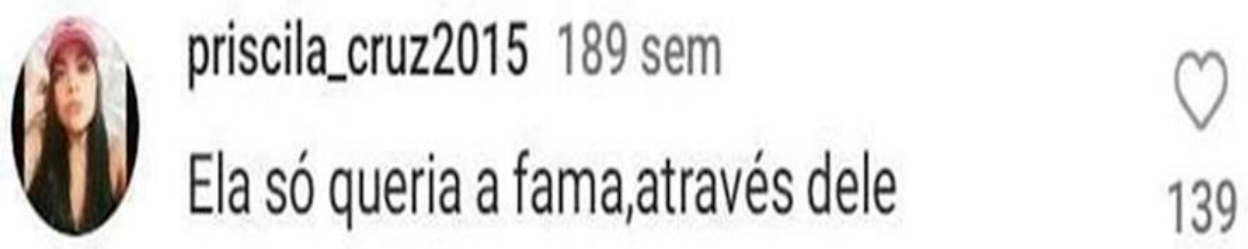
resultado das transformações culturais, políticas e sociais que moldaram e continuam a moldar nossa sociedade.

Em suma, compreender essa complexa interação é crucial para contextualizar os desafios e oportunidades que permeiam os discursos de gênero na sociedade contemporânea. Somente através dessa compreensão podemos começar a abordar de forma eficaz questões como igualdade de gênero, empoderamento feminino e desconstrução de estereótipos prejudiciais.

ANÁLISE DE DISCURSOS MACHISTAS NA INTERNET

Comentário sobre o Término de Luísa com Whindersson

Imagem 1 – Internauta diz que Luísa estava com o humorista por interesse



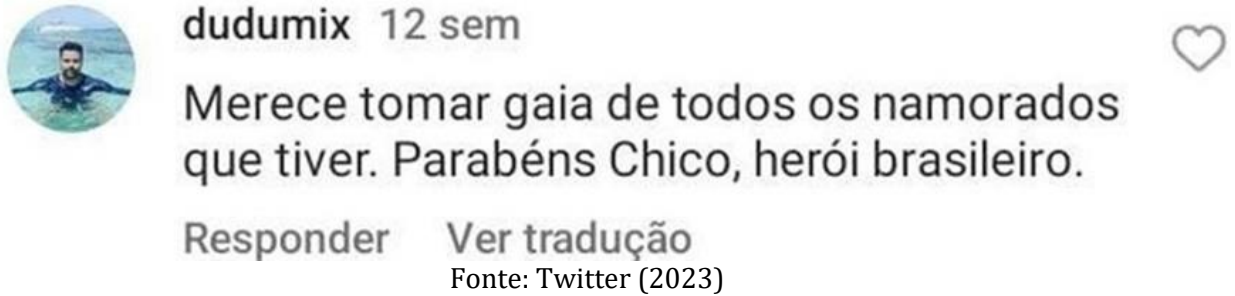
Fonte: Twitter (2020)

A reflexão sobre o comentário da Imagem 1, "Ela só queria fama, através dele", revela uma intrincada teia de memórias sociais que sistematicamente desvalorizam as ambições profissionais das mulheres em contextos de relacionamento público. Esta memória coletiva, enraizada em narrativas historicamente construídas, subestima a autonomia e a capacidade de agência das mulheres, perpetuando estereótipos de gênero que as limitam a papéis secundários.

Ao desconsiderar as aspirações profissionais da mulher e sugerir que suas motivações se baseiam unicamente no desejo de "fama através dele", o internauta não apenas diminui suas realizações individuais, mas também contribui para uma cultura que desvaloriza sistematicamente o trabalho e o talento das mulheres. Essa atitude reforça uma visão de relacionamento na qual as mulheres são retratadas como dependentes dos homens para alcançar reconhecimento e sucesso, perpetuando assim a desigualdade de gênero em nossa sociedade.

Comentários sobre o Térmico de Luísa com Chico

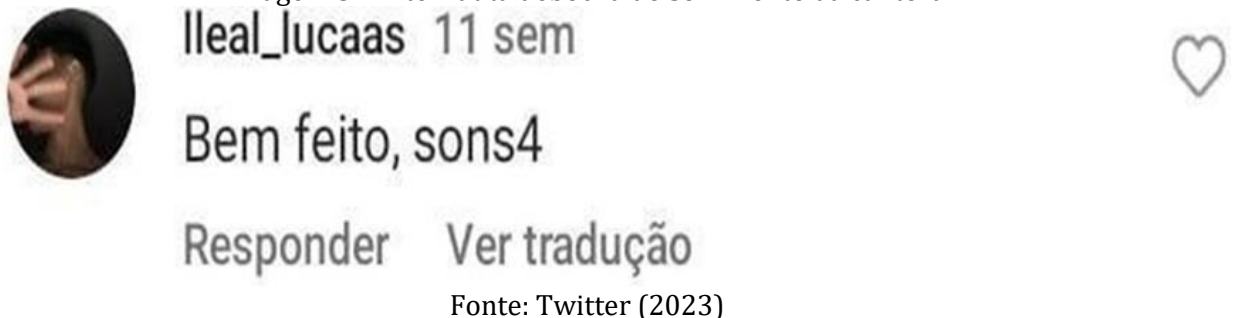
Imagem 2 – Internauta culpabiliza a cantora por supostamente ter sido traída e parabeniza o influenciador pela traição



No comentário da Imagem 2, evidencia-se uma conexão intrínseca com a memória social que romantiza a infidelidade masculina, um fenômeno moldado ao longo do tempo por meio de narrativas culturais, estereótipos de gênero e valores arraigados na sociedade. Ao louvar Chico como um "herói brasileiro" por sua infidelidade, o sujeito revela uma visão que endossa a noção de que a infidelidade masculina é uma façanha, ao invés de um comportamento reprovável.

Essa postura do sujeito, ao abraçar e perpetuar essas normas, contribui para a manutenção de uma cultura que minimiza a responsabilidade dos homens em relacionamentos monogâmicos e ignora os impactos emocionais sobre as mulheres. Reforçar essa ideia equivocada não apenas legitima, mas também perpetua uma dinâmica prejudicial que desvaloriza os sentimentos e a dignidade das parceiras.

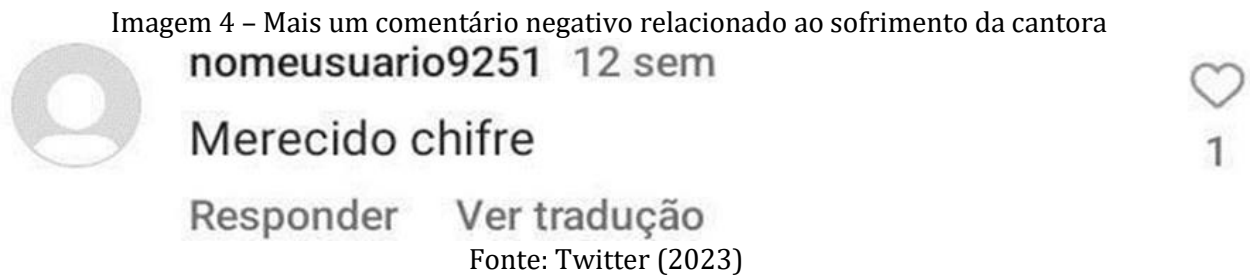
Imagem 3 – internauta debocha do sofrimento da cantora



Na Imagem 3, o comentário "Bem feito, sons4", evidencia uma conexão imediata com uma memória social que tende a estigmatizar as mulheres quando se trata de termos de relacionamento. Essa memória é alimentada por narrativas culturais profundamente enraizadas, que historicamente atribuem às mulheres a responsabilidade

exclusiva pelo sucesso ou fracasso de uma relação. A ideia de que as mulheres são as principais responsáveis pelos desfechos negativos em relacionamentos é reforçada por essa memória social, que as retrata como culpadas.

O seguidor que emite tal comentário assume uma postura explícita ao responsabilizar a mulher pelo término do relacionamento. Ao fazer isso, ele contribui diretamente para a perpetuação de uma cultura que absolve os homens de qualquer responsabilidade emocional ou relacional nos termos. Essa atitude não apenas reforça estereótipos de gênero, mas também perpetua desigualdades e injustiças dentro das relações interpessoais.

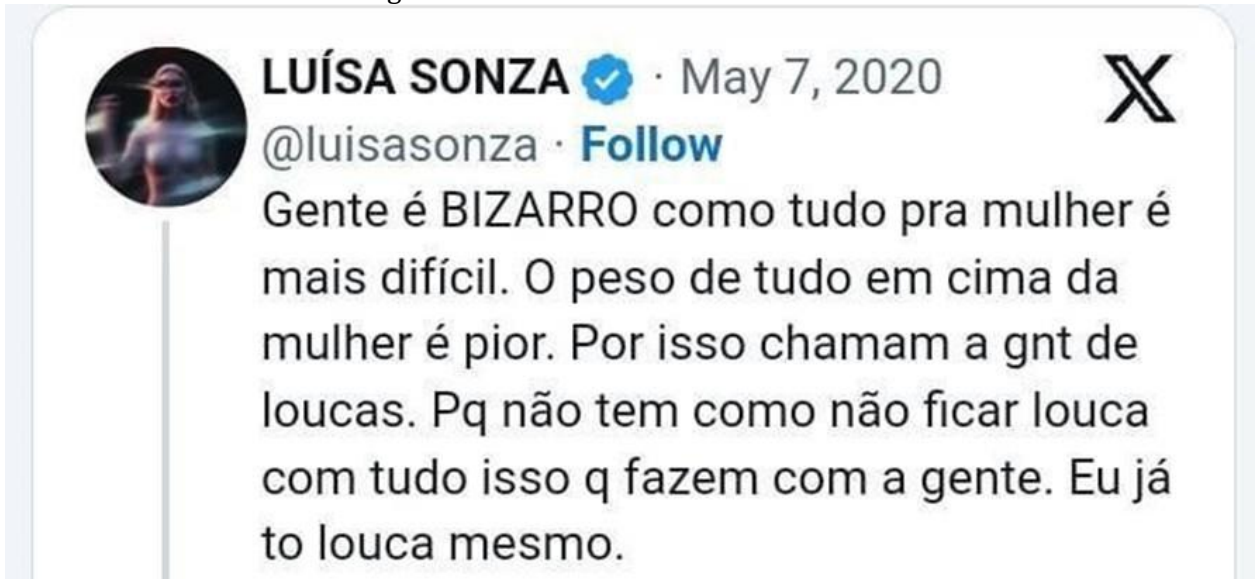


Ao analisar a Imagem 4, é evidente uma ligação direta com uma memória social que justifica a traição como um castigo merecido. Essa memória está profundamente enraizada em narrativas culturais que ao longo da história têm atribuído à traição um papel de punição, muitas vezes associando essa penalidade de forma desproporcional às mulheres. Essa memória social desempenha um papel significativo na perpetuação de normas de gênero desiguais, nas quais as mulheres são injustamente responsabilizadas pelos desafios nos relacionamentos.

A crença de que a traição é merecida reflete uma visão punitiva e desigual das relações, colocando as mulheres como alvo de retaliação por supostos comportamentos inadequados. Essa perspectiva sugere uma adesão às normas de gênero que justificam a traição masculina como uma resposta aceitável a supostas transgressões femininas, ampliando assim a desigualdade de poder nas relações. Além disso, essa mentalidade contribui para a manutenção de um ciclo prejudicial de culpabilização e vitimização das mulheres, minando sua autonomia e reforçando estereótipos prejudiciais de gênero.

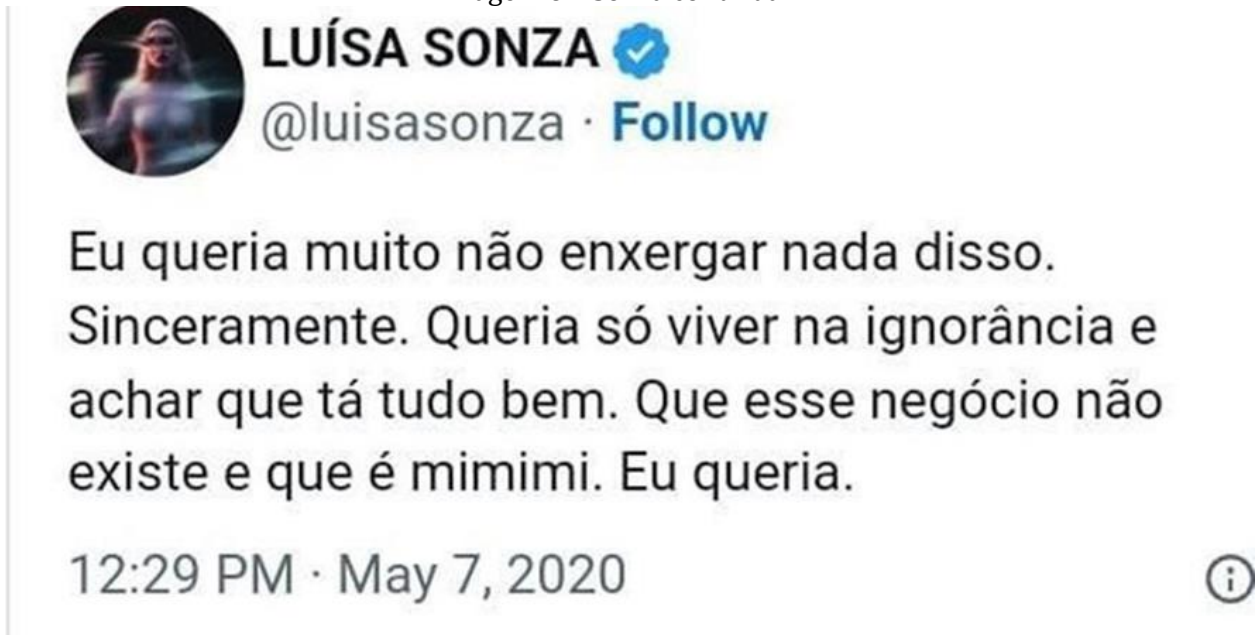
Comentários de Luísa Sonza

Imagem 5 – Desabafo da cantora via twitter



Fonte: Twitter (2020)

Imagem 6 – Sonza continua



Fonte: Twitter (2020)

O desabafo corajoso de Luísa Sonza durante a Semana de Desafios 5 (Imagem 5), ao declarar que "Gente é BIZARRO como tudo pra mulher é mais difícil...", ecoa profundamente na memória social, evidenciando as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Ela destaca o peso adicional que as mulheres carregam, seja no contexto profissional, nos relacionamentos ou nas questões familiares. Essa carga, enfatizada por

Luísa, ressalta a realidade de uma sociedade que muitas vezes impõe expectativas desproporcionais sobre as mulheres.

A postura de Luísa Sonza, manifestada em suas declarações durante a Imagem 5 e Imagem 6, revela não apenas a sua vivência pessoal, mas também a experiência compartilhada por muitas mulheres, oprimidas pelo peso das expectativas sociais. Ao expressar sua própria luta interna, Luísa reflete a frustração e exaustão decorrentes da necessidade constante de enfrentar desafios e estigmas. Seu desejo de ignorar essas questões e fingir que "tá tudo bem" evidencia a carga emocional associada a essa realidade, bem como a busca por alívio em um contexto que muitas vezes minimiza ou ignora as dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Ademais, é fundamental reconhecer que as mulheres enfrentam não apenas obstáculos externos, mas também batalhas internas, combatendo padrões e expectativas internalizadas que perpetuam a desigualdade de gênero. Essa luta diária pela validação e reconhecimento próprios é uma carga adicional que muitas mulheres carregam, contribuindo para um ciclo de exaustão emocional e psicológica. Portanto, o desabafo de Luísa Sonza não é apenas um momento isolado de expressão, mas sim um reflexo de uma realidade mais ampla que clama por uma mudança cultural e social significativa para garantir a equidade de gênero e o bem-estar das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aprofundada dos discursos machistas nas redes sociais, associados aos termos dos relacionamentos de Luísa Sonza com Chico Veiga e Whindersson Nunes, revela um panorama complexo e preocupante que permeia a cultura online. Os comentários selecionados para análise representam lamentavelmente uma manifestação palpável do machismo arraigado em nossa sociedade. Expressões como "Merece tomar gaia de todos os namorados que tiver. Parabéns Chico, herói brasileiro", "bem feito, sons4", e "merecido chifre" refletem a objetificação e desvalorização das mulheres, perpetuando estereótipos prejudiciais.

O comentário sincero de Luísa Sonza sobre a dificuldade enfrentada pelas mulheres na sociedade adiciona uma dimensão humana e emotiva à análise. Suas palavras destacam a realidade impactante das expectativas sociais sobre as mulheres e ressoam como um chamado à reflexão e à mudança. Ao expressar o desejo de viver na ignorância

para evitar o peso constante, Sonza evidencia a pressão e o julgamento constantes a que as mulheres são submetidas, mesmo em situações pessoais delicadas como um término de relacionamento.

Diante dessas constatações, é imperativo que como sociedade, busquemos uma transformação cultural. A conscientização sobre os danos causados pelos discursos machistas nas redes sociais deve ser acompanhada por ações concretas que promovam o respeito, a igualdade de gênero e a responsabilidade coletiva. Além disso, é crucial promover uma educação que valorize e promova as relações étnico raciais, desconstruindo estereótipos e preconceitos enraizados na nossa sociedade. Projetos de pesquisa e ações didáticas podem ser elaborados e implementados para fortalecer esse processo de mudança, capacitando as novas gerações a reconhecerem e combaterem ativamente qualquer forma de discriminação e desigualdade.

REFERÊNCIAS

“A grande causa da violência [contra a mulher] está no machismo estruturante da sociedade brasileira”. Disponível em:

<<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/entrevistas/2019/a-grande-causa-da-violencia-contra-a-mulher-esta-no-machismo-estruturante-da-sociedade-brasileira>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BEAUVOIR, S. (1949). O segundo sexo [The Second Sex]. Paris, França: Gallimard.

Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-femicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>>.

CAMPOS, S. [Artigo] A CULTURA DO CANCELAMENTO E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL - UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CANTORA E INFLUENCIADORA LUÍSA SONZA.

Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/669121349/Artigo-A-CULTURA-DO-CANCELAMENTO-E-OS-IMPACTOS-NA-SAUDE-MENTAL-UM-ESTUDO-DE-CASO-SOBRE-A-CANTORA-E-INFLUENCIADORA-LUISA-SONZA>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

DRUMONT, M.P. (1980). Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas*, 3, 81-85

Memória em-na rede: O discurso escravocrata em imagens digitais de babás negras no Brasil - Bing. Disponível em: <<https://www.bing.com/search?q=Mem%C3%B3ria+em-na+rede%3A+O+discurso+escravocrata+em+imagens+digitais+de+bab%C3%A1s+negras>>

[as+no+Brasil&cvid=d899258f5867400b928777126c239bb0&gs_lcrp=EgRlZGdlKgYIABBFGDkyBggAEEUYOdIBCDQxMzVqMGo0qAIIsAIB&FORM=ANAB01&PC=NMTS>](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/09/violencia-contr-a-mulher-aumentou-no-ultimo-ano-revela-pesquisa-do-datasenado).

Acesso em: 13 fev. 2025.

Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado.

Disponível em:

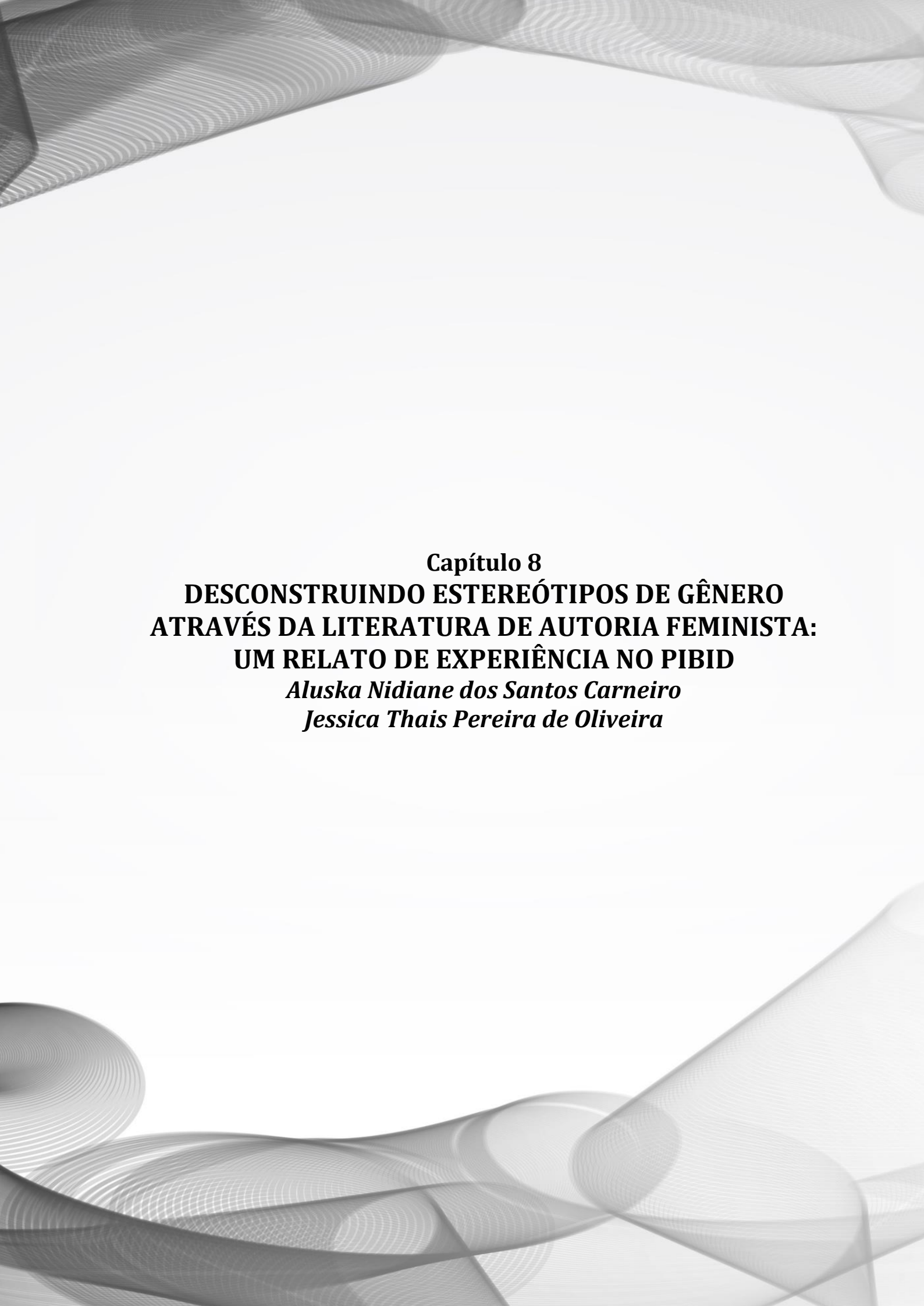
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/09/violencia-contr-a-mulher-aumentou-no-ultimo-ano-revela-pesquisa-do-datasenado>>. Acesso em: 13 fev.

2025.

Vista dos Elementos para uma análise do machismo. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1696/1377>>. Acesso em:

13 fev. 2025.



Capítulo 8
DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO
ATRAVÉS DA LITERATURA DE AUTORIA FEMINISTA:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PIBID

Aluska Nidiane dos Santos Carneiro

Jessica Thais Pereira de Oliveira

DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO ATRAVÉS DA LITERATURA DE AUTORIA FEMINISTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PIBID

Aluska Nidiane dos Santos Carneiro

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE) da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande/PB (UF CG); Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – PB, aluska.carneiro@academico.ifpb.edu.br

Jessica Thais Pereira de Oliveira

Mestre em Ciências Sociais (PPGCS) pela Universidade Federal de Campina Grande; Especialista em Educação Especial pela FACUMINAS; Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – PB, jessica.thais@academico.ifpb.edu.br.

RESUMO

A literatura é essencial para a humanização e desenvolvimento da consciência crítica, sendo um direito universal. Democratizar o acesso à literatura enfrenta desafios culturais e educacionais, mas forma cidadãos conscientes, críticos e participativos. A leitura literária exige um engajamento ativo com o texto, permitindo aos estudantes questionar, refletir e interpretar diversas perspectivas, aprofundando seu entendimento da sociedade e de si mesmos. Essa literatura humanizada, voltada para questões sociais, fomenta empatia e reflexão crítica, vital para o desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo, pode desafiar normas sociais, promover igualdade e valorizar a justiça social. Com base nisso, desenvolveu-se o presente relato de experiência no Pibid (2023-2024) da aplicação de uma Sequência Didática (SD) sobre Literatura de Autoria Feminista, realizada em duas turmas do 3º ano de cursos técnicos do IFPB – Polo Campina Grande, cuja fundamentação teórica traz Candido (1995), Zilberman (1991) e Cosson (2009), com o objetivo de proporcionar um repertório literário cultural para refletir sobre a representação sociocultural do feminino na literatura e desconstruir estereótipos de gênero. Especificamente, confrontar perfis

femininos, instigar a visão crítica dos alunos, discutir as mudanças do lugar da mulher na sociedade, promover o letramento literário e privilegiar a criticidade a respeito da invisibilidade do “trabalho de cuidado” feminino. A metodologia envolveu três aulas, utilizando materiais como canções, vídeos, conto e reportagem. As atividades incluíram análise de canções, discussão de vídeos, leitura e interpretação de textos literário e jornalístico. Os resultados mostraram uma melhor compreensão dos alunos sobre a representação da mulher na literatura e na sociedade, estimulando reflexões críticas sobre as transformações do papel feminino ao longo do tempo. A Sequência Didática foi eficaz na promoção do letramento literário e na desconstrução de estereótipos de gênero, destacando a importância da Literatura Feminista na educação.

Palavras-chave: Literatura feminista. Estereótipos de gênero. Letramento literário. Educação. Pibid.

ABSTRACT

Literature is essential for humanization and the development of critical consciousness, being a universal right. Democratizing access to literature faces cultural and educational challenges but shapes conscious, critical, and participatory citizens. Literary reading requires active engagement with the text, enabling students to question, reflect, and interpret diverse perspectives, deepening their understanding of society and themselves. This humanized literature, focused on social issues, fosters empathy and critical reflection, vital for the individual's cognitive and emotional development. It can challenge social norms, promote equality, and value social justice. Based on this premise, this experience report was developed within the scope of Pibid (2023–2024) and involved implementing a Didactic Sequence (DS) on Feminist Literature in two classes of third-year technical courses at IFPB – Campina Grande Campus. The theoretical framework drew upon Candido (1995), Zilberman (1991), and Cosson (2009), aiming to provide a literary and cultural repertoire to reflect on the sociocultural representation of women in literature and to deconstruct gender stereotypes. Specifically, the objectives included confronting female profiles, fostering students' critical perspectives, discussing changes in women's societal roles, promoting literary literacy, and emphasizing critical awareness of the invisibility of women's "care work." The methodology involved three classes, using materials such as songs, videos, a short story, and a news report. Activities included song analysis, video discussions, and the reading and interpretation of literary and journalistic texts. The results showed improved student comprehension of women's representation in literature and society, stimulating critical reflections on the transformations of women's roles over time. The Didactic Sequence proved effective in promoting literary literacy and deconstructing gender stereotypes, underscoring the importance of Feminist Literature in education.

Keywords: Feminist literature. Gender stereotypes. Literary literacy. Education. Pibid.

INTRODUÇÃO

A literatura desempenha um papel crucial na formação da consciência crítica e na humanização dos indivíduos, sendo considerada um direito universal que deve ser democratizado. No entanto, o acesso à literatura enfrenta diversos desafios culturais e educacionais, o que impede a plena formação de cidadãos críticos e participativos. A leitura literária, por sua vez, requer um engajamento ativo, permitindo que os estudantes questionem, reflitam e interpretem diferentes perspectivas, ampliando sua compreensão sobre a sociedade e sobre si mesmos. A literatura voltada para questões sociais é um veículo eficaz para promover empatia e reflexão crítica, elementos essenciais para o desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo. Além disso, ela pode desafiar normas sociais estabelecidas, promover a igualdade e valorizar a justiça social. Nesse contexto, desenvolveu-se o presente relato de experiência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) durante o ano letivo de 2023-2024. A pesquisa teve como foco a aplicação de uma Sequência Didática (SD) sobre Literatura de Autoria Feminista, realizada com duas turmas do 3º ano dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Polo Campina Grande, abrangendo as áreas de Química e Edificações. Fundamentada em teóricos como Candido (1995), Zilberman (1991) e Cosson (2009), a SD buscou proporcionar um repertório literário que possibilitasse a reflexão sobre a representação sociocultural do feminino na literatura, com o objetivo de desconstruir estereótipos de gênero.

Apresentaremos os aspectos metodológicos e as discussões geradas ao longo da pesquisa, culminando nas considerações finais que destacam o impacto deste trabalho na formação dos alunos e na prática pedagógica. Os objetivos da pesquisa incluíram confrontar perfis femininos, instigar a visão crítica dos alunos, discutir as transformações do lugar da mulher na sociedade e promover o letramento literário, além de privilegiar a criticidade em relação à invisibilidade do “trabalho de cuidado” feminino. Para isso, foram realizadas três aulas de 50 minutos, nas quais foram utilizados diversos materiais, como canções, vídeos, contos e reportagens. As atividades propuseram a análise de canções, discussões sobre vídeos e leituras e interpretações de textos literários e jornalísticos, fomentando uma experiência de aprendizado dinâmico e interativo.

Os resultados obtidos revelaram uma compreensão mais aprofundada por parte dos alunos sobre a representação da mulher na literatura e na sociedade, estimulando

reflexões críticas sobre as transformações do papel feminino ao longo do tempo. A SD mostrou-se eficaz na promoção do letramento literário e na desconstrução de estereótipos de gênero, destacando a importância da Literatura Feminista no contexto educacional. Por meio deste relato, pretende-se não apenas documentar a experiência vivida no Pibid, mas também contribuir para a discussão sobre a relevância da literatura de autoria feminista na educação, reafirmando sua função como um meio de formar cidadãos conscientes, críticos e engajados na luta pela igualdade e justiça social. A seguir,

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é fundamentada em um relato de experiência realizado no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), com foco principal na aplicação de uma Sequência Didática (SD) destinada à desconstrução de estereótipos de gênero por meio da Literatura Feminista. Essa abordagem foi implementada em duas turmas do 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Polo Campina Grande, sendo uma turma do Técnico em Química e outra do Técnico em Edificações. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, ancorada na análise de experiências pedagógicas com o intuito de fomentar a reflexão crítica dos estudantes. As pesquisas qualitativas, caracterizadas pela coleta de dados por meio de observação, relatos e entrevistas, estabelecem uma interação dinâmica entre o mundo e o sujeito, que não é expressa em números (Gil, 2006).

Essa metodologia permite uma compreensão mais profunda das relações sociais e culturais, aproximando o pesquisador da realidade dos sujeitos investigados. Tal proximidade é particularmente eficaz para examinar a interação dos estudantes com textos literários e materiais multimídia, sendo essencial para compreender como os alunos refletem sobre as representações culturais e os estereótipos de gênero nas atividades propostas. O método adotado, o relato de experiência, permitiu a observação direta e a análise das respostas e do engajamento dos alunos diante da proposta pedagógica.

A estrutura metodológica foi composta por três aulas de 50 minutos, nas quais foram utilizadas diversas ferramentas e técnicas de ensino para estimular a criticidade e a participação ativa dos discentes. Desenvolvida em conformidade com as etapas

sugeridas por Cosson (2009), a Sequência Didática visou promover o letramento literário por meio de atividades que incentivaram a análise crítica de canções, como “Ai que saudades de Amélia”, de Araulfo Alves, e “Desconstruindo Amélia”, de Pitty. A utilização do vídeo “A mudança do lugar da mulher na sociedade”, de Belinda Mandelbaum, deu sequência às atividades, fomentando uma discussão sobre as transformações históricas nas representações de gênero. Ademais, a leitura mediada e a análise do conto “Natalina Soledad”, de Conceição Evaristo, juntamente com a reportagem “A mulher e a invisibilidade do trabalho eterno”, de Suen Melo, abordaram a invisibilidade do trabalho feminino, incentivando os alunos a refletirem criticamente sobre questões de gênero e ampliando o debate acerca da representação feminina na literatura e na sociedade.

A utilização de materiais multimodais, como canções, vídeos e textos literários, desempenhou um papel essencial ao estimular uma reflexão crítica sobre o papel da mulher ao longo da história. A integração desses recursos literários e midiáticos constituiu um arcabouço teórico-prático que confrontou estereótipos de gênero, promovendo a conscientização crítica dos alunos. Para a coleta de dados, foram empregados instrumentos como observação direta, análise das produções textuais e das interações orais dos discentes. Durante as atividades, registraram-se tanto o envolvimento dos estudantes quanto suas percepções e respostas às questões norteadoras propostas após a leitura dos textos. A produção oral, por sua vez, funcionou como uma ferramenta de avaliação da apropriação dos conteúdos e da capacidade dos alunos de refletirem criticamente sobre o tema.

Ademais, as discussões foram mediadas para garantir a participação de todos, e os dados coletados passaram por uma análise qualitativa, reforçando a compreensão das percepções dos estudantes sobre o papel feminino e os estereótipos sociais. Para a análise dos dados, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo a identificação de padrões temáticos nas respostas dos alunos. Esse método, amplamente utilizado na área educacional, constitui um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas voltadas para a compreensão dos significados expressos pelos participantes, além de examinar documentos e outras formas de expressão relevantes. A análise de conteúdo revelou-se adequada aos objetivos do estudo, uma vez que possibilitou entender como os alunos interpretaram as representações do feminino nas obras literárias e responderam aos estereótipos de gênero desconstruídos ao longo das atividades.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar teoricamente este estudo, recorreremos às ideias de Antonio Candido, especialmente em sua obra “O direito à literatura” (1995). Nela, Candido defende que a literatura é um direito universal e inalienável, essencial para a humanização e para o desenvolvimento de uma consciência crítica, elementos fundamentais na formação de cidadãos comprometidos com a sociedade. O autor argumenta que democratizar o acesso à literatura é vital para a construção de uma sociedade mais justa, a despeito dos desafios culturais e educacionais. Nesse sentido, a literatura se revela como um instrumento indispensável à promoção da justiça social, pois proporciona experiências de reflexão e crítica, além de fomentar o respeito ao outro e estimular uma visão crítica do mundo.

Candido enfatiza que privar o indivíduo do acesso à literatura é “mutilar a personalidade”, afastando-o de vivências fundamentais para seu desenvolvimento social e emocional, o que reforça a urgência de democratizar esse acesso (Candido, 1995, p. 174). Reconhecendo as profundas desigualdades na sociedade brasileira, o autor propõe que a literatura, seja folclórica, popular ou de complexidade estética elevada, deve estar acessível a todos para que cada pessoa possa experimentar esse bem cultural. Para ele, além do entretenimento, a literatura possibilita “viver dialeticamente os problemas”, incentivando uma postura crítica perante as normas sociais (Candido, 1995, p. 175). Assim, a literatura torna-se uma ferramenta para desconstruir estereótipos e desafiar convenções sociais, especialmente relevante em contextos educacionais voltados para a transformação social.

Neste estudo, desenvolvido no âmbito do Pibid (2023-2024), adota-se a concepção de Candido sobre a literatura como meio de igualdade e justiça social. Com base nessa perspectiva, foi implementada uma sequência didática sobre Literatura de Autoria Feminista, buscando promover nos alunos uma leitura crítica e reflexiva, com vistas a desconstruir estereótipos de gênero e valorizar novas perspectivas sobre o papel da mulher na sociedade. Aplicada em turmas do 3º ano do ensino técnico do IFPB – Polo Campina Grande, essa sequência proporcionou aos estudantes um repertório literário cultural que estimulou reflexões sobre a representação sociocultural do feminino na literatura, levando-os ao questionamento de estereótipos e ao fortalecimento de uma visão mais inclusiva e equitativa.

Nesse contexto, a literatura evidenciou-se como um meio fundamental para o desenvolvimento do letramento literário e a formação de cidadãos conscientes e participativos, aptos a questionar e reinterpretar normas sociais. Em consonância com Candido, essa prática educacional demonstrou que a literatura feminista pode ser uma via eficaz para promover inclusão e justiça social, colaborando para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Além disso, Regina Zilberman, em “A Leitura e o Ensino da Literatura” (1991), ressalta que a leitura literária é um processo ativo e reflexivo, permitindo aos estudantes questionar e interpretar diferentes perspectivas, o que é crucial para o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora. A autora explica que a literatura, ao transcender a mera decodificação de palavras, configura-se como uma atividade dinâmica de construção de significados, estimulando o leitor a interagir criticamente com o texto.

Ao abordar temas como desigualdade e injustiça, a literatura sensibiliza o leitor para questões sociais e o estimula a buscar um mundo mais justo e inclusivo, contribuindo para a formação de cidadãos mais humanos e empáticos. Zilberman (1991, p. 45) sugere que a leitura literária deve ser vista como um diálogo entre leitor e texto, possibilitando a construção de significados pessoais. Nesse processo, a literatura oferece aos leitores a chance de questionar suas crenças e expandir sua visão de mundo, abordando temas como desigualdade, discriminação e injustiça. Ao sensibilizar o leitor para questões sociais, a literatura promove o desenvolvimento da empatia e da consciência crítica, contribuindo para a humanização do indivíduo.

Assim, a literatura se revela essencial para a promoção da justiça social e da igualdade. A leitura literária, mais que entretenimento, torna-se um exercício de cidadania e uma via para o autoconhecimento e a transformação social. Como observa Zilberman (1991), essa prática formativa incentiva os alunos a construir interpretações próprias e refletir criticamente sobre a realidade. Ela ainda pontua que “a literatura nos convida a pensar sobre o mundo da literatura, assim, torna-se essencial na formação de cidadãos comprometidos com a justiça social e a valorização da igualdade.

A literatura feminista, em particular, oferece aos leitores a oportunidade de refletir sobre representações de gênero, desafiando estereótipos profundamente enraizados. Zilberman destaca que essa prática permite que os leitores se coloquem no lugar das personagens, compreendendo uma diversidade de experiências e questionando normas que limitam a participação das mulheres na sociedade. A empatia gerada pela

literatura não é apenas emocional, mas atua como um catalisador para a reflexão crítica e o desenvolvimento de uma consciência social mais profunda.

Essas ideias encontram eco na sequência didática sobre literatura feminista implementada no Pibid. Com o uso de textos de autoras feministas, vídeos, canções e reportagens, essa prática ampliou a visão dos estudantes sobre as representações femininas e os desafios associados aos estereótipos de gênero. Trabalhando com esses materiais, os alunos foram incentivados a refletir sobre o papel das mulheres na sociedade e a questionar estruturas de poder que sustentam desigualdades, promovendo uma visão mais equitativa e inclusiva.

O presente artigo destaca a perspectiva de que a literatura vai além da mera decodificação de palavras, proporcionando aos estudantes uma experiência crítica e reflexiva, conforme enfatizado pela autora citada. Ao estabelecer conexões entre o conteúdo literário e as vivências pessoais e contextos sociais dos alunos, essa prática pedagógica os motiva a questionar normas estabelecidas e a desenvolver novas perspectivas, promovendo habilidades cognitivas e emocionais fundamentais para uma leitura crítica da realidade.

Além disso, a inclusão de narrativas feministas com personagens complexas e desafiadoras expande a capacidade de empatia e reflexão crítica dos estudantes, permitindo-lhes identificar-se com figuras que enfrentam contextos de opressão e resistência, o que contribui para uma compreensão mais sensível das experiências alheias. Esse tipo de literatura não apenas ajuda na desconstrução de estereótipos de gênero, mas também fortalece o compromisso dos alunos com valores de justiça social. A prática pedagógica, portanto, evidencia que a literatura de autoria feminista é um recurso didático potente para o ensino crítico. A experiência relatada no contexto do Pibid ressalta como a literatura pode promover uma leitura ativa e questionadora, alinhada aos objetivos de um letramento literário que prioriza a justiça social e desafia representações tradicionais de gênero. Fundamentada nas ideias de Zilberman, essa abordagem reafirma o papel transformador da literatura feminista, consolidando-a como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos, empáticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Rildo Cosson, em “Letramento Literário: Teoria e Prática” (2009), aprofunda o conceito de letramento literário como essencial na formação dos alunos, indo além da simples alfabetização e promovendo uma leitura crítica e interpretativa que capacita os

estudantes a compreender o mundo, desafiar normas sociais e valorizar a justiça social. Para o autor, o letramento literário transcende a decodificação de textos, encorajando uma leitura reflexiva que permite aos alunos questionar normas sociais e refletir sobre desigualdades, culminando em uma formação humanizadora e transformadora. Ele ainda sublinha que “[...] o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola [...]” (Cosson, 2009, p. 23), reforçando que o processo de letramento literário exige mais do que uma simples leitura para fins de avaliação formal.

Para o desenvolvimento do letramento literário, Cosson (2009, p. 65) propõe uma sequência didática básica estruturada em quatro etapas: Motivação, Introdução, Leitura e Interpretação, visando preparar o aluno para a leitura ao fornecer informações iniciais sobre o autor e o contexto da obra, o que auxilia na compreensão do texto e promove a socialização das reflexões dos estudantes. Na etapa de Motivação, o aluno é incentivado a se aproximar do texto de maneira lúdica e relevante; na Introdução, são apresentadas informações sobre o autor e a obra, essenciais para um entendimento prévio. A fase de Leitura é acompanhada pelo professor, que orienta a reflexão e o debate sobre a narrativa, enquanto, na etapa de Interpretação, o aluno compartilha suas ideias e dialoga com o texto, promovendo uma troca de sentidos, como destaca Cosson (2009, p. 27): “ler implica uma troca de sentidos também com a sociedade”, evidenciando o caráter dialógico da leitura literária e seu potencial transformador.

Ao adotar sua sequência didática, Cosson (2009, p. 20-23) reconhece a literatura como um espaço de liberdade que vai além da simples leitura de textos, abarcando obras que, enquanto linguagem, constituem um “repertório de textos e práticas literárias.” Seu objetivo, portanto, não se limita à formação de leitores, mas busca desenvolver produtores de sentido, uma vez que a leitura é entendida como uma construção e a escrita é considerada, segundo Cosson (2009, p. 16), “um dos mais poderosos instrumentos de libertação das limitações físicas do ser humano.” Nesse sentido, o autor enfatiza a importância da escola na formação de leitores críticos e atuantes, capazes de enfrentar questões cotidianas por meio de experiências literárias plurais e significativas.

Para Cosson (2009), é na escola que se deve promover o compartilhamento da interpretação e a ampliação dos sentidos, de modo que os leitores “ganham consciência de que são membros de uma coletividade” (p. 65), consolidando sua compreensão e inserção crítica na sociedade.

A implementação dessa sequência didática, especialmente com foco na literatura feminista, é fundamental para a formação de alunos críticos e reflexivos, que dialogam com a diversidade cultural e social, além de fomentar uma comunidade leitora baseada na empatia e na compreensão. Essa abordagem não só favorece o desenvolvimento humano, mas também prepara os estudantes para a cidadania ativa. A literatura feminista, ao questionar e desmistificar papéis tradicionais atribuídos às mulheres, revela-se particularmente relevante no contexto da justiça social, incentivando uma análise crítica da invisibilidade do trabalho de cuidado e das desigualdades de gênero. Ao trabalhar com essas obras, os alunos são motivados a desconstruir representações convencionais da mulher, reconhecendo a importância do trabalho doméstico na manutenção das estruturas sociais, o que abre espaço para discussões sobre empoderamento e equidade de gênero. Assim, a inclusão da literatura feminista nas práticas pedagógicas se configura como um instrumento essencial para formar cidadãos mais conscientes e engajados nas questões sociais contemporâneas.

Na aplicação da sequência didática, foram utilizados materiais didáticos diversificados, como canções, vídeos e textos literários e jornalísticos, que desempenharam um papel crucial na ampliação do horizonte crítico dos alunos e no fortalecimento da compreensão das transformações sociais. Por exemplo, as canções “Ai que Saudade da Amélia” de Aaulfo Alves e “Desconstruindo Amélia” de Pitty proporcionaram uma análise sobre a transformação das representações femininas na cultura popular, enquanto o vídeo “A mudança do lugar da mulher na sociedade” de Belinda Mandelbaum e o conto “Natalina Soledad” de Conceição Evaristo serviram como ferramentas para promover o engajamento crítico dos alunos com as questões de gênero. Esses materiais foram selecionados com o intuito de oferecer uma compreensão mais ampla das mudanças culturais e sociais relacionadas ao papel da mulher na sociedade, incentivando reflexões sobre as estruturas que perpetuam estereótipos de gênero e promovendo discussões sobre empoderamento e equidade.

A interseção entre literatura e cidadania, fundamentada nas contribuições de Antonio Candido, Regina Zilberman e Rildo Cosson, destaca o papel essencial da literatura na formação crítica dos cidadãos. Esse campo do conhecimento vai além do mero entretenimento ou da educação estética, configurando-se como um potente instrumento pedagógico capaz de desafiar normas sociais e promover a justiça social. Nesse contexto, a proposta pedagógica apresentada articula as ideias desses teóricos, enfatizando que o

ensino da literatura deve transcender a simples transmissão de conhecimento, visando uma formação crítica e cidadã e ressaltando a relevância do letramento literário e da literatura feminista como ferramentas eficazes na desconstrução de estereótipos de gênero no ambiente educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da Sequência Didática (SD) voltada para a Literatura de Autoria Feminista mostrou-se uma estratégia eficaz para promover o letramento literário e a desconstrução de estereótipos de gênero entre os alunos do 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos em Química e Edificações do IFPB – Polo Campina Grande. Os dados coletados foram organizados em categorias analíticas que refletiram a compreensão dos alunos sobre a representação feminina na literatura e na sociedade, incluindo Compreensão da Representação Feminina, Reflexão Crítica sobre Estereótipos de Gênero e Desenvolvimento da Empatia e Conscientização Social. Por meio de observação direta e da análise das produções textuais e das interações orais, os alunos demonstraram um entendimento mais profundo dos perfis femininos apresentados, nas representações das mulheres na literatura e na sociedade, além das mudanças no papel feminino ao longo do tempo. Os resultados indicaram que, ao se engajarem ativamente com os textos e materiais multimídia, os estudantes foram capazes de questionar e refletir sobre as representações de gênero, corroborando a afirmação de Candido (1995) acerca da importância da leitura literária na formação de cidadãos críticos e conscientes. Os alunos relataram uma mudança significativa em suas percepções sobre estereótipos de gênero, destacando que as atividades propostas suscitaram discussões sobre a invisibilidade do “trabalho de cuidado” feminino, tema abordado na reportagem de Suen Melo.

A análise das canções “Ai que saudades de Amélia” e “Desconstruindo Amélia” evidenciou o papel da música como ferramenta potente de reflexão sobre a construção e desconstrução das identidades femininas. Além disso, a metodologia adotada, que incluiu discussões mediadas e a leitura de textos literários e jornalísticos, facilitou um ambiente de aprendizagem colaborativo e inclusivo, no qual todos os alunos puderam expressar suas opiniões e reflexões. Essa abordagem se alinha à relevância da pesquisa qualitativa

para a compreensão das relações sociais e culturais, possibilitando uma análise mais profunda do impacto da literatura na formação da consciência crítica.

A análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitiu identificar padrões temáticos nas respostas dos alunos, reforçando a eficácia da SD em promover não só o letramento literário, mas também a conscientização crítica quanto à igualdade de gênero. Os dados apontam que os alunos se tornaram mais preparados para discutir e questionar normas sociais, contribuindo para uma formação mais crítica e engajada.

Em suma, a Sequência Didática demonstrou que a literatura de autoria feminista é essencial na educação, tanto pela capacidade de abordar questões sociais relevantes quanto por sua eficácia em desenvolver habilidades críticas nos alunos. Os resultados obtidos corroboram a necessidade de democratizar o acesso à literatura como um direito universal, enfrentando os desafios culturais e educacionais ainda presentes na sociedade contemporânea. Esta experiência reafirma a importância de incorporar a literatura nas práticas pedagógicas como meio de formar cidadãos conscientes, críticos e participativos, preparados para atuar em um mundo que exige igualdade e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência evidencia a importância da literatura de autoria feminista na desconstrução de estereótipos de gênero e no fomento de uma consciência crítica entre os estudantes do 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos em Química e Edificações do IFPB – Polo Campina Grande. A aplicação da Sequência Didática (SD) proporcionou uma compreensão ampliada dos papéis femininos na literatura e na sociedade, além de instigar os alunos a refletirem sobre a evolução do lugar da mulher, destacando a relevância do trabalho de cuidado, frequentemente invisibilizado.

A interação com canções, contos e reportagens permitiu que os alunos questionassem normas sociais estabelecidas, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e colaborativo. Ademais, as discussões mediadas e a leitura crítica de textos literários proporcionaram um espaço seguro para a expressão das opiniões dos estudantes, refletindo sobre a construção e desconstrução das identidades femininas, especialmente nas análises das canções “Ai que saudades de Amélia” e “Desconstruindo Amélia.”

Os resultados obtidos corroboram a ideia de que, quando democratizada, a literatura transforma-se em um potente veículo de formação cidadã, capaz de desenvolver empatia e consciência social. A metodologia adotada neste estudo, ancorada em referenciais teóricos como Candido (1995), Zilberman (1991) e Cosson (2009), não apenas enriqueceu a experiência pedagógica, mas reafirmou a literatura como espaço essencial para diálogos significativos sobre igualdade e justiça social. Para o futuro, é premente explorar outras dimensões da literatura feminista e sua aplicabilidade em contextos educacionais diversos.

Estudos subsequentes poderiam abordar a receptividade de estudantes de diferentes faixas etárias ou áreas de formação, além do impacto da formação de professores na implementação de práticas pedagógicas que promovam a igualdade de gênero. A inclusão de outras mídias, como filmes e documentários, também constitui um caminho promissor para ampliar a discussão sobre as representações de gênero.

REFERÊNCIAS

Livro:

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura*. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

EVARISTO, Conceição. Natalina Soledad. IN: *Insubmissas lágrimas de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

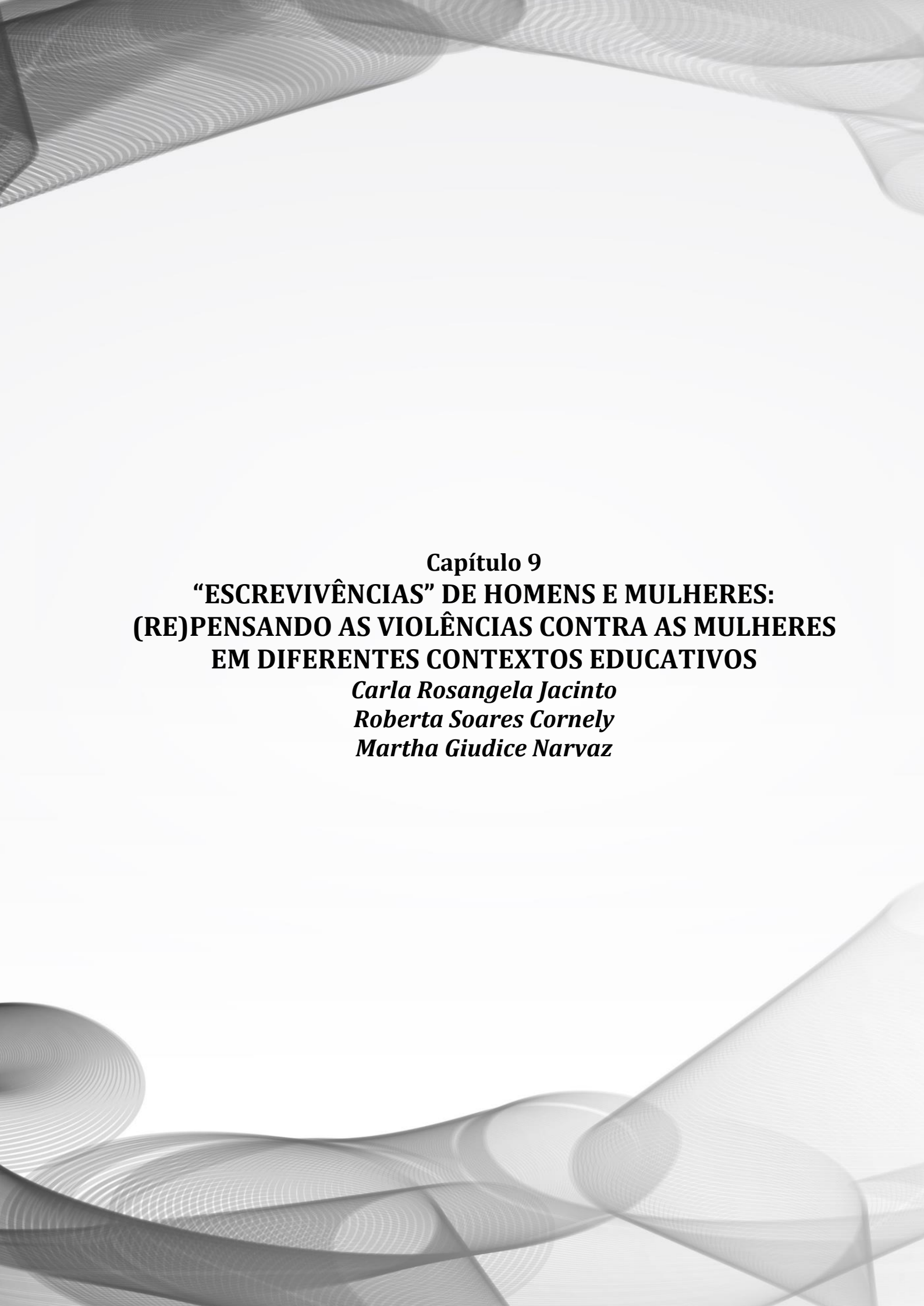
ZILBERMAN, Regina. *Leitura e o Ensino da Literatura*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

Endereço Eletrônico:

ALVES, Ataulfo. *Ai, que saudades da Amélia*. YouTube, 28 out. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/pqg2epMmnlo?si=Z0n6-haY6PeOhfxa>>
Acesso em: 10/11/2023.

MELO, Suen. A mulher e a invisibilidade do trabalho eterno. 2023. Disponível em: .
2023.<<https://exame.com/bussola/a-mulher-e-a-invisibilidade-do-trabalho-eterno/>>.
Acesso em: 10/11/2024

SIQUEIRA, Amanda. Desconstruindo Amélia – Pitty. YouTube, 01 out. 2014. Disponível
em: < [Desconstruindo Amélia - Pitty](#)
Acesso em: 10/11/2023.



Capítulo 9
“ESCREVIVÊNCIAS” DE HOMENS E MULHERES:
(RE)PENSANDO AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES
EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCATIVOS

Carla Rosangela Jacinto
Roberta Soares Cornely
Martha Giudice Narvaz

“ESCREVIVÊNCIAS” DE HOMENS E MULHERES: (RE)PENSANDO AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCATIVOS

Carla Rosangela Jacinto

Professora Mestranda em Educação- Uergs/RS

Email: carla-jacinto@uergs.edu.br

Roberta Soares Cornely

Professora Mestra em Educação- Uergs/RS

Email: roberta-cornely@uergs.edu.br

Martha Giudice Narvaz

Professora Doutora em Psicologia - Uergs/RS

Email: martha-narvaz@uergs.edu.br

Introdução

Este trabalho é um recorte de dois projetos de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul que tratam da questão das violências contra as mulheres por meio de diferentes práticas. As autoras buscam desacomodar os/as⁴³ leitores/as a pensar o tema por meio de práticas que envolvem: Estudo 1 - um grupo de mulheres que participam de atividades em um equipamento público municipal gerenciado pela Secretaria Municipal da Cultura/RS e, Estudo 2 - homens privados de liberdade por cometerem violência contra as mulheres. São

⁴³ Entendemos que simplesmente flexionar os adjetivos e substantivos para os gêneros feminino e masculino não é suficiente, pois existem muitas pessoas que não se identificam com nenhum destes dois gêneros, porém esta foi nossa escolha para o presente estudo, pois o grupo de pesquisa está aprofundando seus conhecimentos no que se refere ao uso da linguagem neutra.

apresentados os aspectos teórico-metodológicos de cada um dos estudos, bem como alguns dos resultados encontrados. Os estudos inscrevem-se na perspectiva dos Estudos Culturais e das Epistemologias Feministas, bem como das proposições relativas à interseccionalidade e à decolonialidade. Metodologicamente, os referidos estudos utilizaram-se de recursos tais como: observação participante, diário de campo, rodas de conversa, filmagem, fotografias, entrevistas semiestruturadas e textos (memoriais) escritos pelos homens e pelas mulheres. Os achados das pesquisas apontam para as percepções inicialmente estereotipadas em relação às questões de gênero, a (co)produção de versões da realidade vivida, as trocas significativas de saberes tanto entre os homens quanto entre as mulheres participantes das investigações, destacando-se o modo como são ressignificadas, constantemente, as identidades e a percepção acerca das violências contra as mulheres ao longo das discussões oportunizadas pelas práticas aqui apresentadas.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres. Escrevivências de homens e mulheres. Empoderamento feminino. Homens privados de liberdade.

FG13 Estudo 1 - Mulheres Transformadoras: práticas sociais que (re)significam as vivências em comunidade para o empoderamento feminino

Este estudo é um recorte de uma pesquisa mais ampla, que analisa as manifestações culturais das mulheres e meninas de que participam de atividades em um equipamento público municipal⁴⁴ gerenciado pela Secretaria Municipal da Cultura/RS. Tendo como participantes da pesquisa as integrantes do “Grupo Mulheres Transformadoras”, único espaço público do loteamento habitacional denominado “Esperança”⁴⁵. O grupo era composto por 15 mulheres da comunidade local, jovens, adultas e idosas, entre 15 e 80 anos de idade. Algumas com diagnóstico de depressão, outras com diferentes demandas de saúde mental, fazendo uso de medicamentos contínuos e sendo acompanhadas pelos especialistas de Saúde Mental da Secretaria de

⁴⁴ O “equipamento público municipal” é um espaço gerenciado pela administração pública. Essa é a nomenclatura utilizada para nomear e organizar internamente esses locais, na Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo-RS.

⁴⁵ Nome fictício que foi dado à localidade da pesquisa para preservar a identidade do local e das pessoas participantes da pesquisa

Saúde, conforme informações da educadora social e outras ainda vítimas de violência por viverem em relacionamentos abusivos. Algumas delas vivem sozinhas em suas casas, outras com filhos(as) e netos (as). Algumas delas têm maridos ou companheiros.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter etnográfico, tendo como referenciais o campo dos Estudos Culturais e seus alinhamentos produtivos com outros campos como o da Educação, dos Estudos Feministas e de Gênero as contribuições de Patrícia Hill Collins (2022) acerca da interseccionalidade, que alude às questões de liberdade: onde esses corpos/corpas,⁴⁶ negros, periféricos a todo momento sofrem embates com as relações de gênero, classe e sexualidade e violências diárias? Como procedimentos metodológicos foram adotados o diário de campo, para os registros das observações, além de fotografias, filmagens em áudio e vídeo e entrevistas semi-estruturadas com todas as participantes envolvidas.

A escolha deste grupo não foi aleatória. Partindo da observação dos processos desta estruturação comunitária, chamaram a atenção a presença significativa das mulheres naquela comunidade, o protagonismo delas nas suas estruturas familiares, as lideranças que surgem entre elas para que possam viver e sobreviver, mesmo diante de tantas desigualdades, dificuldades, violências, exclusão e descaso do poder público. Pressupõe-se que esse trabalho investigativo poderá apontar outras possibilidades indo ao encontro de políticas públicas para as mulheres na cidade de Novo Hamburgo. A participação dessas mulheres nesses processos de pensar, falar, elaborar e compreender que lhes são de direito, podem estar indicando suas vivências, suas dificuldades e as necessidades que permeiam o dia-a-dia do ser mulher na sociedade.

Elas se reúnem uma vez por semana, em espaço público sociocultural, para vivenciar momentos de troca de experiências, contar suas histórias e ouvir as histórias dos seus pares. Aprendemos com elas que neste processo, ensinar e aprender sobre os mais variados assuntos e temas é a maior motivação dos encontros. Mas há de ser mencionado também que são vizinhas e que conversam e se encontram em outros grupos de convivência, que também acontecem no local ou no próprio ir e vir na sua comunidade. Neste espaço, as mulheres são as protagonistas na escolha dos assuntos que mobilizam os encontros do grupo “Mulheres Transformadoras”, sendo possível propor rodas de conversas potentes, por meio de dinâmicas e discussões abertas para o amplo debate

⁴⁶ Termo utilizado por Agatha Íris, ativista da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), para se referir ao corpo travesti.

sobre assuntos relevantes, que influenciam diretamente suas vidas e seus cotidianos, dentre elas, o tema das violências contra as mulheres. O tema da pesquisa em questão se originou dos espaços de lutas vivenciados por uma assistente social, mestrande de um programa de pós-graduação, pesquisadora deste estudo. Ao ser aprofundado nos processos desta investigação, a temática que envolve o empoderamento feminino em um grupo de mulheres, buscou um olhar atento ao entorno da realidade do grupo eleito.

Nossa intenção era investigar como aquelas mulheres da comunidade se organizaram, construíram e reconstruíram suas identidades e memórias, através de suas vivências. Igualmente nos interessou o modo como aquelas mulheres exerciam sua cidadania, seja através da educação social ou mesmo através da participação comunitária e justamente em um espaço que permitia a aprendizagem, mas que não era propriamente uma escola, com suas organizações e funcionalidades institucionais. Para tanto, algumas questões foram inicialmente delineadas: como as mulheres de uma comunidade vulnerável, com tantas adversidades e dificuldades, (re)significam sua identidade e suas memórias culturais e sociais? Como tornaram-se lideranças comunitárias? De que modo exercem sua cidadania? Diante do exposto, essa pesquisa intencionou problematizar as questões que envolvem as diversas culturas, observando as identidades e as construções possíveis pelas relações estabelecidas em uma comunidade liderada por mulheres. Espera-se que esse trabalho investigativo possa apontar outras possibilidades indo ao encontro de políticas públicas afirmativas para as mulheres na cidade de Novo Hamburgo/RS.

Ao longo do desenvolvimento das sessões grupais que integraram a investigação, buscamos analisar a trajetória de cada uma que compõem o grupo. Olhamos para aquelas mulheres que, conforme escreveu a feminista, pensadora do mundo contemporâneo, Chimamanda Ngozi Adiche (2019), têm muitas histórias para contar e muitas histórias para escrever de uma forma diferente do que ouviram ou viveram até ali. Mulheres que, tendo a chance de construir um legado de força e empoderamento, passam para as próximas gerações das meninas e mulheres, com quem convivem, que fazem e farão parte deste mundo. Mas também, tendo a oportunidade de ensinar para os meninos e homens a necessária e importante lição de sermos feministas. Não é possível ter uma sociedade digna, inclusiva, respeitosa, se não conversarmos abertamente e sinceramente sobre as diversidades, sobre os gêneros, sobre as novas concepções familiares, sobre a contemporaneidade que nos traz todas as mudanças que fazem parte deste tempo. Assim,

todas as experiências dessas mulheres também vão lhes possibilitar escutar e contar muitas histórias. Dos seus próprios pontos de vista, partindo de suas construções de identidade ao longo de suas vidas, dessas vivências que as formaram enquanto sujeitos, que também vão se modificando conforme as culturas que experienciam e os tempos em que vivem.

Apresentamos também apresentar as histórias, os caminhos percorridos, leituras realizadas, vivências, experiências, narrativas diversas, encontros e desencontros dos quais temos feito parte, que orientam os nossos olhares, de modo curioso e inquieto, para as mulheres e suas aprendizagens. As análises e interpretações dos dados objetivam identificar o modo como um grupo de mulheres constroem novos entendimentos e percepções de si e de seus pares. Igualmente, busca-se compreender o modo próprio da organização coletiva, identificando o grupo, tomando por base as narrativas das experiências vivenciadas nos encontros. Nesse sentido, se busca identificar quais os impactos das experiências para cada mulher que participa dos encontros do coletivo.

Observou-se, após esses primeiros contatos com a educadora por meio das entrevistas e do desenvolvimento das sessões grupais na forma de rodas de conversa, que algumas já haviam sofrido algum tipo de violência doméstica, vivendo em situação de extrema vulnerabilidade social, tendo dificuldades até mesmo para a alimentação, que é um primeiro direito e talvez o mais urgente e básico de todos. Cerca de 70% das mulheres do grupo não tiveram acesso à educação formal no tempo certo, tendo, em geral, cursado até o 3º ano do Ensino Fundamental, agora chamado básico. Algumas das mulheres relataram “mal saber ler e escrever o próprio nome”, dando a entender que não são alfabetizadas. Desta forma a comunicação mais utilizada entre elas é a oralidade.

Mulheres que, trocando saberes, vão se constituindo enquanto sujeitas nas vivências em grupos, ressignificando seus entendimentos, suas percepções e seus conceitos sobre tudo o que faz parte da vida, sendo capazes de resgatar suas memórias e perceber e significar suas identidades⁴⁷, além de ter a possibilidade de mudar suas próprias histórias e a história das próximas gerações, partindo do entendimento de quebrar os ciclos de violência aos quais vivenciaram boa parte de suas vidas. Tendo como

⁴⁷ Quando falamos em identidades, levo em consideração o conceito amplo das diversidades que existem quando se trata de mulheres, e o próprio processo de identificação e subjetivação, que vem se modificando conforme as vivências que as sujeitas têm, tornando-se múltiplas, provisórias, variáveis e problemáticas numa concepção de sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, conforme estudos de Stuart Hall.

instrumento poderoso a oralidade de quem têm muitas histórias para contar e muitas histórias para “escrever” (Evaristo, a partir de suas vivências que desejam preservar ou reescrever, imprimir de uma forma diferente do que ouviram ou viveram até aquele presente momento, pois a vida é orgânica, é cíclica, é feita de tudo que nos move, nos inquieta, nos faz revolucionar com pequenas e grandes ações. Mulheres⁴⁸ que, tendo a chance de construir um legado de força e empoderamento, incidem na formação das próximas gerações e, esperamos, possam assim contribuir com o enfrentamento das diversas formas de violências contra as mulheres.

FG13 Estudo 2 - Escrevivências de homens privados de liberdade: A literatura de Conceição Evaristo como disparador para repensar as violências contra as mulheres

Tecemos nossas questões a partir de práticas pedagógicas literárias e artísticas desenvolvidas na Penitenciária Modulada Estadual de Osório /RS. Têm sido realizadas oficinas literárias de escrita criativa com cerca de 60 homens, com idades entre 18 e 70 anos. Nas oficinas, realizadas quinzenalmente, com duração de 90 minutos, são lidos trechos de “Olhos d’Água”(2018), entre outros, de Conceição Evaristo. O objetivo é cartografar estas práticas que buscam sensibilizar os estudantes privados de liberdade a discutirem sobre as diversas formas de produção de violência contra as mulheres, sobretudo as racializadas, tendo a obra de Conceição Evaristo como disparador das discussões.

Cabe destacar que Conceição Evaristo é uma renomada escritora, poetisa e ensaísta brasileira, nascida em 29 de novembro de 1946, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Ela é uma das vozes mais importantes da literatura contemporânea no Brasil, especialmente conhecida por suas obras que abordam questões de raça, gênero e classe social. Evaristo cresceu em uma família humilde e trabalhou como empregada doméstica enquanto estudava. Ela se formou em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e obteve mestrado em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Sua estreia na literatura ocorreu em 1990, com a publicação de poemas na coletânea "Cadernos Negros". Algumas de suas obras mais conhecidas incluem: 1)

⁴⁸ Quando mencionamos mulheres no texto, cabe fazer o recorte de gênero com as especificidades das que compõem este grupo: mulheres cisgêneras, brancas, pardas e pretas, identificadas como heterossexuais.

Ponciá Vicêncio (2003), romance que narra a história de uma mulher negra que luta para superar as dificuldades impostas pela sociedade racista; 2) *Becos da Memória* (2006), obra que mistura ficção e realidade para retratar a vida em uma favela; 3) *Olhos d'Água* (2014), coletânea de contos que explora as experiências de mulheres negras no Brasil (Magalhães, 2022).

O que move essa pesquisa? O desejo de experimentar outros modos de fazer educação nas celas de aula, ou salas de jaula, no contexto da educação prisional a fim de incidir no enfrentamento das violências contra as mulheres, por meio da literatura, da arte e da poesia. A intenção é cartografar práticas educativas e pensar possibilidades de trabalhar por meio de oficinas artístico-literárias com estudantes privados de liberdade a desconstrução dos estereótipos de gênero sobre as mulheres, sobretudo as racializadas. Quer-se aqui inventar modos de repensar as relações de gênero no contexto prisional por meio da literatura de Conceição Evaristo, que remetem às violências contra as mulheres negras. A proposta é articular literatura a aportes das epistemologias feministas para incidir no enfrentamento às violências contra as mulheres no contexto prisional por meio de oficinas realizadas com homens privados de liberdade.

O presente projeto justifica-se diante do alarmante número de casos de feminicídio e violências várias contra as mulheres e meninas em nosso país, inclusive, em nosso estado. Dados do Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024), mostram que, entre 2012 e 2022, mulheres foram 60,1% das vítimas de violência não letais, a maioria violência física (52,0%), psicológica (64,7%) e sexual (86,7%). Contudo, na última década (2012-2022), ao menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2022 foram 3.806 vítimas, o que representa uma taxa de 3,5 casos para cada 100 mil mulheres. De acordo com os registros de óbitos, 34,5% dos homicídios de mulheres ocorreram em domicílios, totalizando 1.313 vítimas em 2022. Esse percentual se aproxima da proporção de feminicídios identificados pelas polícias brasileiras em relação ao total de homicídios femininos, que em 2022 chegou a 36,6%. Além disso, cerca de 70% dos feminicídios identificados pelas polícias civis foram cometidos dentro de casa (FBSP, 2023). Em 2022, do total de homicídios de mulheres registrados pelo sistema de saúde, as mulheres negras corresponderam a 66,4% das vítimas. Em números absolutos, foram 2.526 mulheres negras assassinadas Naquele ano, a taxa de homicídio de mulheres negras foi de 4,2 por grupo de 100 mil, enquanto a taxa para mulheres não negras foi de 2,5. Isso significa dizer que mulheres negras tiveram 1,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio, em

comparação com as não negras. É maior a quantidade de mulheres negras sendo mortas, anualmente, do que mulheres não negras. Em nosso estado, as taxas de homicídio de mulheres segundo raça/cor na última década (2012-2022), aumentaram 2,3% (Cerqueira; Bueno, 2024).

Em nosso estado, de acordo com o Boletim Epidemiológico do Estado do Rio Grande do Sul - Violência contra mulheres e meninas (2024), entre os anos de 2018 e 2022, meninas e mulheres na faixa etária de 10 a 59 anos representaram um total de 78,3% (82.495) das vítimas de violências notificadas no RS. Meninas e mulheres indígenas, pretas e amarelas são as mais afetadas pela violência sexual no estado. As mulheres indígenas e pretas alcançaram seu máximo de notificações de violência no ano de 2022 com 149,7 e 95,8 casos a cada 100 mil habitantes, respectivamente. Também o Observatório da Violência Contra a Mulher, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS, 2024) monitora os principais indicadores de âmbito estadual em relação ao fenômeno da violência contra as mulheres. Tal como definido pela Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha - (Brasil, 2006), exercida no âmbito familiar ou de relações íntimas, são tipificadas as violências em lesão corporal, ameaça e estupro em situação familiar ou íntima, bem como casos de feminicídio tentados e consumados, definidos a partir da Lei 13.104/15 - Lei do Feminicídio - (Brasil, 2015). No ano de 2024, os dados divulgados de Feminicídio Tentado (135), Feminicídio Consumado (34), Ameaça (17.884), Estupro (1.250), Lesão Corporal (10.499), perfizeram um total geral de 29.802 registros no Estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2024).

Diante deste triste cenário, o presente estudo alinha-se tanto ao Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional (2021-2024), que busca atender não só ao letramento literário dessas pessoas privadas de liberdade, oportunizando a fruição estético-literária, como também provocar a reflexão acerca das diversas formas de violência contra as mulheres, crimes pelos quais muitos deles cumprem pena. Atende, também, às recomendações das Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006 (Brasil, 2006), quanto à promoção de ações educativas, dentre elas, 1) a realização de campanhas educativas de prevenção da violência contra as mulheres voltadas ao público escolar e à sociedade em geral; 2) a capacitação permanente de profissionais quanto às questões de gênero e de raça/etnia; e, 3) o destaque, nos currículos escolares, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça/ etnia e ao problema da violência contra as mulheres. A temática integra

ainda a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, alterada pela Lei 14.164/2021 (Brasil, 2021) para incluir conteúdo sobre prevenção da violência contra as mulheres nos currículos da educação básica e instituir a Semana Escolar de combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica.

O projeto inscreve-se no campo das epistemologias feministas, sobretudo do feminismo decolonial. As epistemologias feministas que embasam as metodologias feministas são abordagens que questionam e desestabilizam as formas tradicionais de produção de conhecimento, buscando incorporar perspectivas de gênero, experiências vividas das mulheres e uma crítica às estruturas patriarcais. Celebram a diversidade de saberes, promovem a inclusão de vozes marginalizadas nas produções de conhecimento e valorizam a singularidade das experiências das mulheres, articuladas a diversos marcadores da diferença, tais como classe, raça/etnia, geração, sexualidade, geopolítica, entre outros. As metodologias feministas buscam desafiar e transformar o patriarcado presente na sociedade bem como na pesquisa acadêmica, incorporando perspectivas de gênero, fazendo a crítica à racionalidade androcêntrica e valorizando as vozes silenciadas, em especial, as histórias e as especificidades das experiências das mulheres. Nestas perspectivas, o pessoal também é político, dado que todo conhecimento, inclusive o acadêmico, está atravessado por interesses em disputa (Narvaz, 2009).

Tem, ainda, embasamento nos estudos de Jorge Larrosa (2022) sobre a leitura como processo de formação de subjetividade. Segundo ele, a literatura tem o poder de mudar o leitor. Trata-se de pensar a leitura como algo que nos forma (ou nos de-forma e nos trans-forma) [...]” (Larrosa, 2007, p.118). Nesse sentido, a proposição das oficinas literárias com contos e poesias de Evaristo faz-se potente disparador, uma vez que a autora aborda questões de gênero em suas obras de maneira profunda e reflexiva. Ela utiliza a literatura como uma ferramenta para explorar as interseções entre gênero, raça e classe, destacando as experiências vividas por mulheres negras em uma sociedade marcada por desigualdades. Em seu conto “Maria”, por exemplo, conto de Conceição Evaristo publicado originalmente no número 14 dos Cadernos Negros, em 1991, e posteriormente, na coletânea de contos Olhos d’água (2018). Evaristo reflete sobre as dores, violências e dificuldades enfrentadas pela protagonista, uma mulher negra e pobre, evidenciando como as opressões de gênero, raça e classe podem causar sofrimento aos grupos marginalizados (Magalhães, 2022). Metodologicamente, o estudo baseia-se nas

proposições do método da cartografia, que assumem-se implicadas na criação e na invenção, ao pensar uma pesquisa das multiplicidades que faz gerar multiplicidades e traçar linhas, mapear territórios, acompanhar movimentos de invenção de práticas que promovam linhas de fuga de práticas já instituídas e apostem na criação (Oliveira; Paraíso, 2012).

Os resultados encontrados até o seguinte momento apontaram para a potência destes encontros, capazes de mobilizar percepções e afetos a partir das identificações com o sofrimento provocadas pelos textos de Evaristo, o que, parece, incidiu em novas formas de (re)pensar e representar as mulheres e as violências por elas sofridas. Vislumbra-se, assim, a possibilidade de trabalhar na direção do enfrentamento das diversas formas de violências contra as mulheres, mesmo com homens privados de liberdade no contexto da educação prisional, ao que buscamos contribuir com nosso trabalho.

Considerações Finais

Com o olhar ampliado para a sociedade em que vivemos, para as constituições familiares atuais tão diversas, todos e todas nós temos a oportunidade de ensinar para as meninas, os meninos e homens de nossa convivência as pautas de respeito e inclusão das mulheres, pela reflexão e ações, que levem para o entendimento das pautas feministas. Pensamos que não é possível ter uma sociedade digna, inclusiva, respeitosa, se não conversarmos abertamente sobre as diversidades, sobre os gêneros, sobre as novas concepções familiares, sobre a contemporaneidade que nos traz todas as mudanças que fazem parte deste tempo, ampliando as possibilidades de reconhecimento como seres humanos inacabados e que estão sempre produzindo saberes, identidades, subjetividades, reconhecendo que construímos nossa sociedade através das concepções que vão se modificando com as relações. Concordamos com a historiadora feminista Gerda Lerner (2019, p. 280) ao afirmar que:

Uma visão do mundo feminista permitirá que mulheres e homens libertem a mente do pensamento patriarcal e também de sua prática para enfim contruirem um mundo livre de dominação e hierarquia, um mundo que seja verdadeiramente humano.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: CIA das Letras, 2019.

BRASIL. Lei 11.340/2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/lei/l11340.htm>. Acesso: 08 jul. 2020.

BRASIL. Lei 14.164/2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 30 Ago. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitemo, 2022.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>. Acesso em 30 Ago. 2024.

LARROSA, Jorge. Literatura, experiência e formação. Uma entrevista com Jorge Larrosa. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. RJ: Lamparina, 2007, pp. 129-156.

LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Editora Cultrix, 2019.

MAGALHAES, Túlio. Maria: reflexões sobre gênero, raça e classe no conto de Conceição Evaristo. Literafro - O portal da literatura Afro-Brasileira. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade, 2022. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/1629-conceicao-evaristo-maria-reflexoes-sobre-genero-raca-e-classe-no-conto-de-conceicao-evaristo>. Acesso em 02 Set. 2024.

NARVAZ, Martha. A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, UFRGS. Porto Alegre, RS, 2009.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de Oliveira; PARAÍSO, Marluce. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. *Pro-Posições*, v. 23, n. 3, p. 159-178, | set./dez. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional - 2021-2024. 2021. Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC). Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/politicas-penitenciarias/politica-nacional-de-educacao/rs.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

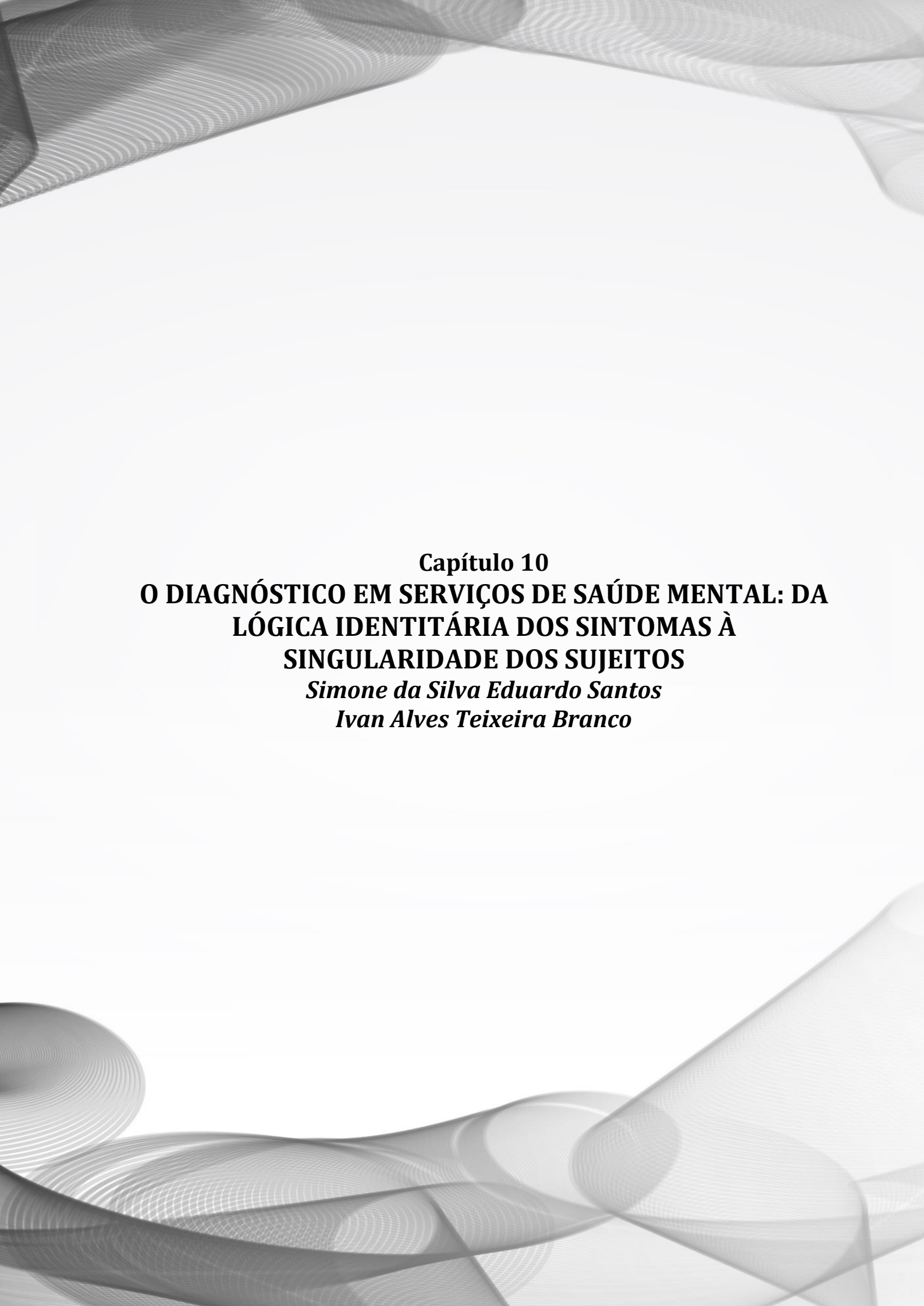
RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Saúde. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. Boletim Epidemiológico do Estado do Rio Grande do Sul: violência contra meninas e mulheres de 10 a 59 anos: Série Histórica 2018/2022. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Saúde/RS, 2024. Disponível em: <https://atencaoprimaria.rs.gov.br/upload/arquivos/202403/27085417-boletim-epidemiologico-do-estado-do-rio-grande-do-sul-violencia-contra-a-mulher-7.pdf>. Acesso em: 30 Ago. 2024.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SSP/RS). Indicadores da Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha. Secretaria de Segurança Pública, Observatório da Violência contra a mulher, 2024. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 30 Ago. 2024.

“ESCREVIVÊNCIAS” BY MEN AND WOMEN: (RE)THINKING VIOLENCE AGAINST WOMEN IN DIFFERENT EDUCATIONAL CONTEXTS

This paper is an excerpt from two research projects of the Professional Master's Degree in Education at the State University of Rio Grande do Sul that deal with the issue of violence against women through different practices. The authors aim to provoke readers from thinking about these theme through practices that involve: Study 1 - a group of women who participate in activities in a municipal public facility managed by the Municipal Department of Culture/RS and, Study 2 - men deprived of liberty for committing violence against women. The theoretical-methodological aspects of each of the studies are presented, as well as some of the results found. The studies are inscribed in the perspective of Cultural Studies and Feminist Epistemologies, as well as propositions related to intersectionality and decoloniality. Methodologically, these studies used resources such as: participant observation, field diary, conversation circles, filming, semi-structured interviews and texts (memorials) written by the men and women. The findings point to the initially stereotyped perceptions of participants in relation to gender issues, the (co)production of versions of the lived reality, the significant exchanges of knowledge

both between the men and women participating in the investigations, highlighting the way in which identities and the perception of violence against women are constantly resignified throughout the discussions provided by the practices presented here.



Capítulo 10
O DIAGNÓSTICO EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL: DA
LÓGICA IDENTITÁRIA DOS SINTOMAS À
SINGULARIDADE DOS SUJEITOS

Simone da Silva Eduardo Santos

Ivan Alves Teixeira Branco

O DIAGNÓSTICO EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL: DA LÓGICA IDENTITÁRIA DOS SINTOMAS À SINGULARIDADE DOS SUJEITOS

Simone da Silva Eduardo Santos

Assistente Social do Sistema Único de Saúde, Mestra em Ciências Humanas e Interdisciplinaridade (UINISA), simonesupervisoraoconsultoria@gmail.com

Ivan Alves Teixeira Branco

Psicólogo no Sistema Único de Saúde e Psicanalista em Consultório Particular, Especialista em Saúde Mental (UniFaveni), ivanbranco.psi@gmail.com

RESUMO

O princípio orientador deste trabalho circunscreve a relação estabelecida entre o diagnóstico psiquiátrico e a identidade do usuário em serviços de Saúde Mental do SUS (Sistema Único de Saúde) como os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) Adulto, na qual a existência do indivíduo é reduzida a códigos contidos em manuais diagnósticos. Intuímos que tal relação acaba por tornar-se excludente, além de remeter a formas de tratamento que aludem ao período manicomial, tendo as condutas e direcionamentos do tratamento sendo estabelecidas pelo saber médico e não pela interlocução entre os saberes da equipe interdisciplinar. Além da relação sinonímica entre sujeito e diagnóstico, lançamos luz sobre as problemáticas que derivam dessa relação quando essa caracterização abrange apenas aos fenômenos dos sintomas, ou seja, o direcionamento do tratamento é estabelecido a partir de um diagnóstico que visa apenas a adequação do sujeito aos critérios dos manuais, não levando em consideração a etiologia do sintoma ou indagando-se sobre sua função na vida do sujeito. Tomando a Psicanálise como base para tal problematização, retomamos brevemente a relação anteriormente estabelecida entre os manuais de psicopatologia e a disciplina fundada por Sigmund Freud e sua inerente diferenciação, alertando sobre os riscos de dirigir um tratamento pela via dos sintomas e não pela estrutura do sujeito. Avaliamos como imprescindíveis tais indagações tendo em vista os avanços já adquiridos pela RPB (Reforma Psiquiátrica Brasileira) e concluímos que olhar para o sujeito e reduzi-lo a códigos diagnósticos é retroceder ao período manicomial.

Palavras-chave: Diagnóstico. Psicopatologia. Saúde Mental. CAPS. Psicanálise.

ABSTRACT

The guiding principle of this work is the relationship established between psychiatric diagnosis and the identity of the user in Mental Health services of the SUS (Unified Health System) such as the CAPS (Adult Psychosocial Care Center), in which the existence of the individual is reduced to codes contained in diagnostic manuals. We intuit that such a relationship ends up becoming exclusionary, in addition to referring to forms of treatment that allude to the asylum period, with the conduct and directions of the treatment being established by medical knowledge and not by the dialogue between the knowledge of the interdisciplinary team. In addition to the synonymous relationship between subject and diagnosis, we shed light on the problems that derive from this relationship when this characterization covers only the phenomena of symptoms, that is, the direction of the treatment is established based on a diagnosis that aims only at adapting the subject to the criteria of the manuals, without taking into account the etiology of the symptom or inquiring about its function in the subject's life. Taking Psychoanalysis as the basis for such problematization, we briefly revisit the relationship previously established between psychopathology manuals and the discipline founded by Sigmund Freud and its inherent differentiation, warning about the risks of directing treatment through symptoms rather than through the structure of the subject. We consider such questions to be essential in view of the advances already achieved by the RPB (Brazilian Psychiatric Reform) and conclude that looking at the subject and reducing him/her to diagnostic codes is a return to the asylum period.

Keywords: Diagnosis. Psychopathology. Mental Health. CAPS. Psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) e a implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)

No Brasil, principalmente na última década, o campo da saúde mental passou por mudanças significativas provenientes do movimento da RPB. O movimento teve início, conforme Tenório (2001), há mais ou menos quarenta anos. Desde então, traz como marca fundamental o remodelamento do cuidado e das propostas terapêuticas. Uma das principais mudanças operadas pelo movimento da Reforma Psiquiátrica é o deslocamento da noção de tratamento enquanto remissão da doença para a promoção da saúde.

A Reforma Psiquiátrica no Brasil tem início, ainda incipiente, nos anos 80 no contexto da reforma sanitária e da criação do SUS pela Constituição de 1988. A Carta de Bauru de 1987 antecipa a proposta e foi um marco do movimento que tem seu ponto alto na Lei 10.216 promulgada em 6 de abril de 2001. Nesse período, destacamos as Conferências Nacionais de Saúde Mental em 1992 e 2001 que avançaram propostas significativas na política de formação de recursos humanos, financiamento e controle social, na perspectiva do desenvolvimento de serviços abertos de base territorial. Esses serviços visavam ser substitutivos das instituições manicomiais com uma proposta de cuidado integral através do trabalho em equipe interdisciplinar, criando um novo campo com uma proposta de ampliação e diversificação das práticas na saúde mental: o campo da Atenção Psicossocial (Figueiredo, 2019).

Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2004), os CAPS são instituições destinadas a acolher portadores de sofrimento mental grave, estimulando-os em sua integração social e familiar, assim como os apoiando em iniciativas que busquem o desenvolvimento de sua autonomia e oferecendo-lhes atendimentos médicos e psicológicos. Desse modo, a principal característica dos CAPS é buscar integrar os usuários (sujeitos psicóticos e neuróticos graves)¹ a “um ambiente social e cultural concreto, designado como seu território, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida quotidiana de usuários e familiares” (Brasil, 2004, p. 9).

No entanto, apesar dos importantes avanços citados, o movimento da Reforma Psiquiátrica não é um movimento acabado - pelo contrário, ele se mantém em contínua reformulação, não apresentando um fim, um ponto de chegada (Couto, 2007). E o campo da saúde mental, longe de ser um campo unificado e com práticas definidas, se mantém como um campo aberto a debates, com a constante necessidade de uma reflexão crítica dos pressupostos teóricos que sustentam as práticas e orientam o trabalho daqueles que se propõem a atuar junto à loucura.

Feita tal consideração, julgamos como profícua uma reflexão acerca do cuidado dos usuários dos serviços de saúde mental, cuidado este que pressupõe a condução clínica do caso a partir de um diagnóstico. Na contemporaneidade, no que toca à problemática do diagnóstico a ser utilizado nos serviços de saúde mental, são duas grandes vertentes referenciais, ou seja, dois principais modos de realizá-lo.

Por um lado, temos o referencial da psiquiatria contemporânea, organizada em torno dos manuais estatísticos – o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*,

em sua quinta edição revisada (DSM-V-TR) e a Classificação Internacional de Doenças, em sua décima primeira edição (CID-11). Por outro, tem-se o referencial psicanalítico, fundado em uma clínica da escuta, em que a fala do sujeito surge como fundamental para a elaboração do diagnóstico.

Mas quais as consequências de se utilizar uma ou outra lógica diagnóstica nos serviços de saúde mental? A OMS (Organização Mundial da Saúde) (2001) aponta para a importância de trabalhar territorialmente, ou seja, com serviços da própria comunidade da qual o usuário faz parte. Vê-se o quanto o Brasil tem se apropriado, de modo eficaz, de tais indicações por intermédio dos serviços abertos e, principalmente com os CAPS Adulto. A questão é que o uso exclusivo do DSM como organizador dos diagnósticos nesses serviços pode trazer consequências que caminham na contramão das propostas da reforma.

O DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO

Algumas reflexões a respeito desses diagnósticos mostram-se válidas. Uma questão que chama a atenção é o modo como o processo se mantém preso aos sintomas, de forma que as avaliações do psiquiatra resultam em diferentes diagnósticos, dependendo do estado que o usuário chega à consulta. Dessa forma, vê-se que o médico não dispõe de ferramentas teóricas para pensar o próprio movimento realizado pela paciente na constituição de diferentes sintomas. A consequência é o acúmulo de diversos diagnósticos, resultante de um amontoado de atributos que surgem na clínica sem que haja, por parte do psiquiatra, a possibilidade de pensá-los de modo articulado (Hassan, 2012).

O diagnóstico em saúde mental não deve ser encarado como uma sentença definitiva, mas sim como uma ferramenta para compreender o estado de uma pessoa e orientar seu cuidado. Quando um indivíduo recebe um diagnóstico, é essencial lembrar que ele não define toda a sua identidade nem limita suas possibilidades. Cada pessoa é única, com suas experiências, traumas e capacidades de superação. O diagnóstico pode ser um ponto de partida para o cuidado, mas nunca deve ser um rótulo imutável.

Além disso, é importante considerar que a saúde mental é um campo dinâmico, onde as condições podem evoluir ao longo do tempo, com melhora, adaptação e transformação. A abordagem terapêutica deve ser centrada na pessoa, levando em conta

sua história, seus sentimentos e suas necessidades, e não apenas um quadro clínico. Portanto, o diagnóstico é um momento de escuta e entendimento, não de condenação, e deve ser seguido de apoio, acolhimento e intervenções que promovam o bem-estar e a recuperação do indivíduo.

Uma vez que o diagnóstico é baseado nos sintomas apresentados pelo usuário no momento da avaliação psiquiátrica, a condução do tratamento será pensada a partir deles. Assim, diferentes intervenções se farão necessárias para cada diagnóstico (mesmo os de grande proximidade entre si, com os de transtorno afetivo bipolar, episódio atual maníaco com/sem sintomas psicóticos). Porém, essas intervenções sempre apresentarão sérias limitações, já que só trazem a possibilidade de intervir sobre "a doença" que o usuário traz, ou seja, sobre o suposto déficit, no momento em que esse mesmo erro se fizer presente.

Tais apontamentos tomam como pressuposto a fundamentação utilizada pelos manuais, estes que em sua constituição e criação, eram considerados ateóricos, ou seja, prescindiam da etiologia dos sintomas. Evidencia-se, então, uma lógica que visa localizar no sujeito falante sinais e sintomas que se enquadrariam em determinadas categorias diagnósticas.

O diagnóstico em psiquiatria, com base nos manuais estatísticos, traz desde 1980 uma marca peculiar em relação ao modo como era realizado anteriormente. Nessa data, quando foi publicado o DSM-III, operou-se uma torção na lógica que sustentava os diagnósticos, uma vez que seus autores o declaravam como um manual ateórico. Essa declaração justificou-se pelo fato de que a grande maioria dos então chamados transtornos mentais não apresentava uma etiologia conhecida (APA, 1980). Desde então, o diagnóstico pensado a partir desses manuais vem se organizando em torno de descrições de sinais e sintomas, desconsiderando a etiologia dos quadros" (Neto, 2014).

Diante do exposto, indagamo-nos: o que é escutado quando um usuário fala de seu sofrimento? A etiologia do sofrimento e a razão de seu adoecimento ou a identificação de sinais e sintomas que, nessa lógica, definem a "sentença" do cuidado?

Utilizamos o termo sentença dada a acepção que sugere algo imutável, algo definitivo. Na saúde mental, a evolução é possível, e muitas vezes, com o apoio adequado, as pessoas podem superar dificuldades, melhorar sua qualidade de vida e reencontrar equilíbrio. O diagnóstico é apenas uma parte do processo, não sua totalidade.

Diante do novo modelo assistencial e da implementação de novos saberes no cuidado à Saúde Mental, intui-se a descentralização do modelo médico hegemônico. Todavia, a forma que tais profissionais, inclusive os não-médicos, muitas vezes atuam e se orientam, acabam por reproduzir preceitos manicomial. De que forma? A hierarquização e divisão entre as categorias, por exemplo: “Só o psicólogo pode escutar e manejar um choro imotivado e “descobrir” o que está acontecendo”, “Médicos apenas atendem e medicam”, reforçam engessamentos e estigmatizações. Quando os próprios profissionais não tomam condutas (seja por falta de liberdade ou por própria insegurança) pois o “cuidado compartilhado” passa pela avaliação médica, ainda estamos referenciados à uma hierarquia que submete o usuário a tal modelo manicomial, ou mais, quando é a partir do diagnóstico que se traça a direção de um tratamento.

NEM TODO TRANSTORNO MENTAL É INCAPACITANTE

A visão de que pessoas com transtornos mentais estão permanentemente limitadas em suas capacidades tem sido amplamente desafiada pela literatura contemporânea e pelas práticas clínicas. Embora algumas condições possam realmente afetar profundamente a vida cotidiana e o funcionamento de um indivíduo, muitas pessoas com transtornos mentais continuam a viver de forma produtiva e satisfatória, superando os desafios impostos por esses transtornos.

Além disso, a noção de "incapacidade" precisa ser revista. A incapacidade é uma construção social e pode ser mais relacionada a fatores externos, como a falta de apoio social ou de adaptações no ambiente de trabalho, do que à natureza do transtorno mental em si. O modelo biopsicossocial, adotado por organizações como a OMS, sugere que os transtornos mentais não devem ser vistos isoladamente, mas em conjunto com o contexto social, cultural e econômico do indivíduo (World Health Organization, 2001).

O estigma em torno dos transtornos mentais também contribui para a ideia de incapacidade. Esse estigma pode levar à exclusão social e ao isolamento, fatores que, por si só, podem agravar os sintomas. No entanto, as intervenções adequadas, a conscientização pública e o apoio psicossocial podem reduzir essas barreiras, permitindo que indivíduos com transtornos mentais levem vidas plenas e significativas.

Portanto, é crucial que profissionais de saúde, sociedade e indivíduos reconheçam que, embora transtornos mentais possam gerar desafios, eles não determinam uma

incapacidade permanente. Cada pessoa tem o potencial de superar obstáculos e alcançar seus objetivos, com o tratamento e o apoio adequados.

É perfeitamente possível produzir uma vida plena e significativa mesmo diante de transtornos mentais. A literatura psicológica e psiquiátrica indica que, com o tratamento adequado, apoio social e estratégias de enfrentamento, muitas pessoas com transtornos mentais conseguem manter uma vida funcional, realizar suas atividades cotidianas e até alcançar grandes realizações. A psicoterapia, a medicação e os cuidados psicossociais desempenham papel fundamental na gestão dos sintomas e na promoção do bem-estar. Além disso, o modelo biopsicossocial propõe que os fatores externos, como apoio social e condições ambientais, são essenciais para a recuperação e adaptação (Engel, 1977). Portanto, o transtorno mental não deve ser visto como uma barreira intransponível para a produção de uma vida significativa.

Conclui-se que a psiquiatria contemporânea se organiza em torno de uma lógica diagnóstica que leva à alienação dos sujeitos em um discurso pretensamente universal que os impossibilita de reconhecer sua singularidade no campo social.

O trabalho da Equipe Interdisciplinar

Ao promover um cuidado a um usuário com transtorno mental, é fundamental adotar uma abordagem que vá além do diagnóstico clínico. Focar exclusivamente no transtorno diagnosticado pode reduzir a pessoa a um rótulo, ignorando sua individualidade, experiências de vida e as complexidades de seu contexto social e emocional.

A saúde mental é multifacetada e, muitas vezes, os sintomas são apenas a ponta do iceberg de questões mais profundas, como traumas, estressores ambientais ou fatores socioeconômicos. O modelo biopsicossocial, proposto por Engel (1977), defende que a saúde mental deve ser compreendida de forma ampla, considerando não apenas os aspectos biológicos, mas também os psicológicos e sociais.

A escuta ativa, o estabelecimento de uma relação terapêutica empática e a personalização do tratamento são fundamentais para promover o bem-estar do paciente. A identificação de seus recursos internos, fortalezas e habilidades, muitas vezes negligenciados, também deve ser parte do processo terapêutico.

Além disso, é essencial que o cuidado leve em consideração as expectativas e objetivos do usuário, promovendo uma abordagem colaborativa. Ao olhar para a pessoa como um todo, ao invés de um diagnóstico isolado, aumentam-se as chances de promover uma reintegração mais efetiva e sustentável.

O acompanhamento de usuários com transtornos mentais requer uma abordagem integral que envolva uma equipe Interdisciplinar. A complexidade dos transtornos mentais exige que profissionais de diversas áreas da saúde trabalhem juntos para promover o melhor cuidado possível. Cada membro da equipe traz uma perspectiva única e valiosa, permitindo uma análise mais completa e personalizada das necessidades do usuário. Psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais e outros profissionais colaboram para fornecer um cuidado que não se restrinja a medicamentos, mas que também considere o aspecto psicológico, social e funcional da pessoa.

Desse modo, a partir do momento em que o conceito de transtorno mental se torna o princípio organizador da lógica diagnóstica da psiquiatria, o que se vê é uma valorização das possibilidades de sofrimento que podem levar os sujeitos à clínica, sem uma reflexão acerca da natureza daquilo que os estaria levando a sofrer.

A interação entre esses profissionais permite que sejam desenvolvidas estratégias de manejo que abordam as múltiplas dimensões do sofrimento do usuário. Enquanto o psiquiatra pode focar na medicação adequada para o sofrimento, o psicólogo oferece escuta qualificada para localizar o sujeito diante do sofrimento e do diagnóstico, enquanto o assistente social pode identificar barreiras sociais e econômicas que afetam a saúde mental do usuário. O enfermeiro, por sua vez, pode monitorar os efeitos colaterais dos tratamentos e oferecer cuidados diários, enquanto o terapeuta ocupacional trabalha na melhoria da funcionalidade do paciente em suas atividades cotidianas.

Importante ressaltar que a escuta qualificada, de caráter holístico é de responsabilidade de todos os técnicos que atuam com sujeitos acometidos de transtornos mentais, justificando assim, o que consideramos imprescindível para o cuidado, que são os saberes coletivos, que não podemos estar em detrimento da competência profissional no atendimento em CAPS Adulto.

Essa colaboração é essencial para promover uma recuperação mais efetiva e sustentável, já que cada profissional tem habilidades complementares que permitem um olhar abrangente sobre as necessidades do usuário. A literatura aponta que abordagens

multidisciplinares aumentam a adesão ao processo, reduzem recaídas e melhoram a qualidade de vida dos usuários com transtornos mentais (González et al., 2010). Além disso, essa abordagem fortalece a rede de apoio do usuário, tornando o cuidado mais humanizado e eficiente.

E o campo da saúde mental, longe de ser um campo unificado e com práticas definidas, se mantém como um campo aberto a debates, com a constante necessidade de uma reflexão crítica dos pressupostos teóricos que sustentam as práticas e orientam o trabalho daqueles que se propõem a atuar junto à loucura (Neto, 2014).

O DIAGNÓSTICO EM PSICANÁLISE

O diagnóstico em psicanálise se funda em uma lógica distinta da utilizada nos manuais estatísticos. Na psicanálise, a questão diagnóstica é pensada de modo que o sintoma deixa de ser o centro das atenções para se tornar um entre os vários elementos que se apresentam na clínica (Nasio, 1993). Assim, conforme apontam Figueiredo e Machado (2000, p. 67), tem-se um movimento que vai do sintoma para a estrutura, já que o analista deixa de ser um leitor de sintomas para trabalhar sob transferência, "como nomeador de um modo de incidência do sujeito na linguagem".

Desse modo, pode-se afirmar que o diagnóstico em psicanálise não se define em termos do fenômeno, mas em termos de estrutura. O diagnóstico em Psicanálise serve para orientar o tratamento a fim de que o sujeito possa se posicionar de modo menos dependente no laço social, a partir de uma aposta na singularidade do sujeito e sua desalienação.

Quanto ao momento de se fazer o diagnóstico, em Psicanálise, não se trata da realização de avaliações com o paciente aos modos do discurso psiquiátrico. Freud (1913/1996) aponta a importância da realização de algumas entrevistas com a finalidade de definir um diagnóstico para, a partir daí, pensar as possibilidades de se conduzir o tratamento, de modo que, um erro nesse momento pode comprometer todo o trabalho.

Esse período, definido por Lacan (1958/1998) como entrevistas preliminares, é crucial para o trabalho analítico, já que as consequências de se trabalhar de determinado modo, com um sujeito que tem uma estrutura que não corresponde a tal condução, podem ser desastrosas. Alonso e Fuks (2004, p. 184) apontam inclusive para a possibilidade de levar o paciente a "um destino de psiquiatrização, facilitando a cronificação de um quadro

que poderia apresentar considerável melhora clínica a partir do processo terapêutico adequado".

O que é possível ver com esse acúmulo de diagnósticos, consequência direta da lógica descritivista que funda os próprios manuais? Sendo eles "diagnósticos bastante descritivos, que se explicam praticamente por si mesmos" (Figueiredo; Tenório, 2002, p. 33), vê-se um direcionamento do olhar do psiquiatra para os sintomas, tanto para diagnosticar, quanto para, a partir desses, se pensar na possível condução de um tratamento.

Esse movimento de fixar-se na descrição dos sintomas (nosografia) em detrimento da lógica da doença que dá corpo e organiza os sintomas (nosologia) leva, inclusive, ao questionamento se o DSM se constitui realmente como uma psicopatologia ou como uma classificação de sintomas.

Uma delas refere-se ao fato de que, ao se pensar o diagnóstico como conjunto de sinais e sintomas para eliminá-los, muitas vezes por dia medicamentosa, o que se tem é um serviço que não se diferencia do hospital psiquiátrico no que tange às relações de poder. Esperanza (2011) aponta para as questões referentes às relações de poder na psiquiatria, afirmando que elas se tornam mais importantes que os próprios fundamentos do saber. Inclusive, a respeito desse saber, Lima (2012) afirma que, na psiquiatria, ele se organiza mais em torno de consensos entre profissionais do que em evidências científicas, de modo que a questão política se mostra mais importante que a epistemológica.

Em contrapartida, o trabalho realizado a partir da escuta psicanalítica permite outra gama de possibilidades ao sujeito que procura o serviço. Em primeiro lugar, ao se pensar no diagnóstico a partir da palavra do sujeito, no modo como ele se ordena no campo da linguagem, põe-se em grande valia a sua singularidade, seu modo único de dizer sobre seu sofrimento, para além de qualquer tentativa de padronização.

Pode-se observar o quanto essa lógica difere da psiquiátrica quanto às relações de poder. Aqui não há mais um sujeito alienado no saber apresentado por um Outro que ocupa o lugar de mestria (Clavreul, 1993), mas sim um sujeito que se apresenta em sua singularidade, sendo o tratamento pensado a partir de seu modo único de utilizar a linguagem.

A respeito da questão do sujeito se alienar em um significante fornecido por um manual, quando ele passa a assumir para si o código classificatório, algumas considerações se fazem necessárias. Lima (2012) aponta o quanto os DSMs flertam com a

lógica totalitária no campo das palavras a partir do momento em que seus editores afirmam se tratar de uma linguagem científica, verdadeira e universal.

Essa afirmação não deixa de ter consequências graves aos sujeitos atendidos em serviços substitutivos. Ao usar o DSM como ordenador diagnóstico no campo da saúde mental, deixa-se os sujeitos, já com dificuldades em se orientar no campo da linguagem, à mercê de um discurso totalitário que afirma dizer a verdade sobre o sofrimento psíquico.

Desse modo, os sujeitos, ao buscarem nos serviços uma ajuda para compreenderem seu sofrimento, obtêm um significante que os define e fecha qualquer possibilidade de trabalhar com eles novos modos para que se orientem no laço social, calando a singularidade nesse campo que tem como diretriz a inclusão na sociedade dos sujeitos a partir de suas peculiaridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante situar aqui que não se trata de desconsiderar a psiquiatria ou de diminuir seu valor no que se refere ao campo da saúde mental. O problema desenvolvido no texto refere-se às possíveis consequências de se tomar os manuais estatísticos que ordenam o saber psiquiátrico atualmente como as principais formas de se organizar um diagnóstico nos serviços abertos.

Tais consequências são: a possível transformação dos serviços em ambulatórios, onde se realiza o diagnóstico e se prescreve um tratamento quase sempre medicamentoso; a cristalização do sujeito em um discurso pretensamente científico, sem que haja um espaço para este sujeito se apresentar como portador de um mal-estar que é único, com potencialidades que só podem ser conhecidas a partir de um trabalho de escuta, comprometendo assim todo o trabalho posterior referente às questões psicossociais; por este mesmo motivo, mostrar-se como um contraponto às diretrizes da Reforma Psiquiátrica de desenvolvimento da autonomia dos usuários dos serviços abertos.

Não se trata também de uma divinização da psicanálise frente ao atual discurso psiquiátrico. A questão aqui afirmada é que a psicanálise em sua diagnóstica e clínica tem contribuições a oferecer no campo da Reforma Psiquiátrica brasileira para que os sujeitos portadores de sofrimento mental busquem seus laços com suas peculiaridades.

De acordo com Dunker, nesse processo de crítica da racionalidade diagnóstica, que torna formas de sintoma e de mal-estar parte de um processo social de alienação e de mercantilização do sofrimento, o sistema diagnóstico desenvolvido pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) tornou-se um objeto importante, na medida que fixa e estabelece uma maneira de pensar e talvez induza um tipo de psicopatologia que não é necessário nem deveria ser pensado como hegemônico em termos de pesquisa, de financiamento em saúde mental ou de justificação clínica.

Assim, as relações de poder estabelecidas entre o profissional que faz o diagnóstico e prescreve um tratamento, e um sujeito que sofre e busca ajuda correm o risco de reeditar algo contra o qual há muito se lutou e cujo abandono se configura como um dos mais importantes avanços da reforma psiquiátrica: o saber médico totalizante dos manicômios. Esse saber que classifica, prescreve, ouve para encontrar o déficit ou, em outras palavras, aliena o sujeito em um discurso que se afirma enquanto científico.

Dessa forma, corre-se o risco de transformar um serviço que tem como principal objetivo promover a autonomia e a cidadania dos seus usuários em um local que se organiza em torno de calar pela via medicamentosa o mal-estar dos sujeitos que buscam ajuda, alienando-os a um discurso que se propõe fundado no conhecimento científico. Corre-se o risco de tal serviço configurar-se mais como um ambulatório do que como um serviço territorial.

REFERÊNCIAS

ALONSO, S. L.; FUKS, M. P. **Histeria**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM 5**: the future of psychiatric diagnosis. 2012. [Online]. Disponível em: www.dsm5.org. Acesso em: 28 de dez. de 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 4th ed. Text Revision. Washington, D. C.: APA, 2000.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 3rd ed. Washington, D. C.: APA, 1980.

ANDREASEN, N. C. **The Broken Brain: The Biological Revolution in Psychiatry**. HarperCollins Publishers, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde Mental no SUS**: os centros de atenção psicossocial. [Online] Brasília, 2004. Disponível em:

http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf. Acesso em: 28 de dez. de 2024.

ENGEL, G. L. The need for a new medical model: A challenge for biomedicine. **Science**, 196(4286), 129-136, 1977. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/847460/>. Acesso em: 28 de dez. de 2024.

ESPERANZA, G. Medicalizar a vida. In: FENDRIK, S.; JERUSALINSKY, A. (Orgs.). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011. p. 53-61.

FIGUEIREDO, A. C.; MACHADO, O. M. R. O diagnóstico em psicanálise: do fenômeno à estrutura. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 65-86, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982000000200004>. Acesso em: 28 de dez. de 2024.

FIGUEIREDO, A. C.; TENÓRIO, F. O diagnóstico em psiquiatria e psicanálise. **Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental**, São Paulo, ano V, n. 1, p. 29-43, mar. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-47142002001004>. Acesso em: 28 de dez. de 2024.

HASSAN, S. H. Conversações da psicanálise com a psicopatologia. In: CALAZANS, R.; KYRILLOS NETO, F. (Orgs.). **Psicopatologia em debate: controvérsias sobre os DSM's**. Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 17-30.

NASIO, J.-D. **A histeria: teoria e clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

TENÓRIO, F. Questões para uma atualização da agenda da reforma psiquiátrica. In: COUTO, M. C. V.; MARTINEZ, R. G. (Orgs.). **Saúde mental e saúde pública: Questões para a agenda da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: FUJB, 2007. p. 13-28.



AUTORES

Alan dos Santos de Jesus

Graduando da Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB DCHT Campus XXI -Ipiaú, escritor da obra O Mundo de Miguel e pesquisador no Grupo de Estudos sobre Literaturas e Etnicidade (GRUPELE), alanjesus.uneb@gmail.com

Aléxia Luiza Pereira de Andrade

Advogada, mestranda do PPGD UFPR e pesquisadora vinculada aos grupos CDH UFPR e INFOJUS. Email: alexiaandradee@gmail.com.

Aluska Nidiane dos Santos Carneiro

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE) da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande/PB (UFCG); Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – PB, aluska.carneiro@academico.ifpb.edu.br

Clara Alves Gusmão de Quadros

Docente da educação básica de escolas particulares na cidade de Barreiras-Bahia, ministrando os componentes curriculares de sociologia, filosofia e história. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. E-mail: gusmao.claraa@gmail.com .

Carolaine Camargo Silva

Psicóloga clínica, Pós-graduanda do curso de mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, carolaine.camargo@aluno.ufr.edu.br

Carla Rosangela Jacinto

Professora Mestranda em Educação- Uergs/RS
Email: carla-jacinto@uergs.edu.br

Eduardo Manuel Bartalini Gallego

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco - USF e professor na mesma instituição, eduardo.gallego@usf.edu.br

Francirosy Campos Barbosa

Co-orientadora, antropóloga, docente associada ao departamento de psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRB) da Universidade de São Paulo (USP), do Programa de Pós em Psicologia da FFCLRP e do Programa de Pós em Antropologia/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), coordenadora do GRACIAS – Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes. Pós-doutora pela Universidade de Oxford. E-mail: franci@ffclrp.usp.br.

George Moraes de Luiz

Doutor em Psicologia Social e Docente do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis – UFR, Doutor em Psicologia Social, george@ufr.edu

Géssika Cecília Carvalho da Silva

Professora orientadora: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Professora efetiva do IFAL - Campus Murici, gessika.silva@ifal.edu.br.

Gidailton Santos Pereira Filho

Graduando da Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB DCHT Campus XXI - Ipiaú, gidailtonp@gmail.com

Ivan Alves Teixeira Branco

Psicólogo no Sistema Único de Saúde e Psicanalista em Consultório Particular, Especialista em Saúde Mental (UniFaveni), ivanbranco.psi@gmail.com

Jailson Cavalcante

Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, jailson.cavalcante@ip.ufal.br;

Jessica Thais Pereira de Oliveira

Mestre em Ciências Sociais (PPGCS) pela Universidade Federal de Campina Grande; Especialista em Educação Especial pela FACUMINAS; Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia–PB, jessica.thais@academico.ifpb.edu.br.

José Aristony dos Santos Rodrigues

Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas - UFAL,
josearistony40@gmail.com;

José Joaquim da Silva Neto

Graduando do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas - UFAL,
jose.joaquim@fanut.ufal.br;

Leonarda Rodrigues da Silva Brito

Discente do Curso Técnico em Agroecologia do Instituto Federal de Alagoas - IFAL,
Campus Murici, lrsb1@aluno.ifal.edu.br;

Martha Giudice Narvaz

Professora Doutora em Psicologia - Uergs/RS

Email: martha-narvaz@uergs.edu.br

Myllena Oliveira Portela

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) e discente do
Curso de Mestrado em Educação (UFR), myllena.portela@aluno.ufr.edu.br.

Roberta Soares Cornely

Professora Mestra em Educação- Uergs/RS

Email: roberta-cornely@uergs.edu.br

Simone da Silva Eduardo Santos

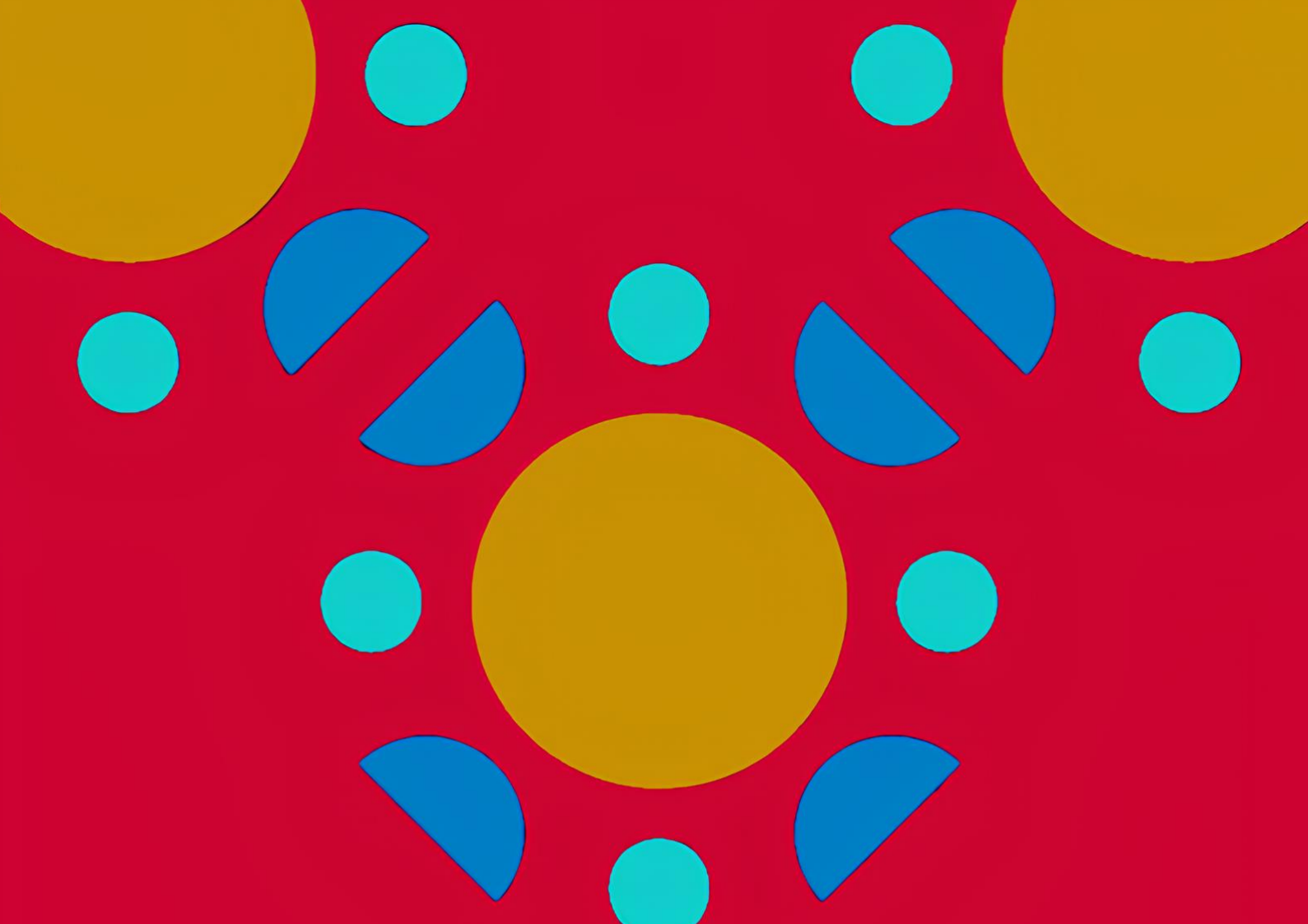
Assistente Social do Sistema Único de Saúde, Mestra em Ciências Humanas e
Interdisciplinaridade (UINISA), simonesupervisoraoconsultoria@gmail.com

Stephany Silva Teixeira Paiva

Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade São Francisco - USF,
stephanyteixeiraa@outlook.com;

Uirá Felipe Garcia

Orientador, antropólogo, docente associado à Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (ELFCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Departamento de Ciências Sociais. Faz parte do Centro de Estudos Ameríndios (CEstA) da Universidade de São Paulo (USP) e do Núcleo de Antropologia Simétrica (NAnSi) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutor em antropologia, e Visiting Scholar no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, Davis (2019). E-mail: uira.garcia@unifesp.br .



Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação é uma obra que mergulha nas complexidades da identidade de gênero e na jornada de autodescoberta. Através de relatos inspiradores e reflexões profundas, o livro explora os desafios enfrentados por pessoas que desafiam normas impostas pela sociedade, mostrando como a aceitação e a autenticidade podem transformar vidas.

Com uma abordagem sensível e informativa, a obra discute a importância da representatividade, do respeito e da inclusão em diferentes contextos. Mais do que um livro, *Quebrando Barreiras* é um convite à empatia e à compreensão, incentivando leitores a desconstruírem preconceitos e a celebrarem a diversidade.



Editora
UNIESMERO

ISBN 978-655492118-3



9

786554

921183